

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**A FORMAÇÃO CAMPONESA FRENTE ÀS INTERVENÇÕES**  
**CONTEMPORÂNEAS EM UMA ESCOLA COORDENADA**  
**PELA PEDAGOGIA DO MOVIMENTO DOS**  
**TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO NOROESTE**  
**DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ANA MIRANDA COSTA**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A FORMAÇÃO CAMPONESA FRENTE ÀS INTERVENÇÕES  
CONTEMPORÂNEAS EM UMA ESCOLA COORDENADA PELA  
PEDAGOGIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS  
SEM TERRA NO NOROESTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ANA MIRANDA COSTA**  
*Sob a Orientação do Professor*  
**Dr. José Roberto Linhares de Mattos**  
*e Co-Orientação da Professora*  
**Dra. Sandra Maria Nascimento de Mattos**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação** do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ  
Novembro de 2023**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C839f COSTA , ANA MIRANDA , 1973-  
A FORMAÇÃO CAMPONESA FRENTE ÀS INTERVENÇÕES  
CONTEMPORÂNEAS EM UMA ESCOLA COORDENADA PELA  
PEDAGOGIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM  
TERRA NO NOROESTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO / ANA  
MIRANDA COSTA . - Seropédica, 2023.  
103 f.: il.

Orientador: José Roberto Linhares de Mattos .  
Coorientadora: Sandra Maria Nascimento de Mattos.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
Educação Agrícola, 2023.

1. Formação camponesa. 2. escolas do MST. 3.  
educação do campo. I. Mattos , José Roberto Linhares  
de , 1958-, orient. II. Mattos, Sandra Maria  
Nascimento de , 1958-, coorient. III Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós  
Graduação em Educação Agrícola. IV. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA**



**HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 97 / 2023 - DeptM (12.28.01.00.00.63)**

**Nº do Protocolo: 23083.077777/2023-90**

**Seropédica-RJ, 27 de novembro de 2023.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**Ana Miranda Costa**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 22/11/2023

Sandra Maria Nascimento de Mattos

Coorientadora, Dra. UFRRJ

Eulina Coutinho Silva do Nascimento

Membro interno, Dra. UFRRJ

Mônica Maria Borges Mesquita

Membro externo, Dra. UNL

Marle Aparecida Fidéles de Oliveira Vieira

Membro externo, Dra. SEME

**(Assinado digitalmente em 27/11/2023 10:15 )**  
EULINA COUTINHO SILVA DO NASCIMENTO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptM (12.28.01.00.00.63)  
Matrícula: 6387358

**(Assinado digitalmente em 27/11/2023 14:50 )**  
MARLE APARECIDA FIDÉLES DE OLIVEIRA VIEIRA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 091.818.987-03

**(Assinado digitalmente em 28/11/2023 18:49 )**  
SANDRA MARIA NASCIMENTO DE MATTOS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 756.340.407-44

**(Assinado digitalmente em 27/11/2023 12:31 )**  
MÔNICA MARIA BORGES MESQUITA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 106.937.328-14

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **97**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **27/11/2023** e o código de verificação: **dfb203d7e4**

Im memoriam, a meus pais, Maria Miranda Costa e Gregório José da Costa, por terem me ensinado que a honestidade e o amor valem mais que qualquer “anel” de ouro;

A minha filha Lorrâna e meu filho Breno, a quem eu dedico o melhor de mim;

A todas as educadoras que no terreno fértil da terra conquistada, ajudam as crianças ler a vida, as coisas e o mundo semeando sonhos.

As minhas famílias, as de sangue e as de afeto que sempre me apoiaram e me fizeram acreditar que eu venceria.

A quem acredita no poder transformador da educação. Da educação libertadora.

DEDICO

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Criador pelo mundo, pela vida, por ter proporcionado nascer e florescer o MST e nos tirar da fila dos empobrecidos e deserdados da terra, do pão e dos direitos e com a conquista da terra possibilitou-nos mesa farta.

Antes de encontrar o MST, muitos de nós estávamos na fila dos empobrecidos e excluídos de terra, pão e sonhos. Lutando diariamente por necessidades fundamentais, como alimentos e direitos básicos. Através do MST e da conquista da terra, fomos capazes de superar necessidades e ter uma mesa farta.

Além disso, a posse da terra também nos possibilitou algo ainda mais valioso: a vontade de buscar conhecimento e educação. Antes, o acesso à educação era um luxo inatingível, mas com a estabilidade que a conquista da terra trouxe, pudemos ver que o conhecimento é o verdadeiro caminho para a liberdade, para a transformação de vidas.

Especialmente grata ao orientador Professor José Roberto Linhares de Mattos, que me instigou a encarar os desafios com rigor metodológico e compreensão de meus limites decorrentes das dificuldades com a tecnologia.

À coorientadora Sandra Mattos, que soube dosar incentivo com afeto e reciprocidade. A esta dupla, agradeço pelo apoio e compreensão diante dos imprevistos, assim como pela cessão de fontes para pesquisa.

E não poderia deixar de registrar no papel, o que no coração já está. A gratidão pela professora Eulina Coutinho Silva do Nascimento, pelas incontáveis vezes que segurou minha mão e me ajudou a reequilibrar no caminho, quando as barreiras me impediam de enxergar sozinha as saídas.

A meu companheiro Carlos Alexandre, pelo incentivo e suporte prático para com as ferramentas tecnológicas;

Gratidão sempre aos meninos e meninas que estão e/ou estiveram comigo na sala de aula tecendo conhecimento, compartilhando ideias e experiências, me desafiando e ajudando aprimorar a prática pedagógica.

Agradeço as famílias do assentamento Treze de Maio, especialmente aquelas que resistem as inúmeras tentativas de destruição da identidade sem-terra;

Meu mais profundo agradecimento as famílias que partilharam comigo sonhos e otimismo através de mensagens, orações, prosas, cafês, churrascos, histórias risos e lágrimas, tudo isso foram acrescentou positivamente em minha trajetória,

A turma da demanda social 2022, pelo ambiente de respeito e amizade que estabelecemos durante todo esse tempo. As risadas, as conversas, os estudos, os trabalhos, os cafés, tudo isso contribuiu para tornar a sala de aula do PPGEA um lugar ainda mais acolhedor e motivador.

Agradeço aos que defendem Educação do campo dentro e fora das instituições de ensino.

Agradeço ao Professor Edimar, in memoriam, que quanto mais conhecia meu trabalho, mais me incentivava e me dizia que tinha o lugar pra mim no PPGEA, me encorajou a me inscrever e sempre me motivou.

Agradeço ao Diretor escolar, Michel Damm Zogaib, pelo apoio dado na minha jornada acadêmica durante o curso; e acolhimento da pesquisa na instituição escolar.

Por fim, agradeço a mim mesma, por nunca ter desistido nos momentos difíceis, por ter persistido mesmo quando parecia impossível, e por ter acreditado no meu potencial.

Assim, agradeço incansavelmente a Deus por todas as bênçãos que recebemos e por todas as oportunidades que ele nos concedeu por meio da luta.

Estou cheia de gratidão por ter a chance de vencer mais uma etapa de formação. Espero poder retribuir a conquista, lutando sempre mais contra a desigualdade social e a mercantilização da educação, inspirando sonhos de buscas por uma vida digna e justa.

## RESUMO

COSTA, Ana Miranda. **A Formação Camponesa Frente às Intervenções Contemporâneas em uma Escola coordenada pela Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Noroeste do Estado do Espírito Santo.** 2023. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2023.

A presente pesquisa apresenta como problemática os princípios pedagógicos que orientam a prática dos educadores nas escolas coordenadas pelo MST contribuem com a Pedagogia do Movimento? Tem como objetivo geral, investigar a Pedagogia na escola coordenada pelo MST no Noroeste do estado do Espírito Santo, com relação a dinâmica formativa dos estudantes e pedagógica dos professores. Utiliza a metodologia de pesquisa do “tipo etnográfica” para produção de dados que busca obter uma compreensão profunda e holística da cultura e das interações sociais de um determinado grupo, ao invés de apenas observar e medir variáveis isoladas. Uma abordagem de cunho qualitativo importante para o conjunto de escolas que em áreas de assentamentos tem a sua prática conduzida na perspectiva da educação do campo, associada à pedagogia libertadora de Paulo Freire. O horizonte da pesquisa foi composto por estudantes, egressos de uma escola situada em área de assentamento e professores que atuaram e/ou atuam nesta escola, identificando o sentimento de pertença desenvolvido durante o período em que tiveram em contato com o programa educacional; pontuando potencialidades e fragilidades relacionadas a manutenção das bandeiras (mística, música, auto organização etc.) defendidas pelo MST no cotidiano escolar das instituições em estudo. Os dados apontam que a educação em áreas de assentamentos busca ser uma ferramenta de transformação que incide na vida da comunidade que na dinâmica da educação escolar vão se fortalecendo e se tornando sujeitos participantes diretos das transformações que a realidade demanda. Dentre os resultados auferidos constam que a pedagogia do MST é mais que uma ideia, é uma prática consolidada que através da mística, horta, formação e participação, coloca a escola em lugar de destaque e a classifica como a principal ferramenta de transformação social do lugar. A formação nela ofertada é combustível que fomenta a busca por mais conhecimento.

**Palavras chaves:** Formação camponesa; escolas do MST; educação do campo.

## ABSTRACT

COSTA, Ana Miranda. **Peasant Training in the Face of Contemporary Interventions in a School coordinated by the Pedagogy of the Landless Rural Workers Movement in the Northwest of the State of Espírito Santo.** 2023. 103p. Dissertation (Master's in Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2023.

The present research presents as a problem the pedagogical principles that guide the practice of educators in schools coordinated by the MST contribute to the Pedagogy of the Movement? Its general objective is to investigate Pedagogy in the school coordinated by the MST in the Northwest of the state of Espírito Santo, in relation to the training dynamics of students and pedagogical dynamics of teachers. It uses the “ethnographic type” research methodology to produce data that seeks to obtain a deep and holistic understanding of the culture and social interactions of a given group, instead of just observing and measuring isolated variables. An important qualitative approach for the group of schools that in settlement areas have their practice conducted from the perspective of rural education, associated with Paulo Freire's liberating pedagogy. The research horizon was made up of students, graduates of a school located in a settlement area and teachers who worked and/or work at this school, identifying the feeling of belonging developed during the period in which they had contact with the educational program; highlighting potentialities and weaknesses related to the maintenance of the flags (mystique, music, self-organization, etc.) defended by the MST in the daily school life of the institutions under study. The data indicate that education in settlement areas seeks to be a tool for transformation that affects the life of the community, which in the dynamics of school education will become stronger and become subjects who are direct participants in the transformations that reality demands. Among the results obtained are that the MST pedagogy is more than an idea, it is a consolidated practice that, through mysticism, gardening, training and participation, places the school in a prominent place and classifies it as the main tool for social transformation in the place. . The training offered there is fuel that encourages the search for more knowledge.

**Keywords:** Peasant training; MST schools; rural education.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Boletim escolar 2ª série ano 1982 .....	8
<b>Figura 2.</b> 1ª sala de aula no curral do assentamento .....	10
<b>Figura 3.</b> Eu e minha 1ª turma na escola do Assentamento Treze de maio – 1996.....	11
<b>Figura 4:</b> Limites Administrativos de Nova Venécia - ES.....	19
<b>Figura 5.</b> Painel de sementes ilustrativo do Plano de estudo.....	22
<b>Figura 6.</b> Momento de formação coordenado pelos estudantes .....	23
<b>Figura7.</b> Festival de cultura no Rio de Janeiro .....	49
<b>Figura 8.</b> Festival do MST: por Terra, arte e pão no estado de Alagoas.....	49
<b>Figura 9.</b> Dj Cavalcante. Palco do festival por Terra, arte e pão no Rio de Janeiro.....	50
<b>Figura 10.</b> Sala de aula da Escola José Antônio Onofre em 1990.....	57
<b>Figura 11.</b> Vista frontal da Escola José Antônio da Silva Onofre – ano 2019.....	57
<b>Figura 12.</b> Oficina de salada de frutas do assentamento na escola.....	58
<b>Figura 13.</b> Placa da horta escolar.....	59
<b>Figura 14.</b> Barraca do Saber! Construída pela comunidade ao lado da escola. 2014.....	62
<b>Figura 15.</b> Apresentação 4º ano síntese do PE do Trimestre.....	71
<b>Figura 16:</b> Apresentação 5º ano síntese do PE do Trimestre .....	71
<b>Figura 17:</b> Painel para abertura do 3º trimestre.....	72
<b>Figura 18:</b> Dia de luta camponesa na escola .....	73
<b>Figura 19:</b> Apresentação de trabalho no espaço do refeitório escolar.....	73
<b>Figura 20:</b> A rotina no ambiente escolar .....	74
<b>Figura 21:</b> Participação da comunidade nos eventos da escola.....	74
<b>Figura 22:</b> Letra da canção Movimento de educar .....	75
<b>Figura 23:</b> Apresentação de mística Tema Gerador Terra .....	76
<b>Figura 24:</b> Mutirão de preparo inicial da área da horta .....	76
<b>Figura 25:</b> Atividade prática dos estudantes na horta .....	77
<b>Figura 26:</b> Reunião de núcleos início do 2º trimestre .....	77
<b>Figura 27:</b> Cartaz do Encontro de Formação para escolas de assentamentos do ES .....	79
<b>Figura 28:</b> Cenário de apresentação e acolhimento de visitas.....	81
<b>Figura 29:</b> Culminância Tema Gerador Terra .....	81
<b>Figura 30:</b> Alfabeto do Assentamento.....	82

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Representação das faixas etárias dos Estudantes.....	63
<b>Gráfico 2.</b> Representação gráfico do gênero dos estudantes .....	63
<b>Gráfico 3.</b> Estudantes que cursaram ensino superior.....	66
<b>Gráfico 4:</b> Representação das faixas etárias dos Educadores .....	78

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> Trabalhos selecionados no estado da arte .....	28
<b>Quadro 2.</b> Tempo de estudo em escolas de assentamentos dos egressos entrevistados.....	65
<b>Quadro 3</b> - Evolução da escolaridade dos 18 estudantes entrevistados que passaram pela escola de assentamento .....	65
<b>Quadro 4.</b> Escolas de assentamentos Espírito Santo e modalidades ofertadas .....	67

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior
- CEIERS – Centros Estaduais Integrados de Educação Rural
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- ES – Espírito Santo
- ENERA – Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
- FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
- INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- MST – Movimentos dos trabalhadores Rurais Sem Terra
- PE – Plano de Estudo
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PPGEA – Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola.
- PRONERA – Programa Nacional de Educação em Reforma Agrária
- SEDU – Secretaria de Estado da Educação
- UDR – União Democrática Ruralista
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

## **Aula de vôo**

O conhecimento  
caminha lento feito lagarta.  
Primeiro não sabe que sabe  
e voraz contenta-se com cotidiano orvalho

deixado nas folhas vividas das manhãs.

Depois pensa que sabe  
e se fecha em si mesmo:  
faz muralhas,  
cava trincheiras,  
ergue barricadas.

Defendendo o que pensa saber  
levanta certeza na forma de muro,  
orgulha-se de seu casulo.

Até que maduro  
explode em voos  
rindo do tempo que imagina saber  
ou guardava preso o que sabia.

Voa alto sua ousadia  
reconhecendo o suor dos séculos  
no orvalho de cada dia.

Mas o voo mais belo  
descobre um dia não ser eterno.  
É tempo de acasalar:  
voltar à terra com seus ovos  
à espera de novas e prosaicas lagartas.

O conhecimento é assim:

ri de si mesmo

E de suas certezas.

É meta de forma

metamorfose

movimento

fluir do tempo

que tanto cria como arrasa

a nos mostrar que para o voo

é preciso tanto o casulo

como a asa .

(Mauro Iasi)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>NARRANDO MEMÓRIAS E ESPERANÇAS.....</b>	<b>6</b>
2.1	Construção da Identidade Sem Terra.....	7
2.2	A Relação Com a Escola Tradicional.....	7
2.3	A Relação com a Escola na Dinâmica do Assentamento .....	9
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
3.1	Procedimentos Metodológicos .....	15
3.2	Da coleta a organização e análise dos dados .....	17
3.3	Região e Local da Pesquisa .....	18
3.4	Caracterização da Escola e localização .....	20
3.5	Sujeitos da Pesquisa .....	23
3.6	Problemática .....	25
3.7	Objetivos.....	26
<b>4</b>	<b>4 ESTADO DA ARTE.....</b>	<b>27</b>
<b>4</b>	<b>4 ESTADO DA ARTE.....</b>	<b>27</b>
4.1	Estado da Arte: À Luz dos Caminhos Percorridos .....	27
4.2	Refletindo os Caminhos trilhados.....	28
<b>5</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>46</b>
5.1	A Educação do MST no Contexto Nacional .....	46
5.2	A Proposta Educacional do MST .....	51
<b>6</b>	<b>ANÁLISES E DISCUSSÕES.....</b>	<b>56</b>
6.1	Potencialidades da Educação do MST.....	56
6.2	Principais Contradições da Educação do MST .....	61
6.3	Resultados das Discussões – Estudantes .....	63
6.4	Resultados das Discussões – Professores .....	69
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>83</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>
<b>9</b>	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>91</b>
	<b>Apêndice A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada para os Professores que Atuaram ou Atuam na Escola de Assentamento .....</b>	<b>92</b>
	<b>Apêndice B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada para os Estudantes Egressos da Escola do Assentamento .....</b>	<b>93</b>
<b>10</b>	<b>anexos.....</b>	<b>94</b>
	<b>Anexo A - Carta de Anuência da Escola.....</b>	<b>95</b>
	<b>Anexo B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>96</b>
	<b>Anexo C - Parecer do Comitê de Ética .....</b>	<b>98</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A Educação Camponesa abrange, uma série de metodologias e princípios, que são importantes na construção de diretrizes compatíveis com as demandas das comunidades que retiram diretamente da terra, os recursos para sua subsistência, sendo assim, manter em níveis aceitáveis de qualidade o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes nas diferentes faixas etárias e modalidades que residem no campo é necessário e estratégico, para o desenvolvimento harmônico entre o campo e a cidade.

A Educação Camponesa resiste ao processo vertical e abrupto de inserção de modelos educacionais importados de outras realidades e que não conseguem dialogar com os saberes já alicerçados na escola e comunidade, nem tão pouco, consideram as bandeiras camponesas, conquistadas a duras penas por diferentes sujeitos em diferentes momentos de nossa história educacional.

Bandeiras, tais como, os Temas Geradores, as Místicas, os Mutirões, as Visitas às Famílias, o Caderno da Realidade, entre outras metodologias, fazem com que o sujeito em formação, perceba-se como parte de todo um processo e que sua função é essencial para a manutenção da homeostase de todo o sistema.

No contexto da escola do MST, as bandeiras mencionadas representam grandes frentes de luta e atuação, demandas defendidas e praticadas pelo MST no contexto da luta social. As bandeiras de lutas representam causas, reivindicações simbolizam a unidade e solidariedade dos indivíduos que apoiam a causa. Além disso, elas servem como instrumentos de visibilidade, conscientização e mobilização da sociedade em torno de pautas importantes. São estratégias e ferramentas pedagógicas utilizadas para desenvolver uma educação voltada para a classe trabalhadora e o campo.

No terreno da escola, os Temas Geradores: São temas centrais e transversais que possuem relevância na vida dos estudantes e nas lutas sociais, como questões agrárias, direitos humanos, agroecologia, reforma agrária, gênero, entre outros. Os temas geradores são abordados de forma interdisciplinar, conectando diferentes áreas do conhecimento. Estes temas são componentes da metodologia educacional.

Místicas: São momentos de valorização da cultura popular, da espiritualidade e da identidade do povo camponês. Constitui elemento que transpassa todos os encontros e momentos coletivos de reuniões, passeatas, eventos etc.

Embora seja de praxe um momento para explicitar e unificar os olhares e o sentimento humano e identitário, através de cantos, danças, gestos e rituais coletivos, as místicas promovem a união e fortalecem os vínculos comunitários para além de um momento.

Mutirões: São atividades de trabalho coletivo, em que os estudantes, educadores e comunidade se reúnem para realizar tarefas práticas ligadas à produção agrícola, construções, manutenção de espaços escolares, entre outras. Os mutirões valorizam a cooperação, a solidariedade e o protagonismo dos estudantes. Bem como, ativa a participação da comunidade no desenvolvimento da escola.

Visitas às Famílias: São encontros entre estudantes e educadores com as famílias dos estudantes, que acontecem nas comunidades em que vivem. Essas visitas permitem conhecer as realidades e desafios enfrentados pelas famílias no campo, além de estabelecer parcerias para a construção de projetos educacionais.

Caderno da Realidade: É um registro individual e/ou coletivo da história e da luta dos estudantes e da comunidade. Nele, são anotadas histórias, notícias, fotos, manifestos, poesias, desenhos, reflexões e outros elementos que evidenciam as vivências e experiências dos estudantes no desenvolvimento do tema gerador com o estudo da realidade.

Essas bandeiras têm como objetivo promover a formação integral dos estudantes e a construção de conhecimentos que estejam em diálogo com suas realidades e com a luta pela transformação social. Elas demonstram a importância de uma educação popular e contextualizada com as demandas e o projeto de educação defendido.

A manutenção das metodologias destacadas no parágrafo anterior, são imprescindíveis para obtenção de uma educação emancipatória, vinculada às demandas da mulher e do homem camponês, que na sua dinâmica com a terra, constroem e reconstróem seu mapa referencial e sua própria existência.

Apesar do Brasil ter origem eminentemente agrária, o sistema político não se preocupou em considerar estas origens e a relevância desta no âmbito da educação, saúde e direitos básicos.

Um projeto pedagógico que respeita e fomenta a origem cultural, histórica e política destes sujeitos, em médio e longo prazo, alicerçado por componentes formativos que auxiliam os estudantes na visão de mundo com capacidade crítica de reflexão e superação do modo de produção capitalista predatório vigente, emerge como uma necessidade para construção de uma sociedade mais justa, democrática e com conhecimento e condições para atuar em prol da igualdade com outras nações no futuro.

Com isso, vale salientar que as ações que possam fomentar e fortalecer os padrões de qualidade da educação camponesa são importantes para construção de uma nova forma de organização das relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais para a sociedade de modo geral (Caldart, 2008).

Todo o movimento em torno da defesa da escola do/no campo origina-se e caracteriza-se por almejar e entender que a escola enquanto instituição que não pode ser alheia a esta realidade, mais que isso, ela deve articular sua prática para estes fins.

Cada sujeito na formação vivencia diariamente suas próprias experiências em momentos familiares, em momentos comunitários e até mesmo em momentos de formação. A comunidade em que crianças, jovens, mulheres e homens, interagem, traz consigo saberes ancestrais que são estabelecidos pela família e repassados aos sujeitos em formação e que a experiência vivida agrega a esses saberes que se transformam pelo tempo em que esse sujeito vive. Isso significa que uma civilização está em constante movimento e a história também está em movimento.

O projeto pedagógico precisa respeitar e fomentar a vivência cultural, histórica e política de cada educando, no médio e no longo prazo, para superação do *status quo* social, com isso, é preciso desenvolver ações que possam fomentar e fortalecer os padrões de qualidade da educação e instituir uma nova forma de organização das relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais (Caldart, 2008).

A sociedade brasileira de forma acelerada vem sofrendo uma mudança muito grande, no que se refere a valores, visualizada inclusive como inversão de valores. inversão esta que afeta substancialmente o papel político, pedagógico da instituição escolar. Por isso, necessitamos da instituição escolar atuando política e pedagogicamente na perspectiva de uma sociedade, fundada em novos padrões de ética, justiça, igualdade, empatia e equidade.

Sem lampejos de dúvidas, a formação humana baseada em princípios e propósitos amplos, coesos e perenes, devem estar implícitos e bem evidenciados, na dinâmica de desenvolvimento de uma sociedade melhor que se almeja para a maioria dos brasileiros. Neste horizonte, as escolas do campo não podem sozinhas dar conta desta construção, mas desempenham um papel importante na função de reeducar, implementar e fortalecer as organizações sociais, o camponês, a sustentabilidade de toda uma região, entre outras.

Para Santos (2016) a educação camponesa voltada para as demandas do campo, engajadas com o desenvolvimento de seus vários ecossistemas sociais, a formação integral dos sujeitos que residem no meio rural, deve sim levar em consideração os aspectos político-

pedagógicos, na sua estreita relação com a dinâmica coletiva desenvolvida nas lavouras, tais como, os manejos de solo, plantas, água e animais.

Não se constrói absolutamente nada de autônomo, emancipador e perene, se mulheres e homens organizados em movimentos solitários e/ou coletivos, não lutarem de forma organizada, politizada e imbuídos com os princípios estabelecidos nas diretrizes e bandeiras da educação do campo (Santos, 2016).

Os movimentos sociais, dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e também, outros movimentos que lutam por transformações sociais defendem direitos necessários, dignidade humana dentro de uma pátria mãe gentil, para maioria dos brasileiros, que anseiam por terra, trabalho e pão.

Estas organizações se consolidam na dinâmica da luta social, estando representados por bandeiras fortalecidas nos princípios versados na constituição federal, nos ideais de um estado democrático, equânime, sustentável, ainda são esperanças para que muitos brasileiros possam ter acesso aos serviços essenciais garantidos pela Lei Aurea de 1988, tais como: educação, saúde, segurança, saneamento básico, lazer, transporte e que os camponeses se estruturam com qualidade de vida; produção minimamente viável, economicamente sustentável.

Vale frisar acerca dos dizeres, feito do parágrafo anterior, que o MST desempenha um papel fundamentalmente importante no campo educacional camponês, mesmo considerando as limitações de infraestrutura, nos programas de formação continuada de professores, financiamento e bolsas que promovam a inovação pedagógica das escolas, entre outros.

Mesmo dispondo de um recorte de espaço/tempo bem reduzido, os profissionais ligados diretamente com a educação, atuam com propósitos e metas exitosas na formação, formando estudantes mais antenados com as políticas de denominação vigente, mais críticos e menos consumistas, egoístas e acomodados com a escalada do poder das grandes corporações nos diversos setores de nossa sociedade atual.

Para Luz (2017), a luta por garantia, melhor qualidade e desempenho no sistema educacional brasileiro, muito reivindicada pelos que fazem, acreditam e respaldam esta bandeira, inclusive educadores e cientistas camponeses, trabalhadores e trabalhadoras do/no campo, está muito retratada na concepção de documentos produzidos por agentes de resistência, como é o caso do MST,

essa conformação do “ideário” político e pedagógico do modelo do agronegócio não condiz com as suas aspirações. A educação, enquanto uma das lutas do MST, apresenta uma lógica política e social onde toda a população do campo e da sociedade possam identificar um elo centrado no direito ao acesso e à qualidade do ensino e, sobretudo, uma educação que possa contribuir para a emancipação dos trabalhadores frente a lógica destrutiva, desumanizante e exploratório do capital (Luz, 2017, p.48).

Desse modo, o ideário político e pedagógico do MST busca uma educação que valorize a diversidade cultural, que promova a conscientização política e social, que ofereça condições para o desenvolvimento integral dos indivíduos e que possibilite a construção de relações mais justas e igualitárias entre campo e cidade. Desta forma, é importante estudar mais a fundo a dinâmica formativa dos estudantes de escolas que constroem diuturnamente a Pedagogia do MST, de modo a referenciar melhor os componentes que são inerentes a esta proposta de educação camponesa.

Pautar esta pedagogia no âmbito da pesquisa, possibilitando que seja mais, efetiva, perene, politizada, crítica, inovadora, emancipadora, pode fomentar uma agenda importante para o fortalecimento das políticas públicas voltadas a Educação do Campo, bem como, o fortalecimento dos princípios que coadunam com um projeto de educação focado na realidade de homens, mulheres, jovens e o público camponês em geral que, injustamente e

contraditoriamente, foram excluídos de iniciativas que auxiliam na obtenção de melhores condições, que propiciem qualidade de vida, possibilidades de aprimoramento, econômico, social e profissional.

De modo estrutural, este trabalho consta de 6 capítulos que de forma articulada proporcionam uma compreensão abrangente do tema abordado. O primeiro capítulo introduz o assunto apresentando o tema e o contexto em que a pesquisa se insere.

No segundo capítulo trazemos a trajetória da pesquisadora, com um recorte descritivo de memórias desde os processos iniciais de escolaridade, a relação com a escola tradicional, a construção da identidade Sem Terra até a relação com a escola na dinâmica do assentamento.

Enquanto o terceiro capítulo apresenta a metodologia, a problemática e os objetivos da pesquisa, no quarto é formado de uma revisão da literatura. Nesse, é apresentado o estado da arte do conhecimento sobre o assunto em questão.

No quinto capítulo, é realizado um estudo de campo, com a coleta de dados por meio de entrevistas, questionários ou observação, para embasar as análises e conclusões do trabalho aproximando ainda mais dos elementos históricos da educação do/no MST. a trajetória histórica da educação no MST, as práticas pedagógicas adotadas, os desafios enfrentados e os avanços conquistados ao longo do tempo.

Já no sexto capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos, por meio da interpretação dos dados coletados nas etapas anteriores, com o auxílio de ferramentas estatísticas e outras análises de conteúdo com método qualitativo. Análise de discurso, buscando uma análise aprofundada das palavras, frases e expressões utilizadas pelos participantes da pesquisa, e entender como o discurso influencia a construção de significados e identificar possíveis contradições ou discrepâncias.

A pedagogia do MST consiste em uma proposta educacional que busca promover a formação integral dos indivíduos por meio da relação dialética entre teoria e prática, em consonância com a realidade do campo e com os princípios da luta pela Reforma Agrária Popular.<sup>1</sup>

No entanto, essa abordagem pedagógica do MST tem enfrentado diversos desafios diante das inadequações e incoerências da política educacional brasileira. Historicamente, a política educacional brasileira tem ignorado a realidade agrária do país, enfatizando principalmente o modelo de educação voltado para áreas urbanas e para o mercado de trabalho formal.

Essa falta de reconhecimento da especificidade da educação no campo e da realidade vivida pelos trabalhadores rurais acaba por tentar nivelar o modelo e a prática da educação, desconsiderando as diferenças socioeconômicas, culturais e geográficas presentes no país.

---

<sup>1</sup> A Reforma agrária popular defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma proposta de redistribuição de terras no Brasil, com o objetivo de democratizar o acesso à terra e promover a justiça social no campo.

O MST argumenta que a concentração fundiária no país é um dos principais problemas sociais e econômicos, perpetuando a desigualdade e a pobreza no campo. Segundo o movimento, a terra deve cumprir sua função social.

A reforma agrária popular proposta pelo MST busca a ocupação e a utilização de terras improdutivas ou subutilizadas pelos trabalhadores rurais sem-terra, através de ocupações pacíficas e de pressão política. Defende a criação de assentamentos rurais, nos quais os camponeses possam produzir alimentos para subsistência e comercialização, além de promover atividades de agroecologia e a preservação ambiental e o cumprimento da função social da terra.

Além disso, o MST reivindica o acesso a crédito agrícola, assistência técnica e infraestrutura básica, como estradas e eletricidade, para os assentamentos rurais. O movimento também defende a reforma agrária como uma forma de garantir o direito à moradia no campo, combatendo a especulação imobiliária e a expulsão de comunidades tradicionais de suas terras.

Isso contribui para a reprodução das desigualdades existentes na sociedade brasileira, na medida em que não são contempladas as necessidades e demandas dos sujeitos do campo.

Além disso, a política educacional também apresenta uma visão reducionista de educação, que prioriza aspectos técnicos e voltados para o mercado de trabalho, em detrimento de uma formação crítica, reflexiva e cidadã. Essa abordagem limitada da educação é contrária a pedagogia do MST, que busca fomentar uma educação emancipadora e que contribua para a transformação social.

Diante desses desafios, o MST tem buscado resistir e intervir na política educacional, reivindicando uma educação contextualizada, que valorize as especificidades do campo, respeite e valorize a cultura camponesa e promova uma formação integral dos indivíduos. Essa resistência e luta por uma educação emancipadora são fundamentais para enfrentar as intempéries impostas pela política educacional inapropriada e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Um fator a ser destacado resultante da ação da escola com a pedagogia do MST, é que ela é capaz de incidir significativamente no aumento gradativo dos níveis de escolaridade de quem passa por ela, ainda que seja por poucos anos.

Ainda neste trabalho são pontuados a educação do MST no contexto nacional, a proposta, as potencialidades e as principais contradições da educação no/do MST.

Por fim, no sexto capítulo, são apresentadas são discutidas as principais conclusões do trabalho, relacionando as principais contribuições explicitadas nas entrevistas de estudantes e educadores que discorreram sobre as indagações pertinentes a pesquisa com uma reflexão sobre as contribuições dos elementos constitutivos da pedagogia do movimento no cotidiano escolar vivenciados e suas limitações.

## 2 NARRANDO MEMÓRIAS E ESPERANÇAS

Parei um tempo para tráfegar nas lembranças deste meio século de vida. Transcrever essas lembranças é um exercício de autoconhecimento e reconhecimento da minha trajetória. É uma forma de relembrar minhas origens, os desafios superados, e gratidão por tudo que conquistei, por quem eu me tornei.

Me reencontrei resgatando memórias do tempo em que meu sonho era somente em ter pão na mesa, casa para morar e um calçado para pôr nos pés. Na inocência da época eu acreditava, que se as pessoas tivessem estas três coisas: alimento para se nutrir, dar energia, uma casa para se abrigar e calçados para proteger os pés, isso tudo daria condições para pensar, lutar e almejar outras coisas. De algum modo eu estava certa.

Pontuando aquilo que marcou minha trajetória, não pude deixar de realçar as decisões e aspirações que me trouxeram até aqui. Como dizia o Profeta Jeremias, “Quero trazer a memória o que pode me trazer esperança.”<sup>2</sup>

Revivendo minha história de vida que não foi tecida por mim isoladamente, mas que é resultado de vivências, lutas, memórias individuais e coletivas que se entrelaçaram e constituem em quem sou hoje: Ana Miranda Costa, mulher, negra, mãe, avó, Sem Terra, educadora de escola de assentamento do MST ES, assentada em terras conquistadas por meio da luta pela terra. Formada em Licenciatura plena em Pedagogia da Terra, pela Universidade Federal do Espírito Santo. Nascida em três de julho, de mil novecentos e setenta e três, em terras de Minas Gerais.

Meu pai Gregório José e minha mãe Maria Miranda, deixaram o estado mineiro e se deslocaram para o campo capixaba. Era o ano de mil novecentos e setenta e seis, já com três filhos para criarem partem em busca de um outro patrão, um outro chão, onde pudessem trabalhar mais e ao dividir com o patrão a “meia” da colheita, ainda ficasse o pão suficiente para a família. Estando no Espírito Santo, essa realidade não mudou muito.

Até que veio uma oportunidade de emprego para meu pai com carteira assinada na empresa Acesita energética, o que trouxe para a gente doses de esperança. Mas este período foi o mais cruel. Um salário mínimo, que dava para comer o mínimo somente no início do mês. Quando caminhava para o fim do mês, as refeições eram muito escassas. Fubá com água e sal, mandioca aguada<sup>3</sup>, e muitas vezes café com farinha, era uma das principais refeições do dia.

Assim foram por longos anos (1978 a 1985) e o que aumentou foram o número de filhos que passou para cinco. Mas minha mãe que pouco assinava o nome não abria mão que frequentássemos dois espaços: A igreja e a escola. Nos motivava todos os dias a ir para escola, estudar até completar os estudos. Completar os estudos era concluir a oitava série. Porque era o máximo que um filho de pobre podia chegar. Mas na nossa realidade quem tinha 8ª série, tinha referência de pessoa estudada.

---

<sup>2</sup> \*Essa frase atribuída ao profeta Jeremias pode ser encontrada no livro das Lamentações, capítulo 3, versículo 21. Jeremias disse isso porque estava passando por um momento de grande sofrimento e angústia. Ele estava enfrentando o exílio babilônico, no qual o povo de Judá foi levado para a Babilônia após a destruição de Jerusalém. Nessa situação difícil, Jeremias sentia-se desanimado e desesperançoso. Ao refletir sobre a fidelidade de Deus e sobre Suas promessas, ele busca trazer à memória tudo o que poderia lhe dar esperança.

<sup>3</sup> Aipim que passou do prazo de colheita e não cozinha, não fica macia após cozida.

## 2.1 Construção da Identidade Sem Terra

Renascida Aninha com a identidade sem-terra. Quando em 1985 minha família preferiu deixar o emprego e entrar na luta pela terra, para não se entregar aos porões da miséria, que avançava sem temor nas periferias também de São Mateus, privando-nos de acesso aos direitos básicos. Dentre eles o pão de cada dia.

A decisão de meus pais entrarem na luta pela terra, não foi minha, nem de meus quatro irmãos, mas foi imprescindível também para nós. Assim, abriu-se para nós naquela fresta de tempo a possibilidade de nos reconhecer naqueles processos históricos de luta. Reconhecer que fome, miséria, violência, comodismo, corrupção, não são heranças. São elos de correntes que teimam algemar os sonhos, os braços, fechar as saídas e frear a própria luta, para que os deserdados da terra, dos direitos, da justiça, não se levantem para tecer na história a sua existência e por meio da luta construir sua própria dignidade.

No ano de 1986, ocupamos a terra junto a 550 famílias de vários municípios do estado, que romperam as cercas nada mais, nada menos, da empresa Acesita energética. Era o MST, em sua segunda maior ocupação de terra na região. O medo que volta e meia fazia a madrugada ser mais fria ainda, se continha quando ecoava na multidão a palavra de ordem: “Povo unido, jamais será vencido.” Todos se sentiam encorajados.

Esse fenômeno (MST), já era alvo das inúmeras trincheiras que se constituíam na organização dos “senhores da terra” na União Democrática Ruralista (UDR), no Norte do Espírito Santo, principal berço do latifúndio e de grandes multinacionais na expansão da cana de açúcar e do eucalipto. Enquanto isso muitos pais de famílias, lideranças sindicais tinham suas vidas ceifadas na mira certa dos pistoleiros a serviços dos que se diziam donos da terra.

Ficamos em acampamentos de sem-terra por um longo período, bem mais de ano. Mas aquele espaço por si só já era uma escola diferente. Porque ali, desde ensinar uns aos outros ler e escrever, contar experiência de vida, se partilhava o alimento que tinha para aquele dia. Lembro-me que as vezes tinha arroz, mas não tinha óleo. “Preparar o arroz com óleo era um luxo” quando se tinha pouco, o responsável pela alimentação abria a lata e na hora de fazer o almoço, ia de fogão em fogão colocar o óleo necessário para fazer o arroz. E a família ficava esperando concluir a distribuição. Porque talvez precisássemos retirar ainda meia colher para alguém. A principal característica daquele grupo de famílias na época era a união e a solidariedade. Vale dizer que a solidariedade e a união se tornaram princípio da luta no MST, porém, “o egoísmo já pintou em nosso meio”. Mas naquela época todos os verbos necessários se conjugavam coletivamente no presente e no futuro. Com a conquista da terra alguns desafios organizativos se fizeram parte do assentamento. Dentre eles o egoísmo.

Nestes processos, aprendemos cultivar a resistência conjugando esperança para com a posse da terra. E em fim conseguimos. A notícia de que a terra estava liberada para ser “nossa” me fez ver meu pai chorar pela primeira vez. Creio que ele sabia que aquela conquista mudaria nossa vida para sempre. A partir daquele momento, a posse da terra se tornou um divisor de águas em nossas vidas.

## 2.2 A Relação Com a Escola Tradicional

A minha relação direta com a escola, iniciou em 1980 na 1ª série na Escola Municipal Nova Lima (São Mateus- ES). Ao chegar na escola me assustei: Ali prevalecia o ditado popular: “*escreveu não leu, o pau comeu*”. Eram castigos de ajoelhar no milho, ficar em pé na frente do quadro, ou perder o direito ao recreio e merenda. Eu ficava sempre quietinha para ter o recreio, momento que corria, pulava e conversava com as colegas. Pois, em casa de

minha mãe, não deixava a gente sair para casa de outros colegas. Ali eu estudei da 1ª a 6ª série. Até ali eu achava que escolas eram todas iguais, mudavam apenas de lugar e de nome. As notas eram atribuídas por letras do alfabeto, da qual guardo os boletins até hoje. Mas o que contava mesmo era a memorização. Então em cada bimestre eu me dedicava a memorizar uma área para não reprovar.

A letra A era equivalente a um dez. Naquele ano consegui ser aprovada no limite da letra C. Me recordo até hoje das tardes em que passava repetindo para mim mesma a tabuada, os algarismos romanos, números ordinais etc. Embora, meu boletim, nunca tinha o conceito A, o importante era ver o A de aprovada. Conforme ilustra cópia do boletim (figura 1).

ATIVIDADES ÁREA DE ESTUDOS OU DISCIPLINAS		1º Bimestre				2º Bimestre				3º Bimestre				4º Bimestre				RESULTADO FINAL					
		Aulas Dadas	Faltas	Conceito	CON. SUP. SUP.	Aulas Dadas	Faltas	Conceito	CON. SUP. SUP.	Aulas Dadas	Faltas	Conceito	CON. SUP. SUP.	Aulas Dadas	Faltas	Conceito	CON. SUP. SUP.	Aulas Dadas	Faltas	Conceito Final de Conselho de Classe	Recuperação Final	Aprovação ou Reprovado	
Educação Cívica	Comunicação e Expressão	45	07	C		49	05	C		48	02	B		49	10	B		191				C	
	Integração Social	45	07	D		49	05	C		48	02	C		49	10	B		191				C	
	Introdução à Ciência	45	07	D		49	05	C		48	02	C		49	10	B		191				C	
	Matemática	45	07	C		49	05	D		48	02	B		49	10	C		191				C	
Ensino Religioso Educação Física																							

Figura 1. Boletim escolar 2ª série ano 1982

Fonte: Arquivo da autora.

Ali, comecei a detestar escola, pois eu pertencia ao grupo dos excluídos. Existia a cadeiras da frente dos “sabidos” e as cadeiras de trás para os que não eram “sabidos”.

Na sala de aula, cada aluno tinha um rótulo. Eu acumulava alguns, dentre eles era “Ruim de matemática” Eu não gostava, mas eu pensava que tudo ali era normal, então só me restava chegar a 8ª série, que era o nível que meu pai e mãe, não mais nos obrigaria a estudar.

De vez em quando a professora chegava na escola e fazia um teste oral. Com a tabuada, os meses do ano, algarismos romanos etc. Certa vez ela me chamou a frente para dizer quais meses do ano tinha 30 dias e quais tinha 31. Eu não soube e aí fiquei com o castigo de ficar 15 dias na sala de aula na hora do recreio escrevendo em duas colunas os meses de trinta e os de trinta e um dias. Mas minha fadiga era medo de não acertar na hora do novo teste. Ai minha tia, comprou um livrinho com a tabuada para me ajudar. Nesta eu encontrei um versinho que recordo até hoje e que me levou a sair da situação com êxito.

*30 dias tem novembro*

*Abril, junho e setembro*

*Fevereiro 28 tem.*

*Se for bissexto mais um lhe deem.*

*E o mais que 7 são, 31 todos terão.*

Recitei o verso, a professora pediu para repetir, assim eu fiz, e no final foi muito legal. Senti um alívio imenso. Desde então, descobri que tenho apreço pela poesia rimada e frequentemente procuro expressar minhas ideias e sentimentos através da escrita poética.

Acredito que a educação possui o poder de nos ajudar a enfrentar os desafios do dia a dia, permitindo que nos expressemos, revelando nossa identidade e pensamentos e com a linguagem poética, a tradução do que sentimos e pensamos se torna mais humana.

A lei que regia a educação na época era a 5692/71, essa lei veio a ser alterada com a constituição de 1988, que universaliza o ensino fundamental. Em 1985, mudei com a minha família, de lugar, de escola, de endereço e passamos a fazer parte dos lutadores pela terra, que será explicado no tópico a seguir.

### **2.3 A Relação com a Escola na Dinâmica do Assentamento**

Minha família ficou muito tempo no acampamento em uma área cedida pelo Assentamento Córrego da Pratinha, distrito de Nestor Gomes Município de São Mateus. Depois de um ano ali, fomos acampar na estrada frente a fazenda Castro Alves, no município de Pedro Canário e desde lá, fazia parte das reflexões e equipes e a educação era pauta frequente. Se discutia que a escola devia refletir, valorizar a história daquelas famílias que já estavam nos assentamentos e de tantas outras que estavam a caminho. Eu estava entre 12 e 13 anos de idade, e no acampamento ajudava na escrita de cartas e tinha a tarefa de animadora de crianças. No barracão das crianças a gente aprendia as canções e a prática da higiene na “cidade da lona preta”.

Já no pré-assentamento,<sup>4</sup> tive a oportunidade de cursar a 7ª e 8ª série em uma escola de assentamento. “Escola de 1º grau Assentamento União” Município de Conceição da Barra. Ali eu ouvia os professores dizer que era preciso fazer uma escola diferente. Eu suspeitava e não entendia diferente em que? Logo vi que o tempo era diferente, era em forma de alternância.<sup>5</sup> Aos poucos fui conhecendo uma experiência em que eu e todos os estudantes podiam avaliar até os professores e fazer propostas, cultivar hortas etc. Ali, a prática era conduzida pela concepção de Paulo Freire de que “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho. As pessoas se educam entre si, através da organização coletiva.” Ali comecei a gostar dos estudos e até fazer planos.

Em 1991, recebi desta escola o histórico pela conclusão do 1º grau. Neste mesmo ano minha família muda de um assentamento para outro. De Pedro Canário para município de Nova Venécia. A coordenação do MST na época propôs a mudança de nossa família, para compor um assentamento que serviria de modelo organizacional com experiência de trabalho coletivo. Eu já com 18 anos, integrava a direção estadual do movimento.

Em função da localização, com muitas idas e vindas não havia possibilidades para continuar estudando e era tudo o que eu já queria. Deixei minha família na roça e fui para São Gabriel da Palha estudar, consegui uma família, na qual eu podia morar, fazer todos os serviços domésticos durante o dia e estudar a noite. O segundo grau era técnico e só tinha dois cursos: Magistério diurno e contabilidade noturno. Eu só podia estudar a noite. E a família só me dava hospedagem se eu pudesse trabalhar durante o dia e nos finais de semana. Fiquei um ano, eu era muito explorada, mas minha vontade de estudar falava mais alto. Então comecei a fazer o curso de contabilidade. Como a situação de explorada se agravava e eu não tinha transporte para ir até minha família no assentamento nos dias de domingo, eu desisti no fim do primeiro ano e voltei para casa de meus pais no assentamento.

---

<sup>4</sup> Área onde as famílias ficam instaladas ainda em barracos, já iniciam cultivos de ciclos rápidos enquanto saem a liberação definitiva da área que irá se tornar o Assentamento definitivo.

<sup>5</sup> Refere-se ao modelo pedagógico de alternância que consiste em dividir o tempo dos estudantes entre a escola e o trabalho prático nas propriedades rurais. Os alunos passam uma parte do ano em período integral em uma instituição de ensino, onde recebem formação acadêmica, e outra parte do ano nas suas comunidades, aplicando os conhecimentos adquiridos e participando das atividades agrícolas.

Já no Assentamento Treze de maio, voltei a contribuir na militância do movimento, mas na coordenação interna. A educação era o carro chefe da comunidade. Neste assentamento a escola foi criada antes mesmo das primeiras barracas. O trabalho era voluntário e o saber era partilhado. No curral da fazenda, que anterior ao assentamento quem circulava eram os bois, passou a circular gente, ideias e projetos. Ali no antigo curral passou a ser lugar de estudar, lugar de refletir, de aprender juntos a construir uma nova comunidade, uma escola diferente, como organizar a produção em uma terra, que era de um e passou a ser muitos donos. As condições de infraestrutura eram limitadas, mas foi ali que se desenvolveu as primeiras experiências de formação do Assentamento Treze de Maio. Ali que se criou as equipes e frentes de trabalho dentre elas a da educação, que passou a contactar, reunir, reivindicar junto ao poder público a criação da escola com reconhecimento para as crianças não perderem o ano letivo. Geralmente tem sido assim, que se começa a maioria das escolas do MST, mas sempre reivindicando construções, estruturação física, material e pessoal para fortalecer mais a proposta de educação em suas distintas dimensões. No assentamento Treze de Maio, as primeiras salas de aula foram no espaço de um curral conforme foto a seguir. (figura 2).



**Figura 2. 1ª sala de aula no curral do assentamento**

Fonte: Acervo da autora 1989.

Neste espaço do curral as aulas para as crianças eram organizadas de segunda a sexta feira por mulheres que na ocasião tinham a 4ª série, enquanto que aos sábados e domingos aconteciam os cursos de planejamento da produção agrícola. O que na época era frequentado pelo público masculino. Conforme ilustra a figura acima. As mulheres trabalhavam na roça, tal qual os homens, mas não participavam do planejamento da produção. A estrutura física destinada a escola, era o espaço usado para os distintos momentos coletivos, inclusive celebrações.

De 1992 a 1995 fiquei sem estudar. Nesse período fiz vários cursos informais no Movimento Sem-Terra. No fim de 1995 fui convidada a fazer o curso de habilitação para o magistério um projeto com parceria do INCRA, MST, e Escola de 1º e 2º Graus Santo Antônio – São Mateus. Este curso foi resultado de muitas ações e proposições do MST para legitimar os professores que atuavam nas escolas e não tinha habilitação. A parceria com a escola foi a garantia de criação e aprovação do curso de magistério, que foi um marco

fundamental para abrir caminhos e alavancar as lutas pela qualificação da formação política e pedagógica dos professores em escolas de assentamentos. Terminei em 1998. Este curso me trouxe a certeza de que eu podia ser educadora e fazer uma escola diferente. Antes mesmo de terminar o curso o Assentamento me deu a tarefa de lecionar para uma turma de 25 crianças. Devido à distância e pelo o que os meios de comunicação divulgavam, nenhuma professora de fora queria ir dar aula na escola de Sem Terra. Lecionei nesta escola de 1996 a 2001. Também neste período, casei tive uma filha e um filho. Atualmente dou aulas aos filhos que são os filhos desta turma representada na foto a seguir.

No ano de 1997, passei a lecionar para uma turma de 32 estudantes de 1ª a 4ª série, com medo grande da tarefa, mas encorajada pela comunidade que me passou a responsabilidade de educar seus filhos e filhas, me pedindo para não distanciar da nossa bandeira. Isto é, dos princípios que ela representa.



**Figura 3. Eu e minha 1ª turma na escola do Assentamento Treze de maio – 1996**

Fonte: Acervo da autora.

Foram muitos desafios, aprendizados e maior conhecimento desta “Escola Diferente” Por uma discussão coletiva do MST, deixei as atividades na escola e fui atuar na Comissão Pastoral da Terra, que na época dava suporte na formação agroecológica e cultural em vários Assentamentos recém formados, dentre eles o Treze de maio.

Paralelo a esta tarefa, em 2003 encarei mais um desafio, de fazer um vestibular para integrar-se a turma especial de Pedagogia da terra, parceria MST/ INCRA e UFES. Um curso intensivo que trouxe mais formação para o exercício da profissão, qualificação para pesquisa, sistematização e aprofundamento da capacidade crítica, pedagógica, e política.

Na minha formatura de pedagogia em 2007, aconteceu algo que me aproximou ainda mais de meus pais, do estudo e do respeito a dignidade humana: Meu pai era conhecido por ser muito seguro, não comprava nada que não fosse alimento básico. Até porque um salário mínimo não dava para muita coisa.

Por ocasião da minha formatura, ele já estava aposentado e orgulhoso com a primeira filha dele a chegar à faculdade, chamou minha mãe para ir com ele a cidade para comprar, para mim um presente surpresa. Disse a ela, que se o dinheiro desse ele compraria um anel de ouro. Minha mãe aprovou a ideia e eles foram. Entraram em uma lojinha de bijuterias de um casal.

Ao relatar os planos, a mulher lhes ofereceu um anel que custava exatamente os R\$ 380, 00 reais da época. (valor de um salário mínimo). Eles ficaram sem dinheiro nenhum, mas me levaram este anel. Não lhes deram nota fiscal e a garantia só de boca. Eu recebi este anel e

na semana seguinte fui à loja pedir a garantia, e chorei muito, quando descobri que eles tinham enganado meus pais. Eu não podia fazer nada, porque não tinha o comprovante da compra. Fiquei triste, mas guardei o anel como uma joia. Nunca disse para meus pais que o anel não era de ouro. Porque para mim, era ouro. Ouro de 380 quilates, porque cada real empregado nele foi dinheiro honesto que deixou de comprar outra coisa ou alimento necessário a família.

Continuei minha trajetória com afincado contribuindo por alguns anos nas instâncias dos movimentos sociais. Em 2012, o Assentamento Treze de maio, entendeu que eu precisava voltar a atuar na mesma Escola Estadual de Ensino Fundamental José Antônio da Silva Onofre. Eu retornei para a escola e seguimos trabalhando, praticando e defendendo a pedagogia do MST: Uma prática pedagógica que busca estabelecer uma relação direta com a realidade dos trabalhadores rurais sem terra. Onde os conteúdos curriculares são desenvolvidos a partir das demandas e necessidades dos assentamentos e acampamentos, priorizando a formação integral dos indivíduos. A educação do MST é fundamentada nos princípios da pedagogia do oprimido, de Paulo Freire. Assim, busca-se a participação ativa dos educandos, estimulando o diálogo, a reflexão crítica e o protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem.

Educação como transformação social: O MST entende a educação como uma ferramenta de transformação social e luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Têm como objetivo formar sujeitos comprometidos com a causa da reforma agrária e que possam atuar como agentes de mudança em suas comunidades.

Ora com muitos, ora com muito mais desafios, mas sempre com a força e motivação da mística que nos revigora para que não sejamos derrotados pelas deficiências que o sistema cria nas escolas, pela excessiva burocratização da educação ou pelas práticas oportunistas.

Seguimos lutando! Desistir, deixa de ser opção, para quem viu nascer uma escola, onde nascia apenas capim. Viu a mesa limpa se tornar uma mesa farta, viu o barraco de lona se tornar uma bela casa, e a grande fazenda de um só, ser moradia e trabalho de aproximadamente 200 pessoas.

Nesta trajetória tive a oportunidade de participar do 1º ENERA (Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária), este encontro reuniu pela primeira vez em âmbito nacional, educadores e educadoras em Brasília, em uma oportunidade riquíssima de demonstração, partilha de experiências educacionais legítimas das escolas situadas em áreas de reforma agrária. Ali eu senti e vi a olho nu, a dimensão da educação no MST. Participei de incontáveis encontros e seminários estaduais e nacionais que me ajudaram e me ajudam a entender, defender e acreditar que a educação do MST, já deu certo, é mais que uma proposta. E neste contexto, comprovar e defender que a educação do campo não somente é possível como necessária porque promove uma formação integral dos estudantes, aliando conhecimentos teóricos e práticos, valoriza a cultura e os saberes locais, respeitando e valorizando a diversidade presente nas comunidades camponesas. Essa perspectiva busca garantir acesso aos direitos básicos de uma educação de qualidade, proporcionando melhores condições de vida e trabalho no campo. combatendo a histórica exclusão e desigualdade enfrentada pelos estudantes rurais.

A proposta de educação do movimento, foi se consolidando e possibilitando conquistas fundamentais para as escolas de assentamentos, inclusive na formação acadêmica dos educadores e educadoras que estão ou estiveram nela. Também há que se considerar o avanços nos níveis de escolaridade do conjunto das famílias assentadas, desde os níveis de graduação, lato sensu a stricto sensu. Foi inserida neste contexto de militância no MST, na Comissão Pastoral da Terra, que fomos entendendo o nosso papel na luta social e percebendo a importância de estudar para nos capacitarmos melhor para os desafios da educação e das lutas por transformações sociais.

Em 2021, fui aprovada no processo seletivo da UFRRJ para o mestrado em educação. E estar no PPGEA, nestes dois anos, foi um sonho. Mais que isso, tem sido uma adubação da consciência e capacitação profissional, para atuarmos com mais comprometimento no terreno fértil da escola do campo. Enfrentando as adversidades contemporâneas com estratégias, ética e consciência de classe.

Ser pesquisadora em minha própria realidade escolar, exigiu equilibrar o envolvimento pessoal com a objetividade científica, foi um desafio intelectual e emocional, mas também uma oportunidade de crescimento e de contribuir para a produção de conhecimento.

Neste período de conclusão do curso de mestrado muitas reflexões me vieram a cabeça, desde sentimento de gratidão, de persistência nas lutas e conflitos que me transformaram em quem sou hoje com minhas concepções de mundo. Revisitar minha trajetória me deu mais convicção do quanto o MST, é fundamental na luta pela conquista da terra e pela resistência nela, até que os frutos se tornem reais. Os assentamentos, manter vínculos orgânicos com o MST é fortalecer a identidade e não negar as raízes.

Resistindo na terra conquistada, criei meu filho e minha filha juntos a tantas outras que aqui nasciam e cresciam nesta pequena gleba. Recuperamos a capacidade fértil do solo ressequido pela pecuária, exploração e ganância extensiva do latifúndio.

Nosso trabalho rende frutos no chão, desta terra, que já fora improdutivo. A isto eu chamo de resistência. Produzimos alimentos saudáveis, que se torna nosso fortalecimento na defesa do pão e da terra, para quem dela depende para viver e esperar.

Aprendi neste processo percorrido até aqui, a importância de estudar. A educação não apenas nos fornece as ferramentas para alcançar nossos objetivos, mas também nos ajuda a entender o mundo ao nosso redor. Além disso, a educação nos deu a confiança e o poder de falar por nós mesmos, de expressar nossas opiniões e de nos envolver ativamente nas questões que nos afetam. Podemos ver que o conhecimento não é apenas a chave para a liberdade individual, mas também para a transformação coletiva.

Não foi simples ser pesquisadora em uma realidade que também é nosso espaço de vivência. Mas me atentei para uma metáfora que expressa por José Saramago: Para ver a ilha, tem que sair da ilha, em alusão ao conto da ilha desconhecida. “Para ver a ilha, tem que sair da ilha”.

Ao assumir a posição de pesquisadora, tive que assumir também uma postura de grande respeito com os sujeitos da pesquisa, sem me inserir como tal.

Neste papel, precisei manter uma distância emocional e objetiva para garantir a imparcialidade e a integridade dos dados coletados. Foi um desafio, uma vez que estávamos lidando com questões que também afetavam diretamente a minha vida e a vida das pessoas ao meu redor.

Porém, essa postura foi fundamental para que eu pudesse me aprofundar na pesquisa de forma mais imparcial e completa. Ao me afastar da minha perspectiva pessoal, pude visualizar a realidade dos sujeitos da pesquisa de maneira mais clara e abrangente.

Também foi importante respeitar as experiências e vivências dos participantes, evitando qualquer tipo de julgamento ou preconceito. Cada indivíduo tem sua própria história e sua própria forma de enxergar o mundo, e foi fundamental para a pesquisa compreender e valorizar essa diversidade.

Assumir essa posição de pesquisadora imparcial e respeitosa foi uma lição de humildade e aprendizado. Fui desafiada a abrir minha mente, ouvir atentamente e estar aberta a novas perspectivas. Ao final do processo, pude perceber o quanto valioso foi esse distanciamento para a qualidade e a confiabilidade dos resultados da pesquisa.

Apesar dos desafios, ser pesquisadora em minha própria realidade trouxe um profundo senso de responsabilidade e comprometimento com a necessidade de refletir e pensar nos

reflexos da educação ofertada na escola do Assentamento para com aqueles que tiveram laços educacionais com a instituição pesquisada em diferentes épocas.

Compreendi a relevância de trazer para reflexão o pensamento destes diferentes sujeitos que tiveram envolvimento direto com a pedagogia do MST em maior ou menor porção de tempo escolar. Deste modo realçar a voz a quem esteve ou está inserido neste campo, buscar refletir e compreender esta voz foi também me abrir para diferentes perspectivas e experiências contribuindo para a minha própria compreensão e crescimento.

Ter o papel de pesquisadora em minha própria realidade me mostrou a importância da responsabilidade social. Me fez perceber que, mesmo que meus esforços possam parecer pequenos em relação aos desafios que enfrentamos, a pesquisa não deve ser apenas uma busca pelo conhecimento, mas também uma forma de impactar positivamente a sociedade.

Uma jornada desafiadora, mas também extremamente gratificante. Ter a oportunidade de olhar para realidade como pesquisadora foi fortalecer os vínculos políticos, éticos e social com a história e a luta do lugar. Por isso, a metodologia que descreveremos no capítulo que segue, tem muito a ver com a temática e local de pesquisa.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, procuramos descrever o itinerário do desenvolvimento de cada uma das diferentes etapas que compuseram o presente estudo. Apresentamos os métodos que buscamos percorrer em cada etapa deste trabalho, a caracterização da região/local onde ocorreu a coleta e avaliação dos dados.

Trazemos também uma apresentação dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa, bem como a justificativa para a escolha desses sujeitos. Também discutiremos os aspectos éticos envolvidos na pesquisa, como o consentimento informado e a preservação da confidencialidade dos participantes. Os recursos metodológicos que direcionaram os passos percorridos e por fim, os procedimentos de coleta até a organização e análise dos dados.

Em relação ao recurso metodológico, descrevemos a abordagem adotada na pesquisa. Onde discutimos os fundamentos teóricos que embasam a escolha do método, assim como as vantagens e desvantagens dessa abordagem. Também são apresentados os instrumentos de coleta de dados que foram utilizados.

Em resumo, este capítulo terá como objetivo apresentar de forma clara e detalhada o planejamento metodológico da pesquisa. Os passos seguidos na garantia de realização de uma pesquisa rigorosa e confiável.

#### 3.1 Procedimentos Metodológicos

O desenvolvimento de um método de pesquisa sistemático e rigoroso possibilita a verificação dos dados e resultados encontrados no itinerário do estudo científico. A natureza da ciência possibilita a comprovação de algum equívoco cometido dentro da pesquisa, ou seja, por se tratar de uma pesquisa englobando pessoas com características subjetivas implícitas, existe a possibilidade de que alguns erros venham a ocorrer (Mattos, 2020).

Nossos primórdios pesquisadores conseguiram realizar grandes obras acadêmicas, se baseando no método da tentativa e do erro, tipo de pesquisa também conhecido como empírico, onde os protocolos de observação, teste, desenvolvimento e avaliação, ainda não estava presente na comunidade científica da época. Na atualidade, podemos contar com uma gama de conhecimentos de pesquisas que estão voltadas para o estudo de diversas problemáticas, sejam as com caráter qualitativo, sejam as com caráter quantitativo.

Diante da problemática de entender melhor os princípios que orientam a formação dos estudantes e a prática pedagógica dos professores em uma escola coordenada pelo MST no noroeste do estado do Espírito Santo, trilhamos os caminhos fomentado pelos postulados de uma pesquisa qualitativa do tipo etnográfica.

Segundo Mattos (2020), a pesquisa etnográfica é indicada para o estudo de um povo ou grupo sociocultural. Requer tempo para que o pesquisador esteja imerso no contexto da pesquisa e o uso de diferentes procedimentos.

O estado da arte realizado e incluso nestes registros, teve o objetivo de mapear trabalhos já publicados acerca da problemática em investigação. Para Mattos (2020), a pesquisa de estado da arte ou estado do conhecimento é um levantamento de caráter bibliográfico acadêmico. É reconhecida como uma metodologia por ter caráter inventariante da produção científica. Pode caracterizar-se como parte inicial de qualquer estudo. Ou seja, trata-se de um estudo bibliométrico, ou seja, o mapeamento de tudo ou quase tudo que foi produzido no tema de pesquisa.

Procuramos acessar com a pesquisa os documentos dispostos na escola em estudo e ainda aqueles de domínio público disponibilizado na *internet*, tais como, o Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Pedagógico (PPP), livros, reportagens, cartilhas, registros fotográficos que entre outros arquivos que auxiliaram na elucidação da questão levantada no presente estudo.

A pesquisa documental diz respeito ao levantamento de materiais já produzidos, constituindo-se em documentos, fotografias, relatórios, cartas, pinturas, jornais, revistas etc. Tanto a pesquisa bibliográfica como a documental podem fazer parte de outras pesquisas (Mattos, 2020).

Com o conhecimento proveniente das buscas realizadas no banco de dados, onde é disponibilizado diversos artigos, teses, dissertações e livros, com grande aproximação dos anseios levantados desde o início da pesquisa, a construção das questões que comporá um questionário e/ou roteiro de pesquisa, assume uma posição mais linear e perene no estudo científico.

Diante da importância de recursos de coleta de informações com baixo nível de complexidade e boa eficiência, trabalhamos com o questionário no itinerário de desenvolvimento desta pesquisa, pois segundo Gerhardt *et al.* (2009), emprego do questionário como ferramenta de coleta de dados é comumente utilizado em pesquisas que propõem o levantamento de uma maior e mais detalhada quantidade de informações acerca dos participantes.

Elaborar questionários de maneira que tragam noções claras, objetivas e necessárias à realização da pesquisa, não é, contudo, tarefa fácil, demandando tempo e esforço na sua construção a fim de que possa tornar-se um fator favorável ao investigador (Gerhardt *et al.* 2009).

Para tanto, é necessário que se faça uma escolha atenta sobre as questões a serem levantadas, isso significa, segundo Pádua (2004), que o pesquisador deve elaborar o questionário somente a partir do momento em que tenha um conhecimento significativo em relação ao tema proposto. Em uma sondagem de teor meramente linguístico, o questionário permite que se conheça um pouco mais sobre a escolha vocabular, as influências do meio social sobre escrita e a forma de expressão verbal utilizados pelo público alvo da pesquisa.

Utilizar o roteiro de entrevista, com uma entrevista semiestruturada. Para Mattos (2020), a vantagem da entrevista é que o entrevistado não necessita ter conhecimento da leitura ou da escrita e a desvantagem é que o respondente pode ser influenciado pela presença do entrevistador, emitindo respostas falsas ou ficar desmotivado por insuficiência de conhecimento a respeito do assunto ou tema.

Na etapa, pertinente a coleta de dados com entrevista semiestruturada, tende a respeitar o tempo do indivíduo, dando a ele uma maior liberdade de expressão, permeando uma espécie de diálogo entre entrevistador e entrevistado, o que é fundamental para aprofundar e confirmar as informações apresentadas, sobretudo quando as mesmas visam analisar o perfil linguístico do entrevistado (Gerhardt *et al.* 2009).

A coleta de dados é uma das etapas de maior relevância da pesquisa. Sendo um dos instrumentos mais eficientes para tanto, a entrevista, pois com base nela, foi possível perceber aspectos característicos da nossa problemática e objeto de pesquisa. Nesta etapa do processo, foram entrevistados estudantes e professores da EEFM José Antônio da Silva Onofre, com a intenção de coletar dados e informações que vieram contribuir para as discussões e anseios observados nos objetivos de pesquisa.

A nossa opção pela pesquisa do tipo etnográfica se deu, quando compreendemos que a pesquisa etnográfica envolve o pesquisador imergindo-se na vida cotidiana da comunidade ou grupo, participando de atividades e interações sociais, observando e registrando observações detalhadas e realizando entrevistas e conversas informais com os membros do grupo. O objetivo é capturar a perspectiva interna e a experiência vivida pelos indivíduos, a fim de gerar conhecimento sobre as dinâmicas culturais, sociais e comportamentais. Essa abordagem

busca obter uma compreensão profunda e holística da cultura e das interações sociais de um determinado grupo, ao invés de apenas observar e medir variáveis isoladas.

Essa opção de pesquisa é especialmente útil quando se busca compreender fenômenos complexos e subjetivos, como valores culturais, rituais, práticas sociais e tomada de decisão. A pesquisa etnográfica permite que os pesquisadores obtenham uma compreensão mais profunda das influências culturais sobre os indivíduos e como elas moldam suas vidas e identidades.

Outra razão para a opção pela pesquisa etnográfica é a sua capacidade de revelar insights e padrões desconhecidos ou não documentados previamente. Ao observar e interagir com os participantes diretamente em seus contextos naturais, os pesquisadores podem descobrir informações que não seriam obtidas por meio de outras abordagens de pesquisa mais tradicionais.

### **3.2 Da coleta a organização e análise dos dados**

Dentre os passos dados, primeiro revisitávamos inúmeras vezes as questões levantadas nas etapas iniciais da pesquisa, tais como, problemática, objetivo geral e específicos, metodologia e referencial teórico, para nos embasarmos nas buscas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES por trabalhos acadêmicos, teses e dissertações que pudessem fundamentar as diretrizes que compõem a pesquisa.

Em seguida, foi a formulação dos critérios de inclusão/exclusão de dissertações e teses, relevantes para o delineamento teórico da pesquisa. Aplicamos alguns critérios de seleção baseado em palavras-chave, (Formação camponesa; Escolas do MST; educação do campo), tomando como bases o idioma nacional, e como exclusão, procuramos selecionar trabalhos que em seu itinerário de desenvolvimento, buscou alternativas para problemas similares ao discutido no presente projeto de pesquisa.

Para dar respaldo e maior suporte ao que se propunha, realizamos a divulgação da pesquisa para comunidade escolar, composta por professores, equipe gestora e estudantes envolvidos. Na oportunidade foi enfatizada a inscrição voluntária dos estudantes na pesquisa, importância do estudo para acadêmicos, estudiosos e demais interessados na temática, bem como, o sigilo total das informações levantadas na pesquisa.

Com o apoio sinalizado, fizemos a listagem com as categorizações dos sujeitos da pesquisa organizados por gênero feminino e masculino, Professor e estudante e passou-se para apresentação dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de acordo com a resolução 466 do ano de 2012.

Para garantir uma maior descrição e sigilo aos participantes da pesquisa, os inscritos foram caracterizados por meio de uma sequência crescente, composta por uma letra e um número (E1, E2, A1, A2). Paralelo a pesquisa de campo, seguimos com a busca e registros de outras fontes, dados e informações que completam a pesquisa.

Na sequência desta fase, procuramos apresentar as análises finais, seus resultados em discussões, e as percepções finais dos sujeitos da pesquisa.

Sempre atentos aos critérios que a pesquisa científica requer, procuramos o cumprimento de todas as diretrizes éticas e legais exigidas para a realização do estudo. Ao obter a aprovação do comitê de ética, garantimos que nossa pesquisa atende aos princípios de respeito aos direitos humanos, benefício, autonomia, justiça, integridade, confidencialidade e responsabilidade.

Com o apoio formal do comitê de ética, temos a segurança que conduzimos a pesquisa de forma ética e responsável, levando em consideração todos os aspectos envolvidos, como a proteção dos participantes, a minimização de riscos, a garantia do consentimento informado e a confidencialidade dos dados.

Além disso, ao contar com o apoio formal do comitê de ética, também ganhamos legitimidade diante da comunidade científica e da sociedade em geral, uma vez que o comitê é responsável por avaliar a ética das pesquisas e garantir que os princípios éticos sejam seguidos.

Dessa forma, a aprovação do comitê de ética nos permitiu desenvolver a pesquisa com a devida segurança e respaldo ético, contribuindo para a confiabilidade e validade dos resultados obtidos e para a promoção do avanço científico de forma ética e responsável.

### **3.3 Região e Local da Pesquisa**

A microrregião noroeste do Estado do Espírito Santo está representada no mapa capixaba por sete municípios, a saber: Nova Venécia, Vila Pavão, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Mantenedópolis e Águia Branca. A região ocupa 22,61% do território capixaba e apresenta uma população estimada em 162.258 habitantes, o que corresponde a 4,08% da população total do estado (IJSN, 2012).

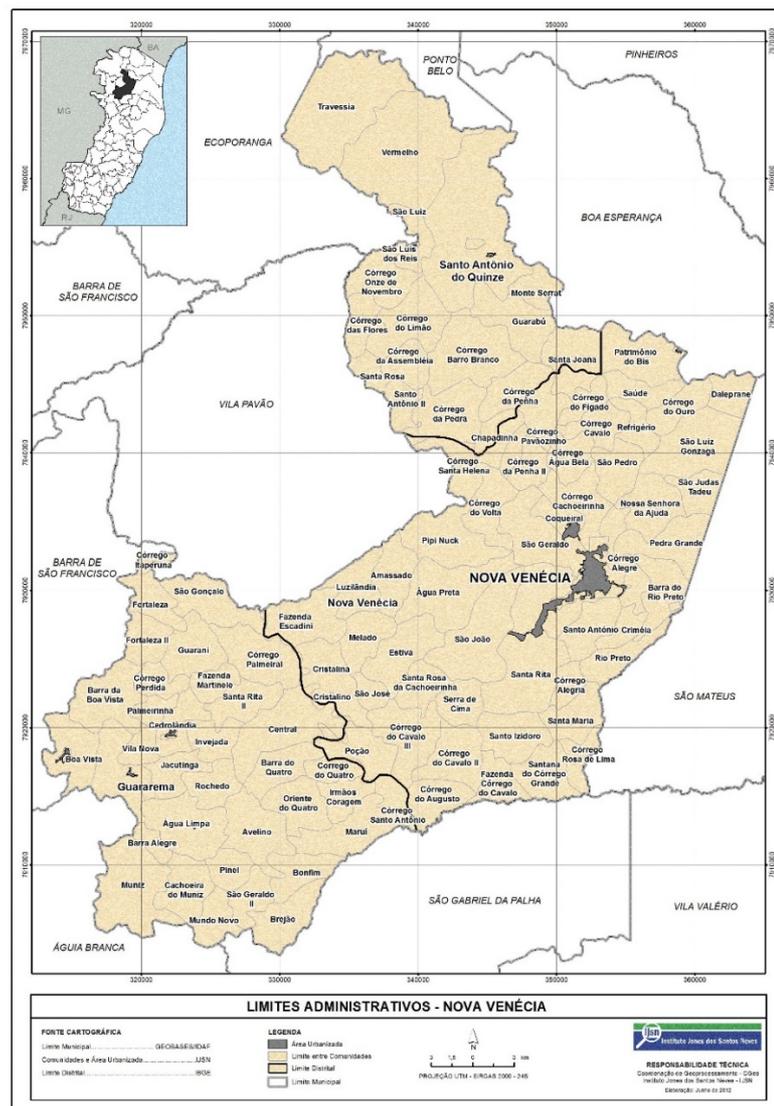
A população estimada para Nova Venécia no ano de 2022 foi de 51.000 habitantes, com predominância da população advinda das regiões rurais. O IDH de Nova Venécia em relação ao Brasil, que é fruto de pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, está em 0,712, o que coloca o município na posição de 1546º em relação aos demais municípios do Brasil (PNUD/2010).

Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (2012), a quantidade de pessoas por unidade de área da microrregião é pequena, de apenas 15,57 pessoas por quilômetros quadrados, se comparada à densidade do Espírito Santo, de 86,19 pessoas por quilômetros quadrados. A região tem como centralidade os municípios de Nova Venécia e de Barra de São Francisco, centros urbanos que crescem com o comércio e serviços, especialmente na área de educação e saúde. A economia tem por base o café conilon, a fruticultura e as rochas ornamentais.

Localizado a noroeste do estado do Espírito Santo, o município de Nova Venécia (seta vermelha no mapa) foi criado em 11 de maio de 1988 pela Lei de nº 4.070. Desmembrado de São Gabriel da Palha, e instalado em 1º de janeiro de 1989. O município está distante 219 km de Vitória que é a capital do Estado, possui altitude de 130 metros (Incaper, 2011).

Segundo informações do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, o município de Nova Venécia está localizado à latitude Sul de 18°42'48'' e longitude Oeste de Greenwich, de 40°24'05'', na região Noroeste do estado do Espírito Santo, a 255 km de sua capital Vitória (Incaper, 2011).

O município ocupa uma área de 1.442,158 km<sup>2</sup>, limitando-se com os municípios de São Mateus, Boa Esperança, Ponto Belo, Ecoporanga, Vila Pavão, Barra de São Francisco, Águia Branca e São Gabriel da Palha (Figura 01). Está inserido majoritariamente na Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus, com a parte sul do município inserida na bacia hidrográfica do Rio Doce (Incaper, 2011).



**Figura 4: Limites Administrativos de Nova Venécia - ES**

Fonte: Arquivos da Autora.

A ocupação maior no município gira em torno do setor de serviços (56,23%), e do setor agropecuário (35,43%). Economicamente o setor de serviços, representado pela parte Administrativa, Defesa, Educação, Saúde Públicas e Seguridade Social, corresponde a 56,23% da contribuição para o Produto Interno Bruto do Município, o setor administrativo com 23,44% da contribuição, o industrial com 11,0% e o agropecuário com 9,31% das contribuições para o PIB do município (IBGE, 2010). PIB do município (IBGE, 2010).

As atividades econômicas do município de Nova Venécia concentram-se em seu setor agropecuário, sendo que as principais atividades rurais, agrícolas e não agrícolas são: Cafeicultura, bovinocultura, fruticultura, horticulturas e as culturas anuais, agroindústria, agroturismo pedagógico e lazer. O que está presente no meio como fonte de geração de renda é a extração de granitos, pois, a extração de rochas empregas muitos filhos de agricultores (Incaper, 2011).

A estrutura fundiária de Nova Venécia retrata o predomínio das (pequenas/grandes) propriedades. A predominância da Agricultura no município é a Familiar, sendo que dos estabelecimentos, cerca de 79,00 % são de Agricultores Familiares (Incaper, 2011).

O eixo produtivo do setor agrícola no município de Nova Venécia e região, gira em torno da cafeicultura do Conilon, ocupando a décima primeira posição, com 77% em média de participação no valor da produção da pasta agrícola do município (Incaper, 2021).

### **3.4 Caracterização da Escola e localização**

O Assentamento Treze de Maio, está localizado no município de Nova Venécia, na zona rural. Ele foi estabelecido a partir das lutas e organização das famílias que fazem parte do MST. Esta área é o resultado da atuação do MST por reforma agrária, que foi marcada por intensas ocupações no período dos anos 1980.

O Assentamento Treze de Maio é apenas um dos diversos que foram estabelecidos durante esse período de luta. O assentamento ocupa a região do Córrego Brejão e abriga muitas famílias que antes viviam em condições precárias e sem acesso à terra.

A escola que está situada no Assentamento Treze de Maio e as famílias a tem como uma importante ferramenta para a educação das famílias assentadas. Ela desempenha um papel fundamental na transformação social e na garantia do direito à educação das crianças e jovens da região. Além disso, a escola também funciona como um espaço de fortalecimento da cultura local e de promoção de atividades extracurriculares que contribuem para o desenvolvimento das crianças e o bem-estar da comunidade.

No entanto, a luta das famílias assentadas continua em busca de melhorias e condições dignas de vida no campo. A história do assentamento e da escola no Assentamento Treze de Maio é um exemplo de resistência e superação das adversidades, destacando a importância da luta pela reforma agrária e pela garantia dos direitos das famílias assentadas.

A escola que constituiu o principal campo de pesquisa é a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “José Antônio da Silva Onofre”, encontra-se localizada no Assentamento Treze de Maio. O acesso as dependências da escola, se dá por meio da rota que parte do município de Nova Venécia sentido São Gabriel da Palha, onde ingressa-se à direita na altura do quilômetro 35, próximo ao ponto da Lapa.

A escola José Antônio da Silva Onofre, iniciou seus trabalhos no ano de 1990, por meio da portaria de número 198-R, com edição em 29 de dezembro do ano de 2005. Na mesma escola José Antônio da Silva Onofre, foi criado no dia 31 de janeiro de 2013, o curso de educação voltada aos Jovens e Adultos (EJA 1º Segmento). A escola atende atualmente Ensino fundamental, series iniciais de 1º ao 5º ano, em duas turmas multisseriadas e na modalidade EJA, oferta 2º segmento em uma turma de multietapas e Ensino médio como Técnico auxiliar de agroecologia.

A escola possui um prédio em construção sólida de alvenaria, cobertura de telhas francesas, duas salas de aula, uma cozinha, dois banheiros para os alunos (masculino e feminino), banheiro único para funcionários e uma área usada como refeitório, recepção e outros fins.

Na fase de instalação das famílias na área onde atualmente encontra-se a escola, existiu uma preocupação com a ausência de uma instituição de ensino voltado as necessidades das crianças, da juventude, de mulheres e de homens que haviam chegados nesta terra para constituir ali, definitivamente, uma nova comunidade. Tal situação, aliado a falta de aceitabilidade, por parte dos moradores da região em relação aos sujeitos recém-chegados no local, pertencentes a uma categoria social vítima de grande preconceito, os “sem-terra”, fez acirrar os ânimos em prol da construção de uma escola própria da comunidade naquele mesmo ano.

Com reflexões, deliberações e propostas coletivas, em uma grande assembleia é aprovada que mesmo sem legalidade, começariam ainda naquele ano as aulas com as crianças.

E em junho a escola é montada em uma área organizado pelas famílias, em um antigo curral e logo em seguida em uma construção de estuque feita pelos próprios assentados em mutirão.

As famílias compreendiam que a legislação é fundamental para garantir a qualidade e o direito à educação de todas as crianças. Ela estabelece requisitos mínimos que uma instituição de ensino deve cumprir para oferecer um ambiente adequado e seguro para o aprendizado. Neste sentido as famílias garantiram os requisitos mínimos e logo foram em busca dos trâmites legais que dariam formalidade ao processo educativo ali em desenvolvimento.

Na realidade é quase que inevitável que os camponeses tenham que fazer este processo inicial para pressionar a abertura/criação da escola na comunidade. Embora a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado, promovendo a igualdade de acesso à educação em todas as regiões do país, a população do campo tem sempre que lutar para garantir este direito.

Os educadores foram indicados e eleitos pelas famílias, para isso pesquisou -se as pessoas que tinham maior escolaridade, na ocasião, a 4ª série do ensino fundamental. Inicia-se as aulas e paralelo a isso elegem uma comissão que iria fazer o vai e vem de reuniões, audiências e pressões para negociarem o reconhecimento e legitimidade, bem como a construção de uma escola na comunidade.

Resultante deste processo a instituição de ensino criada recebe o nome de Escola “José Antônio da Silva Onofre” em homenagem a um jovem lutador do Movimento Sem-Terra, que havia falecido na região. Após essa criação, a escola funciona quase 15 anos sem registro legal na Secretaria de Estado da Educação (SEDU).

As famílias reconhecendo a importância da escola e ampliação da oferta na comunidade, deu início a uma pressão que forçou a secretaria de educação de Nova Venécia, reconhecer a sala da educação infantil, já aberta e organizada voluntariamente pelas famílias no assentamento. A partir de 2008 a sala de educação infantil vinculada a prefeitura de Nova Venécia, passando a ofertar o ensino para as crianças de 3 à 5 anos idade do assentamento e atraiu desde então crianças de comunidades vizinhas.

Desde a origem, a escola e a comunidade vêm procurando garantir os objetivos da oferta escolar de maneira a efetivar o vínculo orgânico entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, buscando reconhecimento e respeito às culturas da comunidade local. Desenvolvendo elementos da Pedagogia da Alternância, na busca de integração entre escola, família e comunidade, tendo a realidade como base para o desenvolvimento do processo educativo, através do trabalho com Temas Geradores para estudo, análise e reflexão, identificando as demandas, as ações que a realidade exige.

Os princípios da pedagogia da alternância <sup>6</sup>condizem com os princípios, políticos, filosóficos e pedagógicos da educação no MST. A ideia central da pedagogia da alternância é promover a integração entre teoria e prática, estimulando a participação ativa dos estudantes em seu ambiente de vida e trabalho. Além disso, busca-se também valorizar os conhecimentos e tradições locais, fortalecer os laços comunitários e promover uma formação que esteja alinhada com a realidade e os desafios das comunidades rurais.

---

<sup>6</sup> A Pedagogia da Alternância surgiu na década de 1960, na França, como um modelo educativo voltado para a formação integral de jovens em áreas rurais. Ela foi desenvolvida pelo padre francês José-Marie Gabriel, que buscava uma forma de educar os jovens que moravam em comunidades agrícolas, conciliando o trabalho no campo com a educação escolar.

Com o passar dos anos, a Pedagogia da Alternância foi se disseminando para outros países e contextos, adaptando-se às diferentes realidades e necessidades locais. Atualmente, é utilizada em diversos países, principalmente em áreas rurais, como uma forma de promover o acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Cada período de abertura do plano de estudo na escola, são agregados símbolos, textos, figuras que, de maneira interdisciplinar, dão um contexto novo a cada tema gerador. O uso de sementes de milho, de pau Brasil e girassol deram um colorido no trabalho de arte que em forma de espiral explicitou muito bem o que representa o tema gerador no início do ano letivo.



**Figura 5. Painel de sementes ilustrativo do Plano de estudo**

Fonte: Acervo da autora 2022.

A imagem aqui neste painel feito sementes traz uma representação simbólica da compreensão e relevância da metodologia dos temas gerados que compõe o Plano de estudo na escola do assentamento. No Título: Plano de estudo: Um compromisso coletivo da escola do Campo, se torna um chamado a este compromisso, que só atinge os propósitos de houver participação coletiva. No centro, a realidade, o diagnóstico, a reflexão e a ação, são os elementos chaves do plano.

A referida escola vem há 33 anos persistindo aos desafios de se guiar por uma proposta de ensino baseada nas bandeiras camponesas de resistência e manutenção da cultura e da identidade do povo do campo no campo. A começar pela formação como o ponto de encontro de todas as turmas da escola, onde acontece o acolhimento, socializa as informações, entoam hinos e vivenciam a mística. Este processo contribui significativamente para comunicação oral e para forjar o perfil de lideranças democráticas que começam ali coordenando grupos de forma compartilhada. Em filas, em círculos ou semicírculos a formação é um aprendizado cotidiano também para educandos e para educadores.



**Figura 6. Momento de formação coordenado pelos estudantes**

Fonte: Acervo da autora 2015.

A formação é um elemento primordial na dinâmica pedagógica das escolas do MST. Na formação é envolvida a participação de todos e todas que estiverem presentes na escola naquele dia. Ali se justifica a ausência de educadores e educandos, também se faz o acolhimento de estudantes ou professores novos na unidade escolar.

### **3.5 Sujeitos da Pesquisa**

A Educação do Campo e o próprio campo na qual ela se constitui e se materializa, fazem parte do ideário de lutas por dignidade e execução de direitos que garantidos nos textos legais existentes na constituição federal. Fazer valer os anseios da coletividade que vivem em uma comunidade, só é possível por meio da continuidade das lutas, que não somente vem construindo uma nova realidade, mas também vem formando novos homens e mulheres (PAI, 2020).

A luta e a resistência por parte dos sujeitos oprimidos, por um modelo de sociedade que privilegia a violência e o adestramento da classe dos trabalhadores em detrimento de uma minoria dotada de privilégios (militar, legislativo e econômico), precisa ser fomentada por ações multidirecionais, sejam elas, envolvendo jovens em movimentos sociais, engajando-os em projetos de pesquisa, produção de documentários que ilustre a importância das bandeiras camponesas, todas essas ações têm um caráter pedagógico que a escola deve enfatizar, apropriar e priorizar .

Para uma pedagogia formadora de sujeitos construtores do futuro, é necessário, assegurar mecanismos que permitam a articulação da escola com os movimentos sociais do campo; garantir que a experiência de luta dos educandos e de suas famílias seja incluída como conteúdo de estudo; promover a organização coletiva, solidária e cooperativa; e compreender as lutas sociais e a organização coletiva como estratégias pedagógicas, desenvolvendo práticas que fortaleçam na juventude a postura humana e os valores aprendidos na luta: o inconformismo, a sensibilidade, a indignação diante das injustiças, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis, e a esperança (PAI, 2020, p.10).

O horizonte almejado para o estudo foi composto por estudantes egressos da Escola em estudo que estiveram inseridos na escola do Assentamento em alguma etapa do ensino fundamental e/ou EJA. Vale salientar que após explanação do itinerário de desenvolvimento

da pesquisa, alguns estudantes puderam optar pela não participação no estudo, sendo esta situação prevista e livre.

Sabemos que o pesquisador desempenha um papel fundamental na produção do conhecimento científico. Ele é responsável por selecionar um problema de pesquisa relevante e delimitado, definir objetivos claros e formular perguntas de pesquisa específicas. Além disso, o pesquisador precisa identificar e compreender as teorias, conceitos e métodos existentes relacionados ao seu problema de pesquisa.

Ao iniciar sua jornada de pesquisa, o pesquisador deve estar ciente das diferentes abordagens e ferramentas disponíveis para coletar e analisar dados. Ele precisa ter um conhecimento sólido das técnicas e metodologias adequadas ao seu problema de pesquisa, bem como das limitações e possíveis vieses associados a cada uma delas.

Além disso, o pesquisador deve ser capaz de integrar diferentes perspectivas e disciplinas em sua pesquisa. A abordagem interdisciplinar é cada vez mais valorizada na ciência, pois reconhece que muitos problemas complexos não podem ser adequadamente compreendidos através de uma única lente disciplinar. Portanto, o pesquisador deve ser capaz de sintetizar e integrar conhecimentos de diferentes áreas para abordar seu problema de pesquisa de forma abrangente.

Ser consciente de sua jornada de pesquisa implica também em estar aberto a novas ideias, perspectivas e abordagens. O pesquisador deve estar disposto a questionar pressupostos, revisar suas hipóteses e adaptar sua metodologia conforme necessário ao longo do processo de pesquisa. A pesquisa científica requer flexibilidade e adaptabilidade para enfrentar os desafios e obstáculos que podem surgir ao longo do caminho.

Nesta concepção Netto 2011, reconhecendo o papel crucial do pesquisador, que deve discernir e integrar os múltiplos conhecimentos e ferramentas em relação à sua pesquisa, é imperativo que ele esteja plenamente consciente de sua jornada ao aceitar assumir um problema de pesquisa científica (Netto, 2011).

Finalmente, estar plenamente consciente de sua jornada de pesquisa implica em assumir a responsabilidade por seus resultados e divulgar de forma clara e ética suas descobertas. O pesquisador deve seguir os princípios éticos da pesquisa científica, como a honestidade na coleta e análise de dados, o respeito aos participantes da pesquisa e a transparência na divulgação dos resultados.

Em resumo, reconhecer o papel crucial do pesquisador na pesquisa científica implica em estar consciente de sua jornada, entendendo os múltiplos conhecimentos e ferramentas disponíveis e integrando-os de forma coerente e abrangente. É um compromisso que exige habilidades de discernimento, flexibilidade e ética, mas que também traz a oportunidade de contribuir para a produção do conhecimento científico e para a solução de problemas relevantes para a sociedade.

Em suma, a etnografia se baseia em uma abordagem qualitativa, buscando compreender profundamente um determinado grupo social, sua cultura, práticas, comportamentos, crenças e valores. Aprendemos que para realizar uma pesquisa do tipo etnográfica de forma eficaz, algumas técnicas são necessárias para possibilitar coesão com o método e com o objetivo final da pesquisa. Tais como:

Observação participante: o pesquisador vive e interage com os membros do grupo estudado de forma a obter uma compreensão mais profunda de sua realidade. Isso envolve participar de atividades, acompanhar o dia a dia das pessoas e estar presente em seus contextos sociais.

Análise de documentos: o pesquisador também pode analisar documentos, como textos, fotos, vídeos, registros históricos, entre outros, que fornecem informações relevantes sobre o grupo estudado.

Reflexividade: Ser constantemente consciente e reflexivo sobre o papel do pesquisador e suas influências na interpretação dos dados e na relação com os participantes.

Consentimento informado: Garantir que os participantes estejam bem informados sobre os objetivos e métodos da pesquisa, obtendo seu consentimento voluntário e esclarecido para participar e contribuir expondo suas concepções acerca das questões colocadas.

Ética e respeito: Respeitar os participantes, suas crenças e práticas culturais, garantindo a confidencialidade e proteção de sua identidade.

É importante ressaltar que a pesquisa etnográfica requer tempo e dedicação, pois busca compreender as nuances e complexidades de uma determinada cultura. Além disso, o pesquisador deve estar atento aos aspectos éticos, respeitando a privacidade e a autonomia dos participantes da pesquisa.

Ao aplicar essas técnicas, um pesquisador etnográfico pode facilitar a coesão e coerência de sua pesquisa, alcançando uma compreensão mais profunda e abrangente de uma determinada cultura ou grupo de pessoas.

### 3.6 Problemática

Uma questão que sempre esteve presente latejando em nossa mente, quando o foco era o olhar para a pedagogia do MST em curso nas escolas de assentamentos. Daí a problemática que envolveu a pesquisa, foi:

Os princípios pedagógicos que orientam a prática dos educadores em uma escola coordenada pelo MST contribuem com a Pedagogia do Movimento?

Entender as visões dos egressos de escolas com bandeiras firmes na construção de uma nação mais justa e equânime para muitos brasileiros, é importante não apenas para a produção de uma dissertação ou um de artigo científico. Acreditamos que por intermédio da prática escolar podemos fomentar o empoderamento dos estudantes, inclusive dos jovens enquanto agentes de mudanças em suas comunidades. Uma educação emancipadora que contribua para a transformação social. Ou seja, promover a formação escolar que possibilite o engajamento de novas companheiras e companheiros na luta por melhores condições de trabalho, maior respeito pela metodologia desenvolvida nas escolas camponesas. Reconhecimento da escola como ferramenta de promoção do desenvolvimento socio, cultural e econômico da comunidade.

A escola dos assentamentos, e as demais escolas camponesas, se opõem ao *Marketing* do capitalismo selvagem, onde as sementes possuem donos e os sonhos resultam em taxas e impostos. Com isso, as escolas não podem passar a vender sonhos, mais precisam sim se ocupar de formar seus estudantes, para que possam lutar com convicção, firmeza e profissionalismo, nas diversas frentes que irão encontrar nos assentamentos da vida e também fora deles. No que tange uma formação integral de modo a combater a alienação pela lógica do mercado consumista predatório contemporâneo.

Segundo Santos (2016), bandeiras como a mística<sup>7</sup>, a luta pela liberdade, os mutirões, são estimulações de grande valia na efetivação das escolas camponesas e ainda ampliam sua conexão com os movimentos sociais. Soma-se a este fato, a luta por reforma agrária, por projetos políticos pedagógicos emancipadores, por reconhecimento das pedagogias desenvolvidas nas escolas administradas pelo MST, de modo que possam contribuir com a formação de educadores e educandos de excelência, convictos de sua dura missão de auxiliar na defesa de uma alimentação saudável, e bem preparados para levar as bandeiras defendidas pelos movimentos camponeses, aos setores das grandes corporações de base predatória.

---

7 A concepção de mística destacado no trecho supracitado, faz alusão a importância da presente metodologia nas escolas camponesas, como recurso de resgate das lutas, conquistas, necessidades e ainda que sirva de motivação na caminhada de uma educação emancipadora, justa, pública e com equidade a mulheres e homens, independente de credos, faixas etárias, religiões e costumes.

A Educação do Campo, busca tecer os pressupostos da dimensão cultural de modo proposital no cotidiano da comunidade, trabalhando a identidade camponesa de modo multidisciplinar e endêmico. Isto eleva o nível da consciência cultural e o sentimento de pertença ao campo identificado como território de produção de valores de uma nova sociedade (Silva, 2017).

### **3.7 Objetivos**

#### **Geral**

Investigar a Pedagogia em uma escola coordenada pelo MST no Noroeste do estado do Espírito Santo, com relação a dinâmica formativa dos estudantes e pedagógica dos professores.

#### **Específicos**

- ❖ Identificar nos estudantes egressos de uma escola coordenada pelo MST o sentimento de pertença desenvolvido durante o período em que tiveram em contato com o programa educacional;
- ❖ Identificar potencialidades e fragilidades relacionadas a manutenção das bandeiras (mística, música, auto organização etc.) defendidas pelo MST no cotidiano escolar das instituições em estudo, na visão dos professores que atuam ou atuaram nas mesmas;
- ❖ Identificar na visão dos estudantes, possibilidades e desafios em suas escolhas profissionais, advindos da formação recebidas nas escolas coordenadas pelo MST.

Mirando estes objetivos procuramos compreender melhor o impacto da proposta educacional do MST na vida dos estudantes e educadores. Além disso, identificar as potencialidades e fragilidades das escolas na manutenção das bandeiras defendidas pela organização. Com essas informações, pudemos avaliar de forma mais abrangente o sucesso do programa educacional do MST e identificar possíveis áreas de melhoria.

O MST enquanto movimento dinâmico e estrategicamente político, compreende e mais que isso, estimula o estudo e o desenvolvimento de pesquisas como possibilidades de visualização e superação dos limites, bem como para avanços científicos nas distintas áreas e experiências pelos campos de Reforma agrária. No capítulo a seguir traremos as pesquisas em que outros autores de algum modo dialogam com a temática aqui abordada.

## 4 ESTADO DA ARTE

### 4.1 Estado da Arte: À Luz dos Caminhos Percorridos

O estado da arte é um termo utilizado no campo da pesquisa para descrever o cenário atual do conhecimento em determinada área. Ele envolve a revisão e compreensão dos estudos mais recentes e relevantes sobre o tema, bem como a identificação de lacunas no conhecimento existente.

Por meio deste, o pesquisador busca situar-se no campo da pesquisa, entendendo o contexto atual e as discussões em andamento. Isso é importante para evitar a repetição de estudos já realizados e para contribuir de forma original para o avanço do conhecimento. Ele auxilia na definição dos caminhos a serem percorridos, dos objetivos a serem alcançados e da problemática a ser abordada. Ao entender o que já foi pesquisado e quais lacunas ainda existem, o pesquisador pode traçar um plano de pesquisa mais consistente e direcionado.

Portanto, o desenvolvimento do estado da arte é um passo importante no processo de pesquisa. Ele permite ao pesquisador embasar-se nos estudos prévios, evitar repetições desnecessárias e contribuir de forma relevante para o avanço do conhecimento em sua área de estudo.

Desenvolver o estado da arte, foi situar-se no campo da pesquisa, também para não “chover no molhado”, isto é, não cair na repetição daquilo que já fora pesquisado. Mas é também para um delineamento estrutural do trabalho do pesquisador quanto aos caminhos, objetivos e problemática que pretende percorrer.

Este trabalho traz uma seleção de diferentes análises apresentadas a partir de pesquisas qualitativas de temas que foram acessadas no banco de teses e dissertações que corresponderam aos descritores: Movimento Sem Terra; pedagogia; educação do campo; formação camponesa.

Os trabalhos foram selecionados considerando as produções acadêmicas que percorreram esta temática por meio das teses e dissertações no banco de dados da CAPES. Nesta busca, encontramos noventa e cinco trabalhos que corresponderam aos descritores. Como critério de inclusão, selecionamos dezesseis trabalhos que abordaram o tema da educação em áreas de reforma agrária. E por este critério revisamos a literatura

O MST fruto das inúmeras lutas se destaca em meados dos anos 80 com os propósitos de articular os trabalhadores e trabalhadoras que em vulnerabilidade social, expostos nas periferias das pequenas e grandes cidades do país, não encontravam outra alternativa senão lutar pela terra. Como o MST emerge tantas demandas, tantos processos de lutas, que culminaram e culminam em tantas bandeiras que o tornou um dos maiores movimentos sociais na América latina.

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Esse encontro teve a participação de trabalhadores rurais de doze estados, onde já se desenvolviam ocupações ou outras formas de luta ou de resistência na terra, bem como de diversas entidades que se colocavam como apoiadoras ou, em alguns casos, articuladoras dessas lutas. (Caldart, 2004, p. 101-102).

Há muito o que pesquisar, neste Movimento, ou seja, ele se tornou objeto de pesquisa científica, sempre em pauta em diferentes frentes de pesquisa. Assim, não é possível resumilo apenas no tocante a luta pela conquista da terra propriamente dita.

Não é possível entender a escola no MST sem entender o próprio MST, ou seja, a natureza, os objetivos, a história desse movimento social. O MST não se faz etéreo

no tempo e no espaço, ele próprio é determinado/possibilitado pela materialidade de nossa época. A escola igualmente é uma construção histórica (Dalmagro, 2010, p.45).

Sim, a escola no MST é uma construção histórica assim como o próprio movimento. A escola é um elemento central na luta pela reforma agrária e pela transformação social. Ela surge como uma forma de proporcionar educação e formação política aos seus militantes e às comunidades rurais.

Na visão do movimento, a educação escolar tem como objetivo formar sujeitos críticos e conscientes de sua realidade, além de promover o resgate e valorização da cultura camponesa. Ela busca promover a alfabetização, a educação popular e a formação de lideranças, capacitando os membros do movimento para sua atuação política e social.

Assim, entender a escola na organização MST requer compreender a natureza e objetivos desse movimento, assim como sua história e contexto. A escola é uma expressão da luta e do processo de organização, e está intrinsecamente conectada com a realidade social, política e econômica em que está inserida. É impossível compreender a escola no MST sem entender o próprio movimento e suas bases ideológicas, históricas e materiais.

## 4.2 Refletindo os Caminhos trilhados

Para fazer um paralelo com as pesquisas construídas até aqui, fizemos alguns movimentos que nos possibilitaram reunir e refletir à luz das experiências oriundas destes temas que potencializam o nosso olhar de pesquisador. Aproximamos dos trabalhos quando buscamos por meio de palavras chaves no banco de dados da CAPES.

Estas buscas, que chamamos de “andanças” não se trata de um mero levantamento de artigos, teses, dissertações, de autores e temáticas já trabalhados na área, mas uma seleção que além de possibilitar um respaldo no aprofundamento científico, torna-se um mapeamento quantitativo em torno do que está sendo pesquisado. Assim, após realizar várias pesquisas, encontramos pelo banco de dados da CAPES, conteúdos fundamentais para realização desse trabalho.

Reunidos na tabela 1 estão os dezesseis trabalhos que corresponderam aos descritores lançados e que tecem link com a problemática em estudo. Procuramos analisar os principais elementos de cada pesquisa e de modo peculiar este diálogo com os autores que pesquisaram a educação no MST, em diferentes ângulos, nos possibilitaram um olhar sistêmico da dinâmica do Movimento na perspectiva da educação.

**Quadro 1** Trabalhos selecionados no estado da arte

AUTOR	TITULO	OBJETIVOS	INSTITUIÇÃO
Zuleide Fernandes de Queiroz. 1992	A ESCOLA RURAL E A QUESTÃO DO SABER: Do saber universal ao saber construído pelo homem do campo.	Analisar as relações dialéticas das práticas de educação que tem lugar na escola rural.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.
Maria Marta Lopes Flores. 2000	ESCOLA NUCLEADA RURAL: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS CATALÃO-GO (1988-	Apresentar o histórico e perspectiva da Escola Nucleada Rural existente no município de Catalão, discutir	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

	2000)	problemas que envolvem as Escolas Rurais	
Sônia Aparecida Branco Beltrame 2002	Formação de professores na prática política do MST: a construção da consciência orgulhosa.	Discutir a experiência de professores e professoras das escolas de assentamentos organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra — MST, no oeste catarinense.	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Marcos Marcelo Lirio 2016	O MST COMO LOCUS DE PRESSÃO E PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO (2003-2016)	Investigar os aspectos que envolvem o conflito entre Estado e a proposta educacional do MST para as escolas de Assentamentos no norte do Estado do ES.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.
Claudemiro Godoy do Nascimento. 2005	A EDUCAÇÃO CAMPONESA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO DA CULTURA: UM ESTUDO SOBRE AS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE GOIÁS – EFAGO.	Compreender os fenômenos de uma alternativa de educação para o meio rural localizada no estado de Goiás, especificamente, na cidade de Goiás.	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.
Mara Edilara Batista de Oliveira 2010	Terra, Trabalho e Escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba.	Analisar o processo de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) por uma educação do/no campo no estado da Paraíba, como a expressão de uma dessas formas de organização de classe.	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Paulo Policarpo Campos. 2011	A MATEMÁTICA NO MEIO RURAL NUMA ABORDAGEM ETNOMATEMÁTICA: Uma experiência	Analisar comparativamente a matemática presente na prática pedagógica dos professores de	UFRPE

	educacional dos núcleos-escolas da comunidade camponesa do Movimento Sem Terra no município de Serra Talhada.	matemática dos diferentes núcleos-escolas da comunidade camponesa e a matemática construída nas práticas cotidianas dos produtores rurais desta comunidade.	
Maria Helena Romani Mosquen. 2012	EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE: CRUZAMENTO DE SABERES, EXPERIÊNCIAS E CULTURAS	Identificar como se apresentam os saberes populares provenientes das práticas cotidianas de camponeses e camponesas, no currículo de duas escolas do campo em São Miguel do Oeste/SC;	UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Cláudio Rodrigues da Silva. 2014	Educação e trabalho em movimentos sociais: princípios educativos transcendentais e comuns ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aos socialistas utópicos owenistas e aos cartistas britânicos.	Apresentar como os principais princípios teórico-práticos educacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dos socialistas utópicos owenistas e dos cartistas britânicos, verificando a forma de operacionalização e realizando um cotejamento desses princípios educativos nas experiências educacionais levadas a cabo por esses Movimentos	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Alessandra Almeida, Silva. 2016	PISTRAK E A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO MST	Abordar as contribuições de Pistrak na Proposta de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO BAIANO/UFRB.
Melina Casari Paludeto 2018	As diretrizes programáticas e a política educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais	Analisar as diretrizes programáticas e a política educacional do MST, a partir da relação que é estabelecida entre	UNESP Universidade Estadual Paulista.

	Sem Terra (MST)	o Movimento, a política, a economia e a sociedade.	
Carlos Alberto de Oliveira Dias. 2017	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – “EDUCAR PARA EMANCIPAR”: estudo sobre a gestão de projeto em áreas rurais do estado do Rio de Janeiro	Analisar as conjecturas para a descontinuidade do Projeto “Educar para Emancipar”.	UFRRJ
Antônio Marcos Almeida de Queiros 2018	DIREITO À EDUCAÇÃO: DA LEI POSITIVADA À REALIDADE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST), NO EXTREMO NORTE DO ESPÍRITO SANTO	Analisar o processo de efetivação do direito público e fundamental à educação, diante das variáveis das políticas de governo, da teoria da reserva do possível, e das lutas do movimento social (MST).	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Cyntia de Oliveira Freitas. 2021	AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA ENQUANTO PROPOSTA FORMATIVA EM ESCOLAS DE ASSENTAMENTO E ACAMPAMENTOS NO MUNICÍPIO DE ESCADA – PERNAMBUCO.	Compreender de que forma a pedagogia do MST contribui para a formação inicial e/ou continuada dos/as professores/as em turmas multisseriadas da educação básica em escolas de assentamentos e acampamentos.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Rejane Cleide Medeiros de Almeida 2017	PRÁXIS POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)- TO: TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA.	Analisar a práxis política na sua relação com a formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mais especificamente desenvolvida no Bico do Papagaio, Tocantins (TO).	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Silvana Lucas	TRABALHANDO O	Contribuir para uma	UFRRJ

Bomtempo Matos.  2009	CAMPO E CONSTRUINDO O CONHECIMENTO MATEMÁTICO: UMA PERSPECTIVA ETNOMATEMÁTICA DOS TRABALHADORES RURAIS.	discussão sobre o ensino de matemática em instituições de educação voltadas para o curso técnico em agropecuária sob a perspectiva da etnomatemática.	
-----------------------------	---	---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

As pesquisas aqui selecionadas pautaram realidades diversas de diferentes territórios do Brasil, tendo em comum o contexto do Movimento Sem Terra e sua dinâmica na formação dos sujeitos diretos e indiretamente ligados a ele. Assim pontuamos algumas dissertações e teses que buscam valorizar a Educação do Campo com um olhar sistêmico para a pedagogia do MST aplicada nos cursos e/ou nas escolas de ensino regular.

Assim pontuamos pelo banco de dados da CAPES, Dias (2017) que desenvolveu um estudo da gestão do projeto de “Educação de jovens e adultos: Educar para Emancipar”: estudo sobre a gestão do projeto em áreas rurais do estado do Rio de Janeiro”. Desenvolvido em parceria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com o Movimento dos MST e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

O estudo procurou analisar a concepção do Projeto “Educar para Emancipar”, explicitando seus avanços e entraves no decorrer da implementação do mesmo. Bem como a relevância para a realidade do público. A metodologia adotada foi baseada em pesquisa bibliográfica e documental, orientada pelo método do estudo de caso. Neste, o pesquisador trouxe importantes elementos que a partir da análise de um projeto específico contribui significativamente para explicitar o quão necessário foi e continua sendo o PRONERA com ônus e bônus para fomentar a escolarização em áreas de reforma agrária e criar mecanismos de combate aos baixos índice de escolaridade de milhares de famílias camponesas a quem lhes foi negado este direito. Por isso, a educação de jovens e adultos, constituiu uma linha prioritária do programa.

Neste sentido Dias (2017), considera que o PRONERA, foi uma política pública celetista ofertando educação para apenas uma parcela dos jovens e adultos:

Como garantiu e reafirmou pela legislação infraconstitucional, também se consolidou como uma referência de ações e estratégias de fortalecimento da educação do campo, enquanto uma política pública, alimentada pela construção de processos de formação que envolvendo diversos atores (poder público, movimentos sociais e comunidade), com o objetivo de promover uma educação emancipatória (Dias, 2017, p.67).

Afirma neste que apesar de ter sido interrompido, o Projeto “Educar para Emancipar” foi validado por conseguir implementar uma educação em sintonia com a realidade social dos assentados/acampados atendidos. Dentre as considerações pontua que a continuidade do Projeto possibilitaria a ampliação do nível de escolarização dos assentados/acampados, o cumprimento da determinação política.

Freitas (2021), pesquisando sobre as contribuições do MST enquanto proposta formativa em escolas de assentamento e acampamentos no município de Escada – Pernambuco. Onde teve como objetivo, a busca pela compreensão da forma pela qual a

pedagogia do MST influenciava na formação inicial e/ou continuada dos/as professores/as em turmas multisseriadas da educação básica em escolas de assentamentos e acampamentos.

Freitas (2021), então conseguiu depurar da pesquisa, que a proposta de formação do MST para os/as professores/as não se alicerçava em princípios didáticos, pedagógicos, metodológicos e filosóficos, mas sim em uma proposta formativa permanente para a formação humana, bem como a formação de professores/as militantes.

Nesta perspectiva Freitas (2021) conclui, que o processo formativo se apresenta como não sendo função exclusiva de momentos formais, mas sim que a formação se dá em diferentes espaços e contextos. Neste sentido, é necessário considerar a especificidade das escolas do campo dos docentes para atuar de modo a fortalecer a prática educativa de que a realidade da escola demanda.

Freitas (2021), identificou que não existe um documento normativo, uma lei, uma diretriz que garante, normatiza a formação inicial e/ou continuada de professores(as) de escolas em assentamentos e acampamentos, o que se tem são articulações discursivas que são organizadas de acordo com cada realidade e necessidade, a partir dos Boletins e Cadernos organizados pelo coletivo do setor de Educação do próprio MST.

Esta realidade nos parece similar, pois apesar da relevância do processo de formação promovida pelo MST, ofertada aos docentes atuantes nas áreas de assentamentos, ela é mais um compromisso político que uma norma. Por isso, nem todos os educadores participam. Bicalho 2020 abordando a educação do campo e o MST pontuou:

Ao relacionar os princípios educativos das escolas do campo com as diversas experiências escolares, percebo controvérsias, dificuldades e impasses em relação ao desenvolvimento dessa proposta educativa. É necessário que educadores e educandos aprendam no processo. (Bicalho, 2017, p.5).

A negação em participar da formação ofertada pelo MST, por um percentual de educadores que estão diretamente envolvidos na escola do Assentamento, limita de certo modo a efetivação da formação que é um dos princípios básicos que dão sustentação a proposta de educação das escolas de assentamentos do MST. A não participação nos encontros estaduais e/ou regionais de educadores, onde o MST promove formação social, política e pedagógica, com estudos e trocas de experiências dificulta muito a compreensão e inserção de alguns educadores no projeto de educação que tanto defendemos.

(Queiroz, 1992), Tecendo um paralelo entre o saber universal e o saber construído pelo homem do campo. Intenta para uma análise, das relações dialéticas das práticas de educação que tem lugar na escola rural, buscando verificar em que medida estão para desvendar as relações sociais da produção do camponês e buscando elementos para repensar formas alternativas para o meio rural, a partir do saber gerado pela “resistência velada” da classe camponesa.

É coerente reconhecer que no saber originário, construído culturalmente da prática diariamente no campo, há uma diversidade e riqueza muito grande. Saber este, que vem das necessidades existenciais e legítima nas lutas travadas em prol de uma educação que respeite e valorize os povos do campo.

Ao tecer a partilha do saber universal sistematizado com o saber popular oriundo das experiências e lidas diárias com a terra, acontece a transformação de saberes vivenciados e no ‘saborear’ deste processo vai se dando em uma busca constante de querer mais. Neste aspecto, o conhecimento ganha força e movimento e deixa de ser estático. Nesta linha acontece a pedagogia da libertação. Como defendia Paulo Freire:

O importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo

o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (Freire, 1987 p. 120).

A educação libertadora sempre esteve no centro dos conflitos, porque a sua prática tende a levar as pessoas rejeitar a servidão e passa analisar criticamente sua vida e ação. Por intermédio das experiências vivenciadas individual e coletivamente no mundo.

Conforme Queiroz (1992) a escola é um projeto de classe. Talvez por isso ela sempre esteve no centro da disputa pela garantia da supremacia de uma educação tradicional, elitista e excludente da classe dominante em detrimento as necessidades da classe trabalhadora. A classe dominante que detém os meios de produção vê a educação escolar como adestramento para garantia de sua manutenção no topo da pirâmide social.

No campo das disputas, e considerando a função social da instituição escolar quando ela chega as classes menos favorecidas, vem para reproduzir e garantir a supremacia de uma classe dominante. Mas é juntamente neste espaço de disputa de transformação que a escola se constitui como ferramenta capaz de amenizar os efeitos estruturais do sistema.

E assim que percebemos que a existência da escola rural para estes assentados, só se fundamenta e tem sentido se for projeto que responda às necessidades de suas crianças e jovens trabalhadores, que seja instrumento da luta pela terra, de onde os trabalhadores tiram seu sustento e de sua família. Esta escola terá então que primeiramente ser pensada a partir do conhecimento rigoroso da realidade a que está sendo projetada. (Queiroz, 1992 p.160).

Neste mesmo sentido a autora afirma que a escola que se gesta no Assentamento (Alvaçã - Goiabeiras) é um projeto de classe. Da classe trabalhadora camponesa, assentada da Reforma agrária.

Se analisarmos a origem da escola, ou melhor da educação nos primeiros anos do MST, ela nascia junto as primeiras metas e primeiro planos que se fazia ao pisar na terra já conquistada e ter a certeza de que ali era o lugar de produzir comida e construir uma identidade social e cultural. E para isso já se percebia que ali, a escola não podia faltar para as crianças poderem ler o mundo compreendendo a sua história e realidade.

Logo começa-se a entender que a escola que nasce na terra conquistada seria fortalecida por princípios condizentes com a luta e origem dela. Lírio (2016) pontuou que:

Quando se buscou uma proposta educacional diferenciada para a escola e para aqueles sujeitos que se encontravam no assentamento. Tratava-se, portanto, do surgimento de um projeto de educação do MST que se desdobraria futuramente para as suas escolas do/no campo. (Lírio, 2016, p. 96).

Este pesquisador, Lírio (2016), usando como metodologia a análise documental e da história oral, traz elementos históricos que ilustram a trajetória do MST e na defesa de uma educação apropriada e legítima nas áreas de Reforma Agrária na região norte do estado do Espírito Santo, pontuando os enfrentamentos com o estado na defesa da legitimidade destas escolas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nos anos 80, ao defender o direito à terra, também passou simultaneamente a defender o direito à educação. Nessa perspectiva, iniciou-se a luta pela Educação Básica, desdobrando-se as reivindicações para o ensino médio, ensino superior e técnico, que também passaram a ser incorporados nos fins dos anos 1990. (Lírio, 2016, p.61).

Objetivando compreender como se estabeleceu a relação do MST com o Estado no processo de produção de políticas públicas educacionais para o campo, no norte do Espírito Santo, ao longo de décadas, Lírio trouxe nas conclusões, que numa análise empírica da realidade, “as dicotomias sociais existentes no norte capixaba são gritantes”. Nesta linha, diz

ainda que “as escolas do campo são subprodutos dessa desigualdade”. Baseando nesta realidade, o pesquisador conclui ainda, que “o agronegócio é um projeto não só do capitalismo agrário, mas de toda dinâmica que o circunscreve, e se encontra cada vez mais fecundo na realidade do campo, e que tem como objetivo monopolizar o campo, aniquilando de uma só vez toda concepção de vida, cultura, educação e realidade produzida pelo camponês”. (Lirio, 2016 p, 169).

Essa afirmação sugere que o agronegócio é mais do que apenas um sistema econômico baseado no capitalismo agrário. É um projeto abrangente que busca dominar todo o ambiente rural, não apenas o setor produtivo, mas também as concepções de vida, cultura, educação e realidade desenvolvidas pelos camponeses.

O termo "capitalismo agrário" se refere à forma de organização econômica em que os meios de produção (terra, trabalho, capital) são de propriedade privada e utilizados para a produção agrícola visando o lucro. O agronegócio representa uma evolução desse sistema, caracterizado pela intensificação da produção, adoção de técnicas modernas, grande escala de produção, verticalização das cadeias produtivas e forte presença de empresas multinacionais.

Desta forma, o agronegócio não se restringe a esse aspecto econômico, mas busca também controlar e dominar outras áreas da vida rural. Isso inclui a imposição de uma única visão de desenvolvimento, em detrimento de outras concepções e práticas tradicionais dos camponeses. Além disso, a dominação do agronegócio pode levar à perda de identidade cultural e conhecimentos tradicionais das comunidades rurais.

É importante ressaltar que a afirmação apresenta uma visão crítica do agronegócio, destacando seus efeitos negativos sobre a diversidade cultural e a autonomia das comunidades rurais. O fato é que este projeto impacta na qualidade de vida no campo com interferências diretas no cultivo da terra, na preservação dos recursos naturais e na formação profissional dos jovens em função dos cursos ofertados. Em que maioria está para atender as demandas do agronegócio.

Quanto as escolas do MST a pesquisa apontou que “a organização educacional do MST foi sendo constituída fora do arcabouço legal do Estado, ou seja, sem garantias legais, e, embora hoje o estado reconheça algumas práticas, existe uma série delas pendentes, que necessitam de ser regulamentadas e oficializadas, principalmente nas Escolas de Assentamento”.

Quando discutimos sobre as escolas do MST, é importante reconhecer que ainda que temos as leis que estabelecem a forma como se organiza as instituições educativas, o MST busca, por meio de sua pedagogia, articular outras maneiras de educar sua base social (auto-organização, mística, dentre outros).

Embora atualmente haja um reconhecimento por parte do Estado em relação a algumas práticas do MST, ainda existem várias pendências que precisam ser regulamentadas e oficializadas, especialmente para que às Escolas de Assentamento sejam dadas o devido reconhecimento levando em consideração os desafios enfrentados por essas comunidades, como a falta de infraestrutura adequada, sem esquecer de destacar as conquistas na qualidade da educação ofertada junto as necessidade de garantir a legalização e a regulamentação dessas práticas educacionais.

Dessa forma, ao abordar a questão das escolas do MST, é importante reconhecer as conquistas e desafios enfrentados pelo movimento e incentivar a busca de soluções conjuntas que garantam a legalização e a qualidade do ensino oferecido nas escolas de assentamento.

Dentre as demandas e bandeiras de luta do MST no estado do Espírito Santo em prol da educação e legitimidade das escolas do campo e a regulamentação Pedagogia da Alternância, vem sendo a luta pela aprovação das Diretrizes operacionais das escolas de assentamentos.

Silva 2014), pesquisando a temática: Educação e trabalho em movimentos sociais: princípios educativos transcendentais e comuns ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra (MST), aos socialistas utópicos Owenistas e aos cartistas britânicos. Trabalhou com a hipótese de que o MST, os Owenistas e os cartistas têm princípios educativos transcendentais e comuns.

Com embasamento metodológico da pesquisa documental e bibliográfica o autor traz uma análise que possibilita comparar e refletir a proposta de educação do MST tecendo um paralelo aos socialistas utópicos owenistas e aos cartistas britânicos.

Nesta linha, ficou destacado os princípios teórico-práticos educacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dos socialistas utópicos owenistas e dos cartistas britânicos, analisando a forma de operacionalização e realizando um cotejamento desses princípios educativos nas experiências educacionais levadas a cabo por esses Movimentos.

Nesta direção foram sublinhadas conclusões que sugerem que, apesar das diferenças históricas e temporais, os princípios são capazes de se transcender e até mesmo de serem comuns. Isso significa que certos princípios fundamentais podem ser observados em diferentes épocas e contextos, apontando para uma base comum de valores e crenças. No entanto, é importante reconhecer que as ressalvas históricas e temporais podem influenciar a forma como esses princípios são aplicados e interpretados.

Destacou alguns princípios se transcendem estes movimentos, princípios estes que são:

a) elaboração e implementação de um projeto próprio de educação conforme as necessidades e ideologias dos respectivos Movimentos; b) a negação dialética do ensino oficial; c) implementação da gestão democrática nas associações e escolas dos Movimentos; d) ações visando formar os próprios educadores em consonância com a concepção de mundo e de educação dos respectivos Movimentos; e) articulação entre ensino e trabalho produtivo; f) constituição e veiculação de uma concepção de mundo concernente a cada Movimento e à classe trabalhadora (Silva, 2014, p. 59).

Comentando Silva (2014), O aspecto comum está no fato de serem organicamente vinculados a setores da classe trabalhadora, e este se torna o mais relevante, pois mostra que esses movimentos atuam a partir das necessidades e demandas desses setores populacionais.

No contexto educacional, esses movimentos têm propostas e experiências voltadas para a melhoria da qualidade e acesso à educação para esses setores sociais. Buscam garantir o direito à educação, promover a igualdade de oportunidades e combater a exclusão educacional.

Essas ações são fundamentais para ampliar o acesso à educação de qualidade e garantir que os setores populacionais mais vulneráveis tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e ascensão social.

No caso do MST, Silva (2014) ressalta que este adota diferentes correntes teóricas conforme a sua própria dinâmica. Busca uma concepção utópica do possível, ou seja, acredita em mudanças econômicas e sociais que possam melhorar a realidade dos trabalhadores rurais. Considerando neste sentido a necessidade de superação da falta de política pública e investimento nas chamadas “escolinhas rurais”, que historicamente ficaram sem as devidas prioridades.

Explicitando o contexto e as barreiras que historicamente cercaram as escolas rurais, Flores (2000) estudou a realidade da Escola Nucleada Rural de Catalão e perspectiva dessa escola. Pontuou alguns dos problemas enfrentados pelas escolas rurais, como questões que vão desde o transporte escolar, a municipalização do ensino, a elaboração de currículos voltados para as necessidades da população rural e o respeito à cultura camponesa. Uma realidade que em era de século 20 impactava no pleno direito dos povos do campo.

Ilustrando o contexto pesquisado expõe que “escola rural isolada economiza o dinheiro público em vários momentos: primeiro, economiza na dupla exploração do professor, que além de mal remunerado é professor, faxineiro, diretor, coordenador, cozinheiro e secretário” (Flores, 2000 p. 27).

Se o município/estado negam investimento nas unidades escolares, justificando distância etc. Por outro lado, eles ganham economizando dinheiro público de várias maneiras. Primeiro, há uma economia na dupla exploração do professor. O professor nessa escola costuma ser mal remunerado e ainda precisa assumir várias funções, como ser professor, faxineiro, diretor, coordenador, cozinheiro e secretário. Brandão refletindo a realidade da escola rural, afirmou a trinta anos atrás que: “ela é também a Obrigatória porta de entrada no sistema para professores fragmentadamente formados nos cursos de magistério espalhados pelo interior do estado, a escola rural, é, também o degrau inferior deste sistema educacional” (Brandão, 1990, p.113).

Embora as escolinhas rurais tenham assumido sua identidade originariamente popular, de escolas do campo, e desenvolvido um papel fundamental na formação intelectual conjugada a formação humana em suas múltiplas dimensões culturais, territoriais etc... podemos dizer que ainda hoje as escolas situadas em regiões periféricas e/ou em espaços tipicamente rurais, sofrem com a falta de estrutura e profissionais formados para todas as áreas.

A luz das reflexões trazida por Flores (2000), a falta de preparo, capacitação para trabalhar com turmas multisseriadas, nestas escolas, e a as múltiplas tarefas que daí decorre, leva muitos professores a difundirem apenas as dificuldades de ensinar e aprender nestas unidades educacionais.

Flores (2000) ainda pautou na época, que além da falta de integração com a comunidade local também pode ser um desafio. Em áreas rurais, geralmente existe uma forte conexão com a comunidade, mas a falta de recursos e investimentos pode dificultar a colaboração entre a escola e a comunidade, tornando mais difícil para a escola atender às necessidades locais e criar um ambiente educacional positivo.

Por fim, a falta de financiamento adequado também é um grande obstáculo para as escolas rurais. A falta de recursos pode limitar a capacidade das escolas de investir em infraestrutura, materiais didáticos, programas educacionais e na capacitação dos professores.

Outro aspecto abordado por Flores é a elaboração de currículos que atendam às necessidades específicas da população rural. É importante considerar as características e demandas desse contexto, como conhecimentos relacionados à agricultura, agropecuária ou outras atividades típicas da realidade base deste contexto.

Sabemos que para o desenvolvimento de uma educação inclusiva e significativa para os estudantes e o meio onde vivem, se faz necessário respeitar e valorizar a cultura camponesa, costumes e saberes locais. Para tanto, articular ações que a importância de enfrentar os desafios e defesa das escolas garantindo o acesso à educação, adaptando currículos às necessidades locais e promovendo o respeito à cultura camponesa.

Para se falar em desafios que impacta nas escolas rurais nos distintos espaços não se pode negar que parte deles estão na ausência do poder público, que reflete na falta ou precariedade dos transportes, das estradas e se expande, municipalização do ensino, currículos fechados e desrespeito a cultura camponesa.

Assim a autora destacou uma necessidade muito grande para a sociedade e poder público em geral:

Perceber as escolas rurais como local de construção do conhecimento e, conseqüentemente, local de valor para as comunidades rurais torna-se assim um valor a ser resgatado uma vez que estas escolas têm a necessidade de contemplar a sua clientela respeitando as suas peculiaridades e suas especificidades (Flores, 2000, p.102).

Considerando o contexto das “escolinhas rurais” em um acúmulo de décadas passadas, sabe-se que quando a população do campo exige escola, a política educacional brasileira nunca deu conta de valorizar, reconhecer as demandas e especificidades do campo negando com isso a origem agrária do próprio país. De acordo com a análise da pesquisadora, os avanços constatados na estrutura física, pessoal capacitado, materiais ofertados nas escolas nucleadas, em detrimento as escolas multisseriadas da região na época, colocava a nucleadas em condições uns tantos melhores para o desenvolvimento da educação escolar. Mesmo assim apresenta muitos déficits no que se referisse a transporte escolar, currículo apropriado, formação de professores e outros.

Assim a autora conclui fazendo alguns apontamentos de que a proposta de educação defendida por Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão para estudo e trabalho da concepção formal de educação. Afirmando que a “escola rural”, (expressão substituída por escola do campo), deve ter a função de transformação da realidade onde ela está inserida. Ainda aponta um desafio no currículo que devendo ser reflexivo, investigador e instigador. Defende a educação numa perspectiva dialética.

A elite operante do poder do estado, sempre negligenciou o caráter político da educação. Como estratégia de negar esse direito as classes trabalhadoras e ou pelo menos não lhes permitir tornar sujeitos críticos, o que seria e sempre foi um perigo para manutenção do sistema.

No cerne do movimento pela educação popular do fim das décadas de 1950 e 1960, os trabalhadores e trabalhadoras envolvidas nas Comunidades eclesiais de base (CEBs); movimentos sociais e articulações afins, começaram refletir a realidade e desnudar a desigualdade de classe também no direito à educação.

Acredita-se que houve a partir daí, uma revigorada na luta bem como na pauta de reivindicações a partir do final dos anos de 80 com o fim da ditadura militar, que tornou mais latente a defesa por uma escola pública e de qualidade inclusive para as comunidades rurais e começam a ganhar fôlego. E tecendo o enraizamento de uma educação legítima para os povos do campo, culminou no que chamamos hoje de Educação do campo. Com a clareza da proposta, da prática e dos objetivos, como expressa a canção “Construtores do futuro” de Gilvan Santos:

Eu quero uma escola do campo  
Que tenha a ver com a vida com a gente  
Querida e organizada  
E conduzida coletivamente.

Eu quero uma escola do campo  
Que não enxerga apenas equações  
Que tenha como chave mestra  
O trabalho e os mutirões.

Eu quero uma escola do campo  
Que não tenha cercas  
que não tenha muros  
Onde iremos aprender  
A sermos construtores do futuro.

Eu quero uma escola do campo  
Onde o saber não seja limitado  
Que a gente possa ver o todo  
E possa compreender os lados.

Eu quero uma escola do campo  
Onde esteja o símbolo da nossa semente

Que seja como a nossa casa  
Que não seja como a casa alheia.

Essa luta pela educação do campo é representada em diversas canções que retratam a realidade e as demandas das comunidades rurais. A canção Construtores do Futuro, é uma das que traduzem essa realidade. De forma intrínseca e real apresenta o que é a escola do campo todas as suas raízes.

Sabemos que a expressão Educação do campo, é relativamente nova. O que não é novo, é a luta pela garantia de acesso à educação, como também a luta das comunidades e movimentos sociais na defesa de escolas do campo e no campo, com uma proposta de educação que valorize o saber que se origina das experiências e das lutas em prol da vida e fortalecimento de distintas comunidades de camponeses que querem viver, estudar e se fortalecer no vínculo direto e/ou indireto com o campo.

Conforme explica Caldart “[...] o surgimento da expressão ‘Educação do Campo’ pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do campo no contexto de preparação da I conferência Nacional por uma Educação Básica do campo, Goiás, 27 a 30 de junho de 1998 [...]” (Caldart 2012, p. 257-258). Esse movimento foi impulsionado por intelectuais, educadores e militantes sociais que perceberam a necessidade de levar a educação para as áreas rurais e para as comunidades mais marginalizadas.

Ao longo dos anos, essa concepção de educação do campo foi se consolidando e se expandindo e trouxe visibilidade e organização para lutas e reivindicações específicas da educação rural. Ela reconhece a importância da terra, da agroecologia, da cultura e dos saberes locais na formação dos estudantes.

Portanto, é correto dizer que o movimento pela educação popular das décadas de 1950 e 1960 teve um papel fundamental na criação e no desenvolvimento da educação do campo, pois foi nesse período que surgiram os primeiros questionamentos e propostas para uma educação apropriada e legítima à população do campo.

As músicas são uma forma de expressão e resistência, que buscam valorizar a identidade e cultura camponesa, além de conscientizar sobre as condições de vida e a importância da educação no campo, evidenciando a importância de lutar por melhores condições de ensino nas comunidades rurais.

Almeida (2017), destaca que a práxis desenvolvida pelo MST, no lócus Bico do Papagaio em Tocantins, proporciona a formação dos quadros, a partir da práxis do cotidiano tanto quanto nas grandes transformações como na produção do meio de vida, vinculadas as lutas de massas principalmente nas ocupações e no coletivismo de forma organizada, e define que a nova cultura política é forjada na práxis da luta pela terra.

Utilizou-se da metodologia qualitativa e em menor proporção as quantitativas, técnicas de entrevistas estruturadas e semiestruturadas e observação sistemática e estudo dos documentos e dos encontros informais do MST.

Almeida (2017), considera ainda, que na função educativa o MST encontra dificuldade de atingir a sua base de forma mais extensiva, pelas dificuldades material, política-ideológica e sociocultural e a formação crítica da consciência da realidade é restrita e pequena em proporção ao número de famílias.

Considera ainda que há uma contradição do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade atual, donde ocorre a formação do sujeito político coletivo sem Terra, assim uma cultura política de participação de longo prazo classista, pode apresentar mudanças no interior da sociedade e alavancar e orientar novas práticas sociais e políticas em vista de uma sociedade emancipada, este é um desafio da formação da consciência crítica dos camponeses no Brasil. Elenca dois grandes desafios tornar os assentamentos produtivos e manter a continuidade das formas organizativas e políticas do período de acampamento e reverberar nos assentamentos, após a conquista da terra, como

meio de vida e a formação de base e a organização da educação que amplie a consciência crítica para promover as mudanças na sociedade especialmente no campo.

Beltrame (2002) propôs discutir experiência de professores e professoras das escolas de assentamento organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no oeste catarinense. Seguindo uma metodologia qualitativa, o estudo possibilitou a pontuar aspectos significativos do universo cultural dos sujeitos, destacando as relações construídas na vida familiar, no desempenho da profissão e na participação política no Movimento.

Segundo esta, ao analisar a ação desenvolvida pelos professores nos inúmeros espaços de atuação, vai revelar, como eles se tornam sujeitos de sua experiência. Esta afirmação vai ao encontro com o que dizia Paulo Freire: “Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática” (Freire, 1991, p. 58).

Constata-se que a dinâmica da escola do assentamento que tem a prática cotidiana baseada nos princípios da educação do MST, constituem em si uma oficina de capacitação didática, política e pedagógica dos professores. Onde ensinam aprendendo e aprendem ensinando como sujeitos proativos na experiência educativa (Beltrame, 2002, p. 138).

Beltrame respalda que “Nos diferentes contextos em que atuam como professores e na interação com outros sujeitos, vão estabelecendo trocas fundamentais e agregando conhecimentos reelaborados no cotidiano pedagógico”. Nesta ação os professores se tornam também sujeitos de experiência. Ao lidar com a prática que busca forjar a formação humana em suas muitas dimensões, o professor também se forma neste processo.

A luz das ideias de Beltrame, a experiência dos professores nas escolas de assentamentos não se desenvolve de maneira homogênea e nem tampouco linear, alguns se envolvem de maneira intensa, outros necessitam de maior acompanhamento.

Inegavelmente o Movimento é uma referência importante na realidade das escolas do campo. Essa relação amplia as possibilidades de construção de um saber docente enriquecido nos vários momentos de pertencimento.

Reafirmando a importância do movimento sem-terra na formação dos professores e consequentemente na prática pedagógica da escola, o trabalho que vem sendo feito pelo MST junto com professores abre possibilidades para a construção de identidades num processo de resgate da dignidade dessas populações historicamente excluídas. Nesta direção o fazer docente se concretiza no cumprimento de seu papel. Fazendo florescer a consciência crítica nos educandos e leva o professor a construir um jeito de ensinar considerando a cultura e a simbologia da vida camponesa. O sentido da escola e da educação nas áreas do MST, foi se consolidando e ampliando horizontes e possibilidades.

Para Paludeto (2018), dissertando sobre a educação no MST, nos primeiros tempos da história, era a de educar as crianças presentes nas primeiras ocupações, ocupar o tempo ocioso das crianças e explicar a agitação a que se estavam vivenciando. Com passar dos anos o MST, desenvolve a sua Pedagogia, apoiada em teóricos como: Pistrak, Makarenko, Krupskaya, Shulgin, entre outros e uma significativa participação de Paulo Freire. Vinculada as lutas sociais acreditam que o ensino-aprendizagem estejam associadas a interesses dos Sem Terra, pois a luta pela reforma agrária soma-se a construção de escolas nos territórios, o domínio pedagógico e organizativo das escolas, constituindo disputas constantes como o Estado.

A educação é fundamental para o desenvolvimento das lutas do MST, considerando a influência direta e indireta da escolarização no desenvolvimento político, econômico e cultural de cada projeto de assentamento.

No trabalho o autor constata-se que embora exista barreiras que dificulta a plena realização do projeto há mais avanços que limites, na luta em geral, pois há muitos elementos

de radicalidade que promove as transformações nos sujeitos envolvidos. Cita como exemplo os cursos de agroecologia, anterior inclusive a Reforma Agrária Popular.

Com o aprofundamento do Agronegócio na sociedade, com as recentes transformações do capitalismo global, o MST contrapõe com pautas específicas da defesa da agroecologia, que se apoia nas ciências da agroecologia, dos conhecimentos indígenas e tradicionais dos camponeses, assumindo um papel político ideológico em contraposição ao capital, buscando uma produção autônoma e coletiva.

Reforçando, a educação do MST contribui de modo substancial para toda a classe trabalhadora. Em meio a dinâmica de luta pela terra, um movimento social (MST), construiu no chão da reforma agrária com participação coletiva, a pedagogia da escola que queremos. De área em área ergueu escolas e foi capaz de interferir e subverter à escola hegemônica nos seus princípios, métodos e organização.

Paludeto, conclui que a formação do sujeito militante que precise formar, passa pelo aspecto produtivo, de forma coletiva, autônoma e indica a agroecologia, pois envolve diferentes áreas de conhecimento, integrada não só com a natureza, mas sim da sociedade, pois são modo de produção menos destrutiva.

Considera que a Pedagogia do MST, pode ser referência para esquerda brasileira, na formação humana e contra o avanço do capitalismo, uma pedagogia necessária por ser principalmente contra hegemônica.

Nascimento (2005) vem pautar “A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da escola família agrícola de Goiás”. Nesta linha buscou compreender os fenômenos de uma alternativa de educação para o meio rural localizada na cidade de Goiás. As experiências dessa alternativa denominam-se Pedagogia da Alternância assumida como proposta nos Centros Familiares de Formação por Alternância.

Durante a ditadura militar (1964-1985), a Pedagogia da Alternância ganhou destaque como uma alternativa ao modelo educacional tradicional, baseada na formação integral do sujeito. Neste período, a sociedade brasileira vivia sob um regime autoritário que restringia a liberdade de expressão e a participação política. A pedagogia da alternância oferecia uma proposta pedagógica que promovia a participação ativa dos estudantes, estimulando o protagonismo e a formação cidadã.

Após o fim da ditadura militar, o Brasil passou por um período de intensas reformas neoliberais na educação, a partir da década de 90. Essas reformas foram marcadas pela adoção de políticas de ajuste fiscal, privatização e diminuição do papel do Estado na oferta de serviços públicos, incluindo a educação. Nesse contexto, a Pedagogia da Alternância se destacou como uma proposta educacional que valorizava a participação da comunidade, o protagonismo dos estudantes e uma formação mais integral, contrapondo-se ao modelo de educação mercantilizada e voltada para a formação de mão de obra.

Assim, podemos dizer que a Pedagogia da Alternância se destacou em períodos contraditórios da história brasileira, como a ditadura militar e o processo de reformas neoliberais na educação a partir da década de 90. Em ambos os casos, a pedagogia da alternância representou uma proposta educacional diferente, que buscava a formação integral do sujeito e valorizava a participação da comunidade, o protagonismo dos estudantes e uma educação mais humana e cidadã.

Na tentativa de compreender o fenômeno educativo nas Escolas Famílias agrícolas desde suas origens francesa até sua implantação em território brasileiro, o autor entendeu a necessidade de apresentar o que significa se falar em educação em tempos de exclusão proporcionadas pelo sistema neoliberal.

Neste aspecto, seria muito difícil analisar a educação, a prática desenvolvida em qualquer unidade escolar, sobretudo do campo, sem considerar os fatos históricos, a

incidência da política no território e no contexto da educação em geral. Inclusive a questão agrária. Respalhando a isso, Nascimento disse:

para compreender o fenômeno educativo em escolas do campo estudo foi necessário entender a questão da Luta pela Terra no município de Goiás e sua significação para se promover outros direitos de cidadania negados a esta parcela da sociedade, tais como: saúde, educação, transporte, crédito, alimentação e dignidade. Com isso, poder-se-á compreender o fenômeno educativo que surge na cidade de Goiás e a implantação de um projeto alternativo de educação até então negado para os filhos/as de trabalhadores rurais da Região do Vale do Rio Vermelho em Goiás. (Nascimento, 2005, p. 47).

A pedagogia do MST, tem a sua especificidade e legitimidade, uma vez que as comunidades assentamentos são frutos de processos diferentes das comunidades de agricultores familiares, mas há pelo MST reconhecimento que sua proposta pedagógica bebeu em muito da prática das escolas famílias agrícolas e coadunam em muitos princípios.

Seria um equívoco muito grande e até redundante, resumir a reforma agrária apenas no âmbito da luta pela terra. De fato, esta conquista constitui em base primordial de reconhecimento da identidade para fortalecer a luta pela dignidade humana.

Há que se grifar que a dignidade, a cidadania não nasce junto a um registro de nascimento de um ser humano. A dinâmica da sociedade de classes tem provado que para garantir da dignidade humana, tem sido uma luta permanente. Fica muito a quem do nascimento, dependendo da classe.

Para se posicionar como sujeito de direito, e ser respeitado como tal, tem sido necessário ter consciência deste direito. Que é da luta política travada por trabalhadores e trabalhadoras em diferentes setores e espaços que decorre a consciência crítica, a concepção de mundo e de dignidade. O MST tem entendido que moradia, saúde, alimentação, educação não são acessórios da dignidade humana, são bases fundamentais para a existência do ser humano.

Dalmagro (2011) vai dizer que “é possível perceber aproximações da concepção de escola formulada pelo MST [...] com a Pedagogia do oprimido de Paulo Freire, concepção está ancorada, portanto, em experiências educacionais profundamente ligadas a processos de luta e transformação social (p.81).

As escolas do campo, em suas diversas e legítimas práticas originárias dos distintos e também legítimos processos de lutas, encontram muitas barreiras porque o grande dilema do estado burguês é perceber a escola fazendo a estreita relação entre estas duas grandes bandeiras de luta: educação e reforma agrária. O que constitui uma ameaça a hegemonia do estado.

Buscando contribuir na construção de uma educação de qualidade para as escolas do campo, Oliveira (2010) através da pesquisa apresentou as condições educacionais atuais (2010) de diferentes áreas de Assentamentos rurais de Reforma Agrária na Paraíba.

Analisando as premissas donde parte da autora: existe um descompasso educativo histórico/espacial das famílias que vivem e trabalham no campo e que existem também formas de organização da classe trabalhadora que lutam por reverter esse quadro. Soares (2015) corrobora:

Evidenciar os conhecimentos dos trabalhadores não é negar o conhecimento científico, pelo contrário, é necessário que os trabalhadores tenham pleno acesso ao conhecimento científico bem como possam contribuir com ele, trazendo-o para o seu cotidiano e defendendo seus interesses. Uma educação libertadora tem que contribuir para a autonomia crítica dos trabalhadores (Soares, 2015, p. 47).

Isso significa que é importante reconhecer e valorizar os conhecimentos e experiências dos trabalhadores, em particular aqueles obtidos por meio da prática e do contato direto com o

trabalho. Isso não deve ser feito em detrimento do conhecimento científico, mas sim complementá-lo e enriquecê-lo.

A participação e contribuição dos trabalhadores no campo científico é fundamental, pois eles possuem à perspectiva de um conhecimento prático que pode ajudar a moldar e informar a pesquisa científica. Além disso, os trabalhadores devem ter a oportunidade de se engajar ativamente na aplicação desse conhecimento científico em seu cotidiano, de modo a beneficiar suas próprias vidas e defender seus interesses.

Uma educação que busca libertar os trabalhadores deve capacitar e fortalecer sua capacidade crítica e autônoma. Isso significa forjar as ferramentas intelectuais necessárias para compreender e analisar o conhecimento científico, questionar, desafiar a forma como ele é produzido e aplicado. Também é importante formar os trabalhadores para que possam fazer escolhas informadas e defender seus próprios interesses dentro dos contextos sociais, políticos e econômicos em que vivem.

Dessa forma, a educação deve ser entendida como uma ferramenta de empoderamento e emancipação dos trabalhadores, permitindo-lhes assumirem um papel ativo na criação do conhecimento e na defesa de seus próprios interesses. Isso contribui para uma sociedade mais justa e igualitária, onde o conhecimento científico é utilizado de forma consciente e crítica para o benefício de todos.

Os elementos destacados pela pesquisa de Soares (2015) coadunam com a pedagogia do MST quando defende que a escola pode e deve trazer para o contexto e valorizar o conhecimento popular que os trabalhadores trazem consigo, para entender melhor o ambiente em que vivem e exercer a sua cidadania.

Defender a importância de valorizar a cultura popular, faz se necessário compreender também de que maneira a educação escolar pode e deve trazer isso para a sala de aula em diferentes áreas do conhecimento.

Campos 2011, com objetivo principal de analisar a relação entre a matemática presente na prática pedagógica dos professores de matemática dos diferentes núcleos-escolas da Comunidade Camponesa e a matemática construída nas práticas cotidianas dos produtores rurais do Movimento Sem Terra (MST) nos Assentamentos do Riacho do Bode e Gilvam Santos, busca compreender a matemática a partir das experiências e concepções dos produtores rurais.

O estudo é realizado através de uma investigação qualitativa com inspiração etnográfica, utilizando entrevistas estruturadas como procedimento metodológico. A literatura sobre Educação Popular e Etnomatemática serviu de base teórica para o trabalho, mostrando a importância de valorizar e respeitar as diferentes concepções matemáticas presentes na cultura popular.

Nesse aspecto, os produtores rurais não costumam explicitar situações em que o conhecimento matemático seja importante. No entanto, mesmo que em suas falas não façam referência direta aos saberes matemáticos presentes em seu cotidiano e/ou aprendidos na sala de aula, percebe-se que a matemática se faz presente, quando esses produtores rurais participam da venda e compra de produtos agropecuários, das receitas e despesas das atividades da unidade produtiva, das tarefas domésticas, como comprar no supermercado e receitas caseiras, medidas e cálculos de áreas dos terrenos para as lavouras, e quando passam a participar e entender o mundo do dinheiro, passando troco, contando moedas e juntando-as no desejo de comprar algo e pagar a passagem do transporte para se deslocar para o centro consumidor (Santos, 2009, p. 139 apud Campos, 2011, p.22).

Para a escola valorizar os conhecimentos provenientes da rotina de vida no campo, é necessário valorizar os conhecimentos provenientes da rotina de vida no campo, é necessário abordar o fato de que essas vivências oferecem um conjunto único de habilidades e conhecimentos que podem enriquecer a aprendizagem dos alunos. É importante destacar que a

vida no campo envolve atividades como agricultura, pecuária, agroecologia, manejo de recursos naturais e sustentabilidade, que são fundamentais para a sociedade.

Além disso, é preciso ressaltar que os conhecimentos adquiridos na vida no campo permitem que os alunos desenvolvam competências como trabalho em equipe, resiliência, solução de problemas e consciência ambiental, que são cada vez mais necessárias no mundo atual.

Ao considerar e valorizar os saberes e experiências da vida no campo, a escola está promovendo uma educação mais inclusiva e diversificada, que respeita e reconhece as diferentes formas de conhecimento. Isso contribui para o fortalecimento da identidade dos alunos do campo e para a valorização da agricultura familiar e das comunidades rurais.

É importante também ressaltar que a valorização dos conhecimentos provenientes da rotina de vida no campo não significa subestimar ou desvalorizar outros tipos de conhecimento, mas sim reconhecer a importância de diferentes formas de saberes e culturas.

A valorização dos conhecimentos da vida no campo traz benefícios não apenas para os estudantes, mas para a escola como um todo, promovendo uma educação mais inclusiva, contextualizada e integral.

Através dessa análise comparativa, o estudo de Campos 2011, identificou diferenças e semelhanças entre a matemática praticada na comunidade camponesa e aquela ensinada nas escolas. Ao reconhecer a existência de uma "linguagem da matemática popular", defendeu a necessidade de acolher e compreender as concepções matemáticas dos produtores rurais, em vez de impor uma única visão de conhecimento matemático na escola. Isso implica em maior receptividade e respeito às diferentes formas de construção do conhecimento matemático. Complementa: "[...] um grupo cultural, pouco escolarizado, mostra facilidade ao manusear conceitos matemáticos. Além disso, os exercícios e problemas propostos aos alunos quase sempre apresentam números inteiros como resposta, não condizendo com o viver cotidiano" (Mattos, 2009, p. 53).

Nesta linha, Matos 2009, ao procurar resgatar o conhecimento matemático de trabalhadores rurais, da zona rural do Município de Rio Pomba, no Estado de Minas Gerais, em suas atividades do dia-a-dia, traz significativas contribuições que dão conta que "obtemos o conhecimento a partir de algo conhecido para se atingir um novo saber, que poderá ser utilizado em outras situações". (Matos 2009, p.7). Concordando com este pressuposto trabalhar os diferentes temas e conteúdos a começar pelos o conhecimento já assimilados na prática cotidiana dos sujeitos envolvidos na sala de aula, seja eles crianças nas diferentes etapas ou mesmo as turmas de Educação de Jovens e adultos, além de significativo torna possível a compreensão do que se está estudando.

No intuito de resgatar o conhecimento matemático de trabalhadores rurais em suas atividades do dia-a-dia, a pesquisa de Matos 2009, extrai deste contexto, elementos da realidade dos sujeitos do campo, entendendo que "...na convivência que tivemos em um ambiente agrícola pudemos perceber que o mundo da escola não pode distanciar-se do mundo do trabalho, pois acarretará uma educação fragmentada".

A proposta pedagógica do MST, os princípios que orientam a didática dos professores nas escolas, coadunam com os componentes da etnomatemática porque ambos têm como objetivo valorizar e respeitar o conhecimento e a cultura dos alunos. Uma proposta que busca uma educação contextualizada e voltada para a realidade dos estudantes, valorizando suas experiências e saberes locais.

Da mesma forma, a etnomatemática propõe uma abordagem da matemática que considera as diferentes formas de conhecimentos matemáticos presentes nas culturas dos alunos. Assim, a didática dos professores do MST busca relacionar os conteúdos matemáticos com a realidade dos estudantes, promovendo a reflexão crítica sobre as questões sociais e econômicas envolvidas. Esses princípios estão totalmente alinhados com a filosofia da

etnomatemática, que valoriza a diversidade cultural e os diferentes modos de conhecer e resolver problemas matemáticos de modo consciente e não mecânico.

Dessa forma, a proposta pedagógica do MST e os princípios da etnomatemática convergem no sentido de promover uma educação mais inclusiva, que reconhece e valoriza os diferentes saberes e culturas presentes na sociedade.

Almeida 2107, procurou analisar a práxis política na sua relação com a formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mais especificamente desenvolvida no Bico do Papagaio, Tocantins. Essa pesquisa revelou que a práxis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sua relação com a formação política dos seus membros resultam em um processo de desalienação.

Isso acontece porque os indivíduos que agem também são os mesmos que refletem sobre suas ações, e as estratégias utilizadas para a formação desses membros são consideradas como práxis efetiva. Refere-se aqui às ações concretas e transformadoras realizadas pelos seus membros para promover a reforma agrária e a justiça social no campo.

Ao defender a práxis no cotidiano, seja em grandes movimentos de transformação política ou em pequenas atividades relacionadas à produção de meios de subsistência, como ocupações, manifestações, organização de coletivos e assembleias nos acampamentos, o MST contribui significativamente para o processo de formação dos camponeses que lutam pela terra. Dessa forma, uma nova cultura política é constituída nessas comunidades.

A pesquisa de (Mosquen 2012), teve como objetivo compreender o contexto e as questões relacionadas às comunidades camponesas. O estudo buscou analisar os currículos escolares das áreas pesquisadas e verificar como esses currículos contemplam os saberes populares das comunidades rurais.

O foco da investigação foi entender como as práticas cotidianas dos camponeses influenciam a cultura e a vida no campo. A pesquisa procurou identificar se esses saberes populares são valorizados e ensinados nas escolas, ou se os currículos escolares ainda estão ligados apenas aos conhecimentos hegemônicos e urbanos.

Dessa forma, o estudo visou contribuir para uma educação mais inclusiva e que considera as particularidades das comunidades camponesas. Entendendo que a cultura e os saberes populares são fundamentais na formação das identidades locais, a pesquisa busca promover a valorização e a preservação desses conhecimentos.

Através da compreensão do contexto e da análise dos currículos escolares, busca fornecer subsídios para a construção de um ensino mais contextualizado e que atenda às necessidades das comunidades camponesas, levando em consideração sua cultura, tradições e saberes populares.

Os trabalhos aqui selecionados, dialogam com o nosso tema de pesquisa discutem a formação, as experiências educativas que estão direto e indiretamente ligadas a trajetória e as áreas do MST. Os trabalhos nos ajudam a pensar nos distintos processos de luta que se configuram na luta pela reforma agrária. Neste sentido, estas pesquisas sincronicamente nos motivam a pensar nos avanços e desafios contemporâneos presentes na formação ofertada nas escolas que desenvolvem a pedagogia do MST. Entendendo que a proposta de educação do MST já é uma prática consolidada, e para melhor compreendê-la nos desafiamos analisar se princípios pedagógicos que orientam a prática dos educadores em uma escola coordenada pelo MST contribuem com a Pedagogia do Movimento?

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO

### 5.1 A Educação do MST no Contexto Nacional

A política desenvolvida pelos portugueses durante os séculos de sua colonização, assim como as políticas posteriores, advindas dos governos republicanos até a dita moderna democracia, condicionaram o surgimento de dois fatores: alta concentração fundiária e imenso contingente de excluídos da terra: os sem-terra. Esses dois aspectos originaram diversos movimentos e conflitos desencadeados pelos pobres do campo no decorrer desses quinhentos anos (Costa; Caetano, 2016).

Os imensos subsídios dados aos fazendeiros, políticos e demais representantes da elite dominadora do Brasil colônia, deixou uma imensa desigualdade fundiária, tributária, educacional, profissional e cultural em países emergentes, como é o caso de nosso Brasil. Os escravos vindos de países africanos e os vindos de países europeus, trabalhavam como animais nas fazendas, sem poder sonhar com um pedaço de chão, onde pudessem ter orgulho de ter conquistado com o suor de seus trabalhos, as universidades eram para os filhos dos coronéis, a cultura dos menos favorecidos não tinha nenhuma utilidade.

O quadro de intenso crescimento do Coronelismo, migrou-se para Brasília, juntamente com a capital e sua ideologia de manutenção do *status quo* existencial, ou seja, as regalias e os planos de fomento a exclusão, escravidão e opressão, só migraram para uma região mais distante das críticas e eventuais ataques. Segundo Leher (2014, p.47) em virtude do fortalecimento,

Do eixo da economia intensiva em recursos naturais e de um mercado interno cada vez mais sob o controle de umas poucas corporações, os setores dominantes compreendem que as escolas devem ser convertidas em um espaço de educação minimalista, semelhante à proposição do império que propugnava que deveria ser assegurado aos cidadãos apenas “as primeiras letras”. De fato, o padrão de acumulação, na ótica dos setores dominantes, prescinde da formação com maior complexidade científica e cultural da juventude trabalhadora. A ideia geral é que, como a massa dos postos de trabalho é constituída de atividades que requerem modesta escolarização, e educação voltada para essa massa pode ser menos sofisticada, assegurando o que a pedagogia hegemônica denomina de competências básicas, vinculadas ao aprender, sem a universalização de conhecimentos científicos explicativos dos processos naturais e da sociedade (Leher, 2014, p.47).

Diante de tal cenário de desigualdade e de lutas constantes por mais qualidade no processo de ensino e aprendizagem camponês, esperamos que as políticas melhorem e passem a desenvolver mecanismos educacionais que tenha uma roupagem mais própria e apropriada para a mulher e o homem do campo, para que possam desenvolver suas pequenas propriedades, dotados com uma concepção de trabalho, mais sustentável e racional.

A educação, enquanto uma das lutas do MST, apresenta uma lógica política e social onde toda a população do campo e da sociedade possam identificar um elo centrado no direito ao acesso e à qualidade do ensino e, sobretudo, uma educação que possa contribuir para a emancipação dos trabalhadores frente a lógica destrutiva, desumanizante e exploratório do capital (Luz, 2017, p.45).

De acordo com Garcia e Barbacovi (2016), existe sim, na fala de educadores, gestores, responsáveis por estudantes, uma grande e necessária preocupação em qualificar com qualidade os sujeitos em processo de formação profissional, para que possam atuar auxiliando

na transformação da agropecuária, ou ainda, atuarem em outras frentes que não as ligadas diretamente ao campo. O autor deste parágrafo reforça ainda, que existe uma preocupação com a formação profissional do estudante, o que é muito importante. Entretanto, pouco se fala e faz, a respeito de preparar os jovens para uma formação crítica e emancipatória.

O processo de luta pela terra no Brasil é antigo e foi marcado por diferentes organizações e movimentos ao longo dos anos. O MST se tornou um dos principais protagonistas nessa luta, mas existem também outras organizações que contribuem para essa causa. A luta pela terra no Brasil ainda é atual e complexa, enfrentando diversos desafios, como a concentração fundiária, a violência no campo e as inúmeras tentativas do “estado burguês” por intermédio dos partidos e parlamentares de extrema direita que veem o fortalecimento do MST uma grande ameaça à propriedade privada e aos interesses do agronegócio.

Ilustra bem exemplo disso, neste período de 2023 é a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para atacar e reprimir o Movimento Sem-Terra e suas ações em defesa da Reforma Agrária Popular. Na falta de provas contundentes que levassem a criminalizar lideranças do MST, e toda as ações de luta social, o relatório final da CPI, procurou registrar explicações preconceituosas e desconexas para justificar a falha da mais recente tentativa de liquidar o MST<sup>8</sup>.

O relatório da CPI contra o MST demonstra um entendimento reducionista e enganoso sobre a luta pela reforma agrária e a atuação do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra. Ao rotular a perspectiva da esquerda como simplista e mentirosa, o comentário ignora as desigualdades sociais e as injustiças históricas que fundamentam a existência do MST.

Além disso, ao descrever os fazendeiros como vítimas de estereótipos exagerados e apresentar as pessoas sem-terra como utópicas e ingênuas, o documento parece ignorar a forma como as leis injustas e a concentração de terras têm negado o acesso à terra para uma parcela significativa da população rural.

Ao rejeitar a ideia de que as pessoas sem-terra desejam voltar ao campo para ter o seu próprio pedaço de chão e uma vida em harmonia com a natureza, o comentário parece negar o desejo legítimo de muitas pessoas de se envolverem na agricultura sustentável e garantirem uma subsistência digna.

Portanto, é importante considerar que a realidade do MST e da luta pela reforma agrária não pode ser reduzida a uma visão simplista e preconceituosa, mas sim compreender as complexidades envolvidas e a busca por justiça social e ambiental. No relatório, Ricardo Salles<sup>9</sup> afirmou “ainda que a reforma agrária é uma política pública anacrônica, cara e ineficiente”. (Fonte: Agência Câmara de Notícias).

---

<sup>8</sup> Uma explicação simplória e mentirosa, baseada na luta de classes entre fazendeiros rotulados pela esquerda de latifundiários, escravocratas, primitivos, atrasados de um lado e, de outro, pessoas por eles descritas como sendo vítimas pobres e puras, que foram expulsas do campo pelos malvados fazendeiros mas que para lá desejam voltar, porém, agora, para ter o seu pedaço de chão e ali poder estabelecer uma vida bucólica, saudável, em harmonia com a natureza, produzindo alimentos orgânicos para sua subsistência e de sua família. Nada mais distante da realidade, no entanto (p.55) - CPI - Relatório Final ([cnnbrasil.com.br](http://cnnbrasil.com.br)).

<sup>9</sup> Ricardo Salles, é um político brasileiro do partido Novo. Tem uma trajetória marcada pela atuação em diferentes cargos no setor público. Durante sua gestão (2016 e 2017, como Secretário Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, foi amplamente criticado por entidades ambientalistas, por promover retrocessos na política ambiental do estado. Em 2018, eleito deputado federal pelo Estado de São Paulo, tornou-se conhecido por suas posições conservadoras. Em relação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Salles foi o relator da CPI. Criada com o objetivo de investigar e condenar possíveis irregularidades e crimes cometidos pelo MST.

No final da CPI, o relatório apresentado por Salles foi criticado por membros do MST e outros setores da sociedade civil, que o consideraram parcial e tendencioso. Em 2019, foi nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro como Ministro do Meio Ambiente do Brasil. Sua atuação como ministro foi bastante polêmica, com críticas de

Essa afirmação sobre a reforma agrária é acima de tudo estúpida e dúbia. Não considera os fatores sociais que são afetados com a falta de política de estado com a não realização da reforma agrária. Acentua-se aí, a preocupação da elite quanto a manutenção de privilégios de sua classe em detrimento a classe trabalhadora. A distribuição mais justa de terras pode contribuir para a redução de conflitos agrários e melhorar as condições de vida no campo.

Ao longo de aproximadamente três décadas de existência tem mexido no coração da oligarquia brasileira, tem incomodado tanto e por isso que há inúmeras tentativas de isolar o MST, tentando descaracterizar e reduzir o apoio que foi conquistado na sociedade. Na narrativa maliciosa da CPI. “A sociedade, sobretudo urbana, se acostumou a testemunhar versões e narrativas dos problemas criados no campo pelo MST e demais facções sem-terra como sendo praticamente uma consequência natural e legítima da histórica disputa pela terra em um País muito desigual”. (Relatório Final CPI, 2023, p. 78).

Contrariando a estes, o movimento tem se fortalecido seja por meio de ações de solidariedade, por meio de produção de alimentos saudáveis sem veneno, através da implementação de uma educação de qualidade que prima pela formação de seres humanos pensantes, conscientes de seu papel na sociedade, defendendo a justiça social para toda a classe trabalhadora.

A concentração fundiária é um dos principais problemas enfrentados na luta pela terra no Brasil. Poucas pessoas detêm a maioria das terras no país, o que cria uma desigualdade social e impede o acesso à terra por parte de pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

Além disso, a violência no campo é uma realidade que continua a assombrar os movimentos de luta pela terra. Assassinatos, ameaças e despejos ilegais são comuns, colocando em risco a vida e a integridade física dos militantes e das comunidades rurais.

Diversos setores conservadores, incluindo políticos de extrema direita, têm se posicionado contra MST e todas as demais organizações e movimentos que lutam pela reforma agrária e pela justiça no campo. Eles veem o MST como uma ameaça ao modelo de desenvolvimento do agronegócio e à propriedade privada, e procuram deslegitimar e criminalizar suas ações por meio de leis e medidas repressivas.

A elite brasileira, teme mais o MST, não exclusivamente pela ocupação de terra, mas pela ocupação do território, pela ocupação das universidades, pela abertura de escolas, mentes e corações. Pela promoção da cultura, pela prática da solidariedade, pela terra e pela vida. Nunca aceitaram um movimento social, especificamente o MST, ser uma organização de trabalhadores, que se fortalecem por intermédio da cooperação interna e externa. Ter capacidade de mobilização de massa, como nunca visto neste país, e mais: ser dinâmico, criativo e coerente com os seus princípios e origens.

O MST semeia consciência e dignidade e eleva todas as bandeiras de luta que integram a Reforma agrária popular. Ou seja, a Reforma agrária popular se configura na terra repartida, na produção de alimento saudável, no direito/acesso ao conhecimento, a cultura, na arte. Por exemplo, o Festival do MST: por Terra, arte e pão, ocorrido neste mês de setembro de 2023 em vários estados do Brasil, quando várias capitais brasileiras receberam o encontro de arte, cultura, política e Reforma Agrária.

O MST tem conquistado o apoio da sociedade brasileira de diversas maneiras. Principalmente pelo trabalho educativo e cultural, o MST busca conquistar apoio pela disseminação de conhecimento e cultura. Desenvolvem escolas e centros de formação, onde são oferecidos cursos e atividades educativas para as comunidades rurais. Além disso, promovem eventos culturais que buscam aproximar a população rural e urbana, como feiras

---

entidades ambientalistas e até mesmo afastamento temporário do cargo, após ser alvo de investigações por suspeitas de fraudes em licenciamentos ambientais.

agroecológicas e festivais de música que contam sempre com um grande público da cidade prestigiando, conforme podemos ver na **Figura 7**.



**Figura 7. Festival de cultura no Rio de Janeiro**

Fonte: Fernando Anitelli, Festival BH/ foto:@dowglasilva. Arquivos MST- <https://mst.org.br/> acessado em 25/09/2023.

No estado de Alagoas não foi diferente a participação. O apoio recebido através da participação popular, demonstra que a luta promovida pelo MST abrange a defesa dos direitos de toda os trabalhadores do campo e da cidade. E de algum modo o MST tem a capacidade de manter viva a esperança por um mundo justo (**Figura 8**).



**Figura 8. Festival do MST: por Terra, arte e pão no estado de Alagoas**

Fonte: Delanisson Araújo. Arquivos MST.

Acredita-se que um outro fator que atraem apoiadores está na capacidade e criatividade do Movimento em reavivar a cultura popular brasileira, como expressão de vida, de luta e reunir no palco cultural símbolos e uma beleza artística singular na ornamentação de diferentes espaços com elementos da cultura popular.



**Figura 9.** Dj Cavalcante. Palco do festival por Terra, arte e pão no Rio de Janeiro  
Fonte: Priscila Ramos.

Apesar da avalanche de desafios, o MST continua ativo e resistente, mobilizando trabalhadores rurais em todo o país e promovendo manifestações de cunho reivindicatório, artístico, cultural e outras ações de luta pela reforma agrária, que a mídia sempre tentou ocultar. A luta pela terra no Brasil ainda é atual e complexa, e exige a mobilização e o apoio de diferentes setores da sociedade para garantir a justiça social no campo. A negação da reforma agrária como uma política urgente e necessária, por parte dos governantes, faz ela ser uma disputa constante e injusta. Araújo, afirmou:

A dimensão eminentemente política da luta pela terra, evidenciada, especialmente, em ações coletivas envolvendo segmentos diversos dos trabalhadores rurais, tem como substrato todo um conjunto de relações sociais e econômicas, cuja influência se revela não apenas nas formas de organização, mas, também, no próprio conteúdo das reivindicações e na natureza do projeto de reforma agrária defendido. Assim, é possível constatar que, no Brasil, a questão agrária persiste, há longos anos, como problema social carente de soluções adequadas, embora redefinidas pelo processo de modernização da economia nacional, nas últimas três décadas (Araújo, 1994, p. 237).

Apesar dos avanços conquistados ao longo dos anos, a luta pela terra no Brasil ainda enfrenta muitos desafios. A concentração fundiária continua sendo um problema grave, com poucas famílias detendo a maior parte das terras no país. Além disso, a violência no campo é uma realidade, com assassinatos e ataques contra trabalhadores rurais e lideranças dos movimentos sociais. Vão agregando formas de ataque e repressão inclusive linkadas ao aparato estatal. De acordo o Brasil de Fato, no Brasil teve 25 assassinatos no campo em 2022; <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/02/brasil-teve-25-assassinatos-no-campo-em-2022-campanha-busca-frear-violencia> acessado em 04/12/2023.

Portanto, ao observar a história, podemos verificar que a luta de classes é um fenômeno constante e antagônico, em que as classes sociais disputam poder, acesso à educação, recursos e melhores condições de vida. Essa luta moldou e continua influenciando o desenvolvimento da sociedade em diferentes períodos históricos.

O MST luta também pela democratização do acesso ao conhecimento, buscando garantir o acesso de todas e todos à educação, independentemente de sua classe social ou local de origem. Para isso, o movimento investe na criação e manutenção de escolas no campo, que atendam às necessidades específicas das populações rurais.

Através das escolas, o movimento busca desenvolver uma pedagogia que valorize a cultura popular e camponesa, promovendo a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade.

De modo organicamente Sem Terra, a educação no/do MST se fortalece nos vínculos criados por meio de coletivos, de mobilizações que explicitam para a sociedade a necessidade de políticas públicas de educação, e de educação do campo, nos encontros nacionais que reúne a práxis desenvolvida em cada escola situada no núcleo de cada área.

A Educação é uma das áreas prioritárias de atuação do MST, que desde a sua origem desenvolveu processos educativos e incluiu como prioridade a luta pela universalização do direito à escola pública de qualidade social, da infância à universidade. Entendendo que o acesso e permanência é fundamental para inserir toda a base social na construção de um novo projeto do campo e pelas transformações socialistas. (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, 2023, s.p.).

A luta pela educação no MST também está intimamente ligada à defesa do direito à terra e à agricultura familiar. O Movimento compreende que a formação de jovens camponeses e a promoção de uma educação voltada para a agroecologia são fundamentais para a garantia da soberania alimentar e a construção de um modelo de agricultura mais sustentável e democrático.

Nesse sentido, a educação no MST vai além da transmissão de conteúdos curriculares, buscando fortalecer a identidade e a cultura camponesa, valorizando o trabalho no campo e promovendo a troca de saberes entre gerações. O movimento acredita que a educação é uma ferramenta fundamental para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## **5.2 A Proposta Educacional do MST**

Quando o MST, começa a organizar a instalação das famílias na terra conquistada, visualiza junto a elas a necessidade da escola, ou seja, a escola como uma demanda urgente e necessária. Mas não podiam ser uma escola qualquer. Na época, já havia início de cultivo de escola diferente em áreas de assentamentos. No MST, estas eram chamadas de Escolas Alternativas de Educação Libertadora. Assim explicita Caldart (2004): “No: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.(p,48).

A proposta e defesa de uma educação libertadora, como assim chamavam nos primeiros anos de experiência do MST, se tratavam de uma escola diferente da tradicional. Porque aquelas famílias que vinham de diferentes bairros periféricos, que uniram sonhos e esperanças, abriram mãos de laços culturais e até familiares para se organizarem para ter acesso à terra, se encontravam ali, em um território diferente para formar uma única comunidade. Não mais provisória como no acampamento. Neste sentido somente um povo

sábio e consciente entenderia que a educação escolar não podia ser alheia aquela comunidade que estava se constituindo como resultados de processos de luta pela terra e pela dignidade humana.

As escolas alternativas do MST eram baseadas em princípios de educação libertadora, que buscavam ir além do ensino tradicional, propondo uma educação que fosse de apoio e acolhimento, e mais tarde passaram entender que se tratava de uma proposta também de inclusão, crítica e voltada para a formação humana integral.

Essas escolas tinham como objetivo não apenas transmitir conhecimentos, mas também estimular a consciência política e a participação ativa dos estudantes, incentivando a reflexão sobre a realidade social e a busca por transformações. Elas buscavam também resgatar e valorizar a cultura local, promovendo o diálogo entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular.

Além disso, as escolas alternativas do MST procuravam não reproduzir os modelos de ensino tradicionais, que muitas vezes eram considerados alienantes e desvinculados da realidade das famílias assentadas. O foco era em uma educação mais contextualizada, adaptada às necessidades e realidades das comunidades agrárias.

Dessa forma, as escolas alternativas do MST tinham como propósito oferecer uma educação mais emancipadora e transformadora, que contribuísse para a construção de uma nova sociedade, baseada em princípios de justiça social, igualdade e sustentabilidade.

Os trabalhadores rurais Sem Terra são estes que lutam para conquistar seu espaço na sociedade, que historicamente os excluiu do acesso à terra, à educação e a outros direitos básicos. Eles reconhecem que a educação é essencial para a transformação de suas realidades e para a conquista de mais dignidade.

Esses protagonistas da educação no campo conscientemente constroem sua história baseada nos princípios de socialização de bens, entendendo que é necessário compartilhar os recursos e oportunidades existentes para garantir a igualdade de condições para todos.

São indivíduos que possuem uma forte conexão com a terra e têm esperança de construir um futuro melhor para si e para as gerações futuras. Eles enfrentam diariamente desafios socioculturais no campo brasileiro, mas não desistem de lutar por uma educação que seja dialógica, crítica e libertadora. Eles entendem que somente por meio de uma educação que estimule o diálogo, a reflexão crítica e a busca pela liberdade é que poderão superar os obstáculos e transformar suas realidades. Essa visão é baseada nas ideias de Paulo Freire, um renomado educador brasileiro que acreditava na importância da educação como instrumento de libertação das pessoas.

Esses trabalhadores rurais Sem Terra, ao lutarem por uma educação que os liberte e os empodere, contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. A sua luta é uma expressão da resistência e da busca por uma educação que vá além do mero acesso à escola, mas que proporcione também a permanência nela, a continuidade dos estudos e a valorização dos saberes locais.

No decorrer da luta pela terra e pela escola, com a legitimidade de um projeto de educação voltado para a realidade camponesa. A prática desenvolvida e defendida por movimentos e instituições públicas vai culminar na conferência nacional de educação básica e ser legitimada com educação do campo. Esta conferência se desenvolveu no contexto da luta por uma educação mais inclusiva e voltada para a realidade das comunidades rurais, inserida em um contexto mais amplo de movimentos sociais do campo, que lutam por questões relacionadas à reforma agrária, acesso à terra, direitos dos trabalhadores rurais, desenvolvimento sustentável, entre outras pautas. A educação do campo é entendida como uma das formas de fortalecer esses movimentos e de contribuir para a melhoria das condições de vida no meio rural.

O termo Educação do Campo, derivado do processo de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), traz à tona um conceito que há muito procura se adequar à perspectiva limitada, colonial, expansiva, localista e particularista da educação e das percepções e métodos pedagógicos de natureza fragmentária e positivista de conhecimento (Caldart *et al.* 2012).

Para Caldart (2000), a cultura que se busca compreender no processo de formação dos sem-terra por meio do MST, é ver o que, por surgir na dinâmica de um movimento ou luta social, é muito mais inusitado do que o cotidiano entendido nesse sentido de que se repete todos os dias

A dinâmica de uma luta social que se desenvolve ao longo de um determinado período de tempo, como tem sido a luta pela terra e pela reforma agrária realizada pelo MST, também passa a ter um cotidiano, mas é um cotidiano que exatamente rompe ou pelo menos trabalha certos padrões ou certas tradições presentes naquele modo de vida dito cotidiano (CALDART, 2000).

Paulo Freire enfatiza a experiência de opressão e libertação como matriz pedagógica, ao reconhecer que a educação está intrinsecamente ligada à realidade social e política. Ele acredita que a educação não é apenas um processo de transmissão de conhecimento, mas também uma ferramenta para a transformação social. Para Freire, a experiência de opressão é central no processo educacional, pois é através da conscientização das relações de poder e dominação que os indivíduos podem se tornar agentes de transformação. Ele argumenta que a educação deve capacitar as pessoas para ler criticamente o mundo e perceber as estruturas de opressão que perpetuam a desigualdade.

Concordando com Freire, a importância da libertação como objetivo pedagógico se concretiza na prática de uma pedagogia libertadora, na qual os educadores devem trabalhar em parceria com os alunos, valorizando suas experiências e incentivando sua participação ativa no processo educativo.

Nessa abordagem, os educadores devem estar comprometidos com a criação de espaços de diálogo e reflexão crítica, onde as vozes dos alunos sejam ouvidas e respeitadas. A libertação é alcançada quando os indivíduos se tornam conscientes de sua própria condição de opressão e são capacitados para agir e transformar essa realidade.

Dessa forma, Paulo Freire enfatiza a experiência de opressão e libertação como matriz pedagógica ao reconhecer que a educação tem um papel fundamental na promoção da justiça social e da igualdade, e ao afirmar que a educação deve ir além da simples transmissão de conhecimento, buscando capacitar os indivíduos para se tornarem agentes de mudança. Neste sentido Arroyo (2012) corrobora:

As lutas de libertação dos coletivos oprimidos mostram que a variedade de formas de opressão está intimamente ligada aos processos de transformação de coletivos de diferentes gêneros, etnias, raças, classes e campos em desiguais.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser pedagogia dos homens em processo de transformação. (Freire, 1987, p.41).

Segundo Pires (2012), a essência de seu método era a libertação dos oprimidos. Por isso é tão polêmico e seu método tem sido subestimado aqui no Brasil. Paulo Freire desenvolveu um método de trabalho para alfabetização de adultos que nunca foi efetivamente implementado pelo sistema educacional brasileiro e permaneceu relevante e progressivo

apesar de seus quarenta anos. Essa metodologia cria uma relação de troca entre professor e aluno de forma interativa e baseada no contexto histórico do estudante.

Magalhães (2010) desenvolveu um importante trabalho que relacionou terra, escola e inclusão, na ótica metodológica do MST, o estudo buscou investigar o curso de Pedagogia da Terra, oferecido aos militantes de um conjunto de organizações sociais do campo. O objetivo do trabalho foi refletir acerca de como o MST tem pautado nas últimas duas décadas do século XX sua luta em defesa da escolarização do trabalhador do campo. O estudo buscou comparar duas experiências.

A relevância da escola em área de assentamentos se dá principalmente quando ela se torna a principal ferramenta de transformação que incide na vida desta ou daquela comunidade que nesta dinâmica vão se fortalecendo e se tornando sujeitos participantes diretos deste processo. Estimular o ensino e a aprendizagem das crianças e jovens, contextualizando os conteúdos escolares em saberes e fazeres oriundos desses trabalhadores, reafirma identidades, dá empoderamento e valorização a cultura local (Mattos, 2020).

É, contudo, significativo a concepção de escola para o MST. Para que se expresse pelo zelo, pela formação contínua, pela pertença e responsabilidade para com o fazer pedagógico nesta escola, que demanda participação da comunidade, mas que também requer grande compromisso do professor. Para que esta concepção de escola, não fique na teoria. Mattos e Brito (2012) afirmam que:

Precisamos de um maior comprometimento, no trabalho, do professor para tentar construir no aluno a ideia de um sujeito investigativo, ampliando a compreensão de suas tarefas no mundo material e social, alargando seus horizontes para que se sinta realmente incluído no processo educacional (Mattos; Brito, 2012, p.2).

É essencial que o professor estimule o aluno a desenvolver habilidades como a curiosidade, o pensamento crítico e a capacidade de questionar. Para alcançar esse comprometimento, o professor deve estar disposto a ir além do conteúdo programático, buscando abordagens que despertem o interesse e a participação ativa dos estudantes. Isso pode ser feito por meio de atividades práticas, debates, projetos de pesquisa, visitas a museus e empresas, entre outras estratégias.

O professor também precisa estar disponível para ouvir os alunos, acolher suas dúvidas e opiniões, mostrando-se interessado em seu processo de aprendizado. É importante que ele esteja aberto a diferentes formas de aprendizagem e valorize a diversidade de conhecimentos e experiências dos alunos. Daí a importância do comprometimento do professor para construir no aluno a ideia de um sujeito investigativo.

A proposta de educação do MST, nunca foi modismo ou bandeira aleatória. Ela foi e vem sendo experimentada, avaliada e repensada a luz das tantas concepções e pedagógicas que buscaram contrapor as correntes pedagógicas que não consideram as necessidades individuais dos alunos, a diversidade de aprendizagem e a importância da participação ativa dos estudantes no processo educacional. No entanto, elas ainda são presentes em muitas escolas ao redor do mundo.

Para dar conta dos avanços e desafios a que demanda o desenvolvimento da sociedade humana. A educação proposta para as escolas de assentamentos bebe na fonte da pedagogia Freiriana, que é uma abordagem educacional desenvolvida pelo educador brasileiro Paulo Freire. Ela tem como base a ideia de que a educação deve ser libertadora e transformadora, visando à conscientização dos indivíduos e à sua participação ativa na sociedade. Nessa abordagem, o papel do educador é o de contribuir o processo de aprendizagem, promovendo a reflexão crítica e o diálogo.

A pedagogia Freiriana é considerada a âncora da pedagogia da alternância porque os princípios e valores dessa abordagem educacional são fundamentais para o seu

funcionamento. A ênfase na participação ativa dos estudantes, a reflexão crítica sobre a realidade, a valorização dos saberes e experiências dos indivíduos, e a importância do diálogo e da interação social são elementos presentes tanto na pedagogia Freiriana como na pedagogia da alternância.

Essa ligação entre as duas abordagens também reflete a ideia de que a educação deve estar conectada com a vida e com as demandas da sociedade, preparando os estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas também para se tornarem cidadãos conscientes e engajados. Portanto, a pedagogia Freiriana atua como uma base teórica e conceitual para a prática pedagógica da alternância, orientando a forma como os conhecimentos e saberes são construídos nesse modelo educacional.

## 6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Neste tópico do texto trazemos uma análise dos resultados das informações coletadas no decorrer da pesquisa que se propaga sobre a temática da “formação camponesa frente as intervenções contemporâneas em uma escola coordena pela pedagogia do MST”, objetivando trazer as considerações e analisar as percepções dos entrevistados para tecer uma análise qualitativa dos dados.

### 6.1 Potencialidades da Educação do MST

As potencialidades e fragilidades das escolas do assentamento são explicitadas nos momentos de formação e troca de experiência, pois é nesse contexto que as conexões e interações entre as escolas e a comunidade se tornam visíveis. Essa abertura e compartilhamento de experiências são fundamentais para fortalecer essas escolas e superar os desafios que enfrentam.

Elas estão conectadas através do setor de educação, coletivos e instâncias e também com a comunidade em geral. Essa interação gera oportunidades de aprendizado e fortalecimento mútuos, permitindo que as escolas do assentamento sejam espaços de inovação e experimentação pedagógica.

Essa interação entre as escolas, o setor de educação, coletivos e instâncias e a comunidade em geral cria um ambiente propício para a inovação e a experimentação pedagógica. As escolas se tornam laboratórios de práticas educacionais, onde educadores podem testar novas metodologias, desenvolver projetos interdisciplinares e incentivar a participação ativa dos estudantes. Isso estimula a criatividade, a autonomia e o protagonismo dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios do século XXI.

Dessa forma, a interação entre as escolas de assentamentos, o setor de educação, coletivos e instâncias e a comunidade em geral tem o potencial de fortalecer a educação nesses espaços, tornando-as verdadeiros centros de aprendizado, transformação e desenvolvimento humano.

Porém, cada escola em seu espaço geográfico, em sua dinâmica tem sua especificidade que a possibilita avançar mais em uns aspectos e em outros menos.

Na medida em que o MST consegue que um grupo de famílias em vulnerabilidade social, se unam e por meio de processos de luta, construa uma comunidade, constitua um território e estabelecem vínculos culturais, reivindicam, criam ali, uma escola, podemos dizer que essa escola já nasceu em potencial.

A7: Para mim, a potencialidade da educação no Assentamento é a própria escola. Nossa gente cuida tão bem da escola quanto cuida da pessoa amada. (entrevistada em 03/08/23)

A10: A Escola José Antônio Onofre é um referencial na minha vida: A minha maior satisfação é ver minha filha estudando na escola em que me formei e me levou a onde eu já mais imaginei ir. Porém hoje com mais recursos que na minha época, o prédio é melhor, os materiais de uso também. É por isso que desejo que ela possa levar minha filha ainda mais longe que o seu velho pai. entrevista10/08/23.

A evolução da escola se dá em diferentes aspectos, inclusive na estrutura física que também é um elemento a mais que possibilita melhores qualidade na oferta. A escola, que já funcionou em casa de estuque, sem porta, sem janela, iluminada apenas com a luz do sol. (figura 10)



**Figura 10.** Sala de aula da Escola José Antônio Onofre em 1990.

Fonte acervo da autora.

A sala de aula no assentamento funcionou em vários espaços, sempre com a atenção e zelo das famílias para que o processo educativo acontecesse no melhor lugar possível de cada ocasião. Até que em 1996 o primeiro prédio de alvenaria foi construído na área social.



**Figura 11.** Vista frontal da Escola José Antônio da Silva Onofre – ano 2019.

Frente da escola José Antônio da Silva Onofre – ano 2021.

A educação formal proporciona oportunidades de aprendizado, capacitação e empoderamento para os membros da comunidade, podendo contribuir para a superação da vulnerabilidade social e o fortalecimento social e econômico da comunidade.

Um outro aspecto nos leva a pensar do potencial da escola enquanto formadora de opiniões, consciência e concepções de pessoas, mundo, ambiente, segurança alimentar.

A15: entre outras potencialidades da escola do Assentamento que tem vínculos políticos com o movimento está a preocupação com a vida dentro da escola e fora dela. Com quem é do assentamento e quem não é, com o direito a alimentação de toda a população do campo e da cidade.

O Brasil por ser um país gigante em extensão territorial, em riquezas naturais principalmente terras férteis e biodiversidade, não se tem uma política estruturada de soberania alimentar. Ao invés disso prioriza o agronegócio que por meio de commodities, alavanca grandes conglomerações do capital, faz do solo brasileiro um sumidouro dos agroquímicos, engessa os diferentes setores, sem considerar os danos socio ambientais de modo que deixa a população em geral, principalmente as famílias empobrecidas sem chance de escolher alimentar-se com maior qualidade.

As oficinas desenvolvidas na escola, seja com os próprios educadores ou com colaboradores internos ou externos a comunidade, possibilitam dinamizar o aprendizado e incentivam hábitos saudáveis como a oficina de salada de frutas produzidas dentro do assentamento e região (Figura 12).



**Figura 12.** Oficina de salada de frutas do assentamento na escola

Fonte: Acervo da autora 2023

Essa temática que abrange a segurança e **soberania alimentar**, produção de alimentos saudáveis deviam ser os eixos centrais da formação escolar, de todas as instituições de ensino, porque impacta diretamente na promoção da saúde, qualidade de vida, preservação ambiental.

Compreendemos que o ensino precisa despertar nos educando a criticidade e não apenas informativo levando-os a refletirem sobre problemas e possíveis atitudes. Logo, é necessário um ensino que vise estimular o desenvolvimento de um conjunto de atitudes e capacidades como: aprender, pesquisar, selecionar informações, senso crítico e reflexivo, comunicação e conclusão. (Sassi, 2014, p. 34).

A **mística**, por sua vez, é ressaltada como um elemento carregado de encantamento, que possibilita ao educador compreender a escola de assentamento em outro ângulo e entender o protagonismo dos alunos e o gerenciamento coletivo do espaço escolar.

**Os elementos pedagógicos** das escolas de assentamento são apontados como fundamentais para uma proposta pedagógica currículo estabelecido pelo estado diferenciada, que promove uma formação integrada com os objetivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. e desenvolve nos alunos um pensamento crítico da realidade.

O **plano de estudo** é apontado como uma ferramenta que estimula o hábito de estudar pesquisando e mantém a relação entre o cotidiano dos alunos e o e pelo governo federal.

A **participação das famílias** na escola do assentamento tem sido alvo de destaque e elogios por parte de educadores e educandos quando chegam de outras realidades.

Nesse sentido, as famílias têm demonstrado um interesse e engajamento significativos na escola do assentamento. Elas comparecem regularmente às reuniões escolares, participam ativamente das atividades desenvolvidas pela escola e se envolvem na vida escolar de seus filhos.

A **horta escolar** sem estar correlacionada com a etnomatemática pode se desenvolver e produzir como apêndice da escola. A horta na perspectiva da etnomatemática desenvolve a produção de alimentos saudáveis, educa e forja aprendizagem significativa e comprometida com a soberania alimentar e a qualidade de vida.

E3: A escola do assentamento é uma escola onde as famílias participam. O que mais me chamou atenção quando cheguei na escola Antônio Onofre, foi a participação das famílias na dinâmica da escola. Inclusive famílias que já não tinham mais filhos na escola, ou nunca tiveram participavam igualmente de mutirões, campanhas, atividades culturais, projetos de reforço, confraternizações. 01/08/23.

A14: O diferencial da escola que trabalha a proposta de educação do MST, eu vejo que é a participação. Mesmo quando a escola tinha pouquinhos alunos, tudo que fazíamos na escola, dava muita gente. 14/08/23

Dar nomes aos grupos, a horta, com a participação do conjunto da escola, incide na dinamização do processo educativo como instrumento pedagógico que potencializa desenvolvimento da prática do professor e do intelecto do aluno. E pode ser integrado por exemplo a história revendo os nomes dados a praças, escolas, ruas, cidades, e outras áreas como linguagem estudando classes de palavras, substantivos por exemplo.

Quando os estudantes desenvolvem toda uma discussão com levantamento de nomes significativos para a horta e em assembleia os grupos argumentam e fazem a escolha do nome, acontece aí também um espaço de tomada de decisão coletiva e participativa. Nesse processo, os estudantes têm a oportunidade de expressar suas opiniões e argumentar em favor dos nomes que consideram mais relevantes e significativos para a horta. Além disso, a escolha do nome em assembleia envolve todos os membros do grupo, promovendo uma maior inclusão e engajamento de todos os envolvidos. Esse espaço de tomada de decisão coletiva valoriza a participação de cada estudante e contribui para o desenvolvimento de habilidades como comunicação, negociação e respeito às opiniões alheias.



**Figura 13.** Placa da horta escolar

Fonte: Acervo autora 2022.

A horta recebeu um nome discutido, apresentado, apreciado e escolhido por meio de votação o que melhor representava a prática. Ao propor que a horta tenha um nome, estudantes vão participando do processo e aprendendo de forma significativa (Figura 13).

As atividades que integram o plano e as metas escolares, são desenvolvidas e pensadas visando promover a aprendizagem e o crescimento dos estudantes, abrangendo diferentes aspectos do seu desenvolvimento, como cognitivo, emocional, social e físico.

Ao planejar e desenvolver essas atividades, é importante considerar as metas escolares estabelecidas pela instituição de ensino, que podem englobar diferentes áreas, como a

melhoria do desempenho acadêmico, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a formação cidadã, entre outras.

Fazendo uma análise das entrevistas vinculadas a realidade pesquisada, aos elementos destacados, a prática desenvolvida na sala de aula do assentamento se legitima em sua práxis. Isso ocorre porque a pedagogia do MST valoriza a educação como um direito fundamental e busca promover a democratização do acesso ao conhecimento.

Através de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas, a escola do MST procura despertar o interesse e a participação ativa dos estudantes e famílias, tornando o processo de aprendizagem mais significativo. Isso contribui para que os alunos adquiram uma visão crítica do mundo e se tornem agentes ativos na transformação da sociedade. Nesta perspectiva as atividades são adaptadas a realidade considerando a diversidade do público envolvido na escola do assentamento. Mesmo sendo de comunidades vizinhas que não são assentamentos, mas que são respeitados neste processo.

Ao proporcionar uma educação de qualidade mesmo em condições adversas, como a falta de recursos e de infraestrutura adequada, a escola do MST desempenha um papel fundamental no combate à exclusão social e na promoção da igualdade de oportunidades educacionais.

Dessa forma, a pedagogia do MST tem o potencial de impactar positivamente os níveis de escolaridade das pessoas que passam por ela, ao oferecer uma educação contextualizada, crítica e transformadora.

Os pontos destacados nesta seção, enfatizam importantes aptidões que refletem a abordagem holística e multifacetada do MST para a educação, que busca não apenas trocar-transmitir conhecimentos entre os companheiros, mas também capacitar os membros das comunidades rurais para se tornarem agentes de mudança em suas próprias realidades.

Intimamente articulada com as necessidades e o projeto do Movimento, a formação no MST tem em vista qualificar e capacitar os quadros militantes e dirigentes para os desafios imediatos e de longo prazo da organização, bem como elevar a consciência política e de classe das bases (Dalmagro, 2010).

Segundo Pizetta (2006), formação é vista como parte da organicidade do Movimento, dimensões, como vimos, inter-relacionadas, portanto, uma implicando a outra. A formação deve contribuir na implementação das estratégias da organização, isto é, estar de acordo com os objetivos imediatos e estratégicos do Movimento. Ele deve voltar o olhar para frente, buscando vislumbrar soluções para os problemas e deficiências orgânicas evidentes em diferentes espaços e setores do MST.

Deve formar para a luta de classes, isto é, deve contribuir para a constituição da classe em luta. A luta de classes não pode estar só na cabeça e prática dos dirigentes, mas, deve estar na cabeça e na prática da militância e da base, superando o corporativismo e o economicismo que por vezes afeta a organização. Devemos formar sujeitos críticos da realidade, da própria prática política e organizativa e serem criativos para forjar novos métodos de trabalho, de direção e de lutas massivas (Pizetta, 2006, p. 2).

O que é importante notar, é que existe um empoderamento regional da comunidade, onde o sistema educacional adotado na educação do MST, trabalha buscando a capacitação de seus membros dentro de uma visão de comunidade, fornecendo conhecimento e habilidades para que os companheiros consigam tomar suas próprias decisões e que consigam participar ativamente da vida social, política e econômica, da comunidade.

Outro ponto muito importante que é relacionado a educação do MST, é a formação da consciência política nos estudantes o que possibilita que os indivíduos se engajem ativamente na luta por justiça social e reforma agrária em sua comunidade.

A partir da formação de uma consciência política, é que os companheiros consigam realizar leituras mais refinadas da dinâmica social, bem como, conseguem se posicionar como resistência ao avanço de forças contrárias aos princípios defendidos pelo MST, e ainda, protestar contra o desmanche e a desconstrução de direitos garantidos por companheiros no passado.

O crescimento do movimento operário e camponês, o surgimento de partidos de esquerda e de grupos e entidades que almejavam a transformação da estrutura da sociedade, bem como o comprometimento de alguns setores das Igrejas com as lutas sociais. Houve também o crescimento e a difusão de experiências que viam na educação um dos instrumentos que proporcionaria uma maior conscientização política e social e uma participação transformadora das estruturas capitalistas presentes na sociedade brasileira (Queiroz, 2004, p. 22)

Por meio da educação, o MST trabalha para preservar e valorizar a cultura e a identidade das comunidades rurais, incentivando o respeito às tradições que é transmitida a duras penas de geração para geração, o reconhecimento de uma cultura que é própria e apropriada para comunidade, manutenção das bandeiras camponesas, conquistadas com sangue de muitos companheiros, e ainda um modo de vida local que precisa ser respeitado e valorizado.

A partir das observações expressadas nas entrevistas, potencialidades relacionadas a manutenção das bandeiras (mística, música, bandeiras, entre outras) defendidas pelo MST no cotidiano escolar das instituições em estudo, na visão dos professores que atuam nas mesmas.

## **6.2 Principais Contradições da Educação do MST**

Na interação entre as escolas de assentamentos, o setor de educação desempenha um papel fundamental. Ele auxilia no compartilhamento de informações, experiências e recursos pedagógicos entre as escolas, possibilitando uma troca de aprendizado mútuo. Essa conexão também possibilita a criação de redes de apoio, onde educadores podem se ajudar, trocar ideias e buscar soluções para desafios comuns.

Além disso, os coletivos e instâncias que trabalham com a educação nos assentamentos também desempenham um papel importante na interação entre as escolas. Eles promovem encontros, formações e debates, criando espaços para a reflexão e troca de experiências entre os educadores. Essa interação fortalece a atuação das escolas, permitindo que elas incorporem novas metodologias, abordagens e práticas pedagógicas e fortaleçam a luta pela existência e permanência da escola.

Por outro lado, as fragilidades dessas escolas também se manifestam nesse contexto de interação. A falta de recursos financeiros e materiais, a escassez de profissionais qualificados e a falta de infraestrutura adequada são alguns dos desafios enfrentados pelas escolas do assentamento. Além disso, a falta de reconhecimento e apoio institucional dificulta o desenvolvimento dessas escolas, tornando-as mais vulneráveis a pressões e obstáculos.

No entanto, essas fragilidades também podem ser transformadas em oportunidades de crescimento e superação. Através da troca de experiências e da cooperação entre as escolas do assentamento e a comunidade, é possível buscar soluções criativas e colaborativas para enfrentar esses desafios. A solidariedade e o trabalho em equipe se tornam ferramentas fundamentais nesse processo, permitindo a construção de uma educação mais inclusiva e transformadora.

E7: Acredito que alguns gestores de escolas de assentamentos não conhecem e ou não gosta da pedagogia, também a entrada de muito profissionais da atuar nestas escolas (professor) que não conhece, não estão preparados e muitos não querem trabalhar com a

pedagogia do MST e com a educação do campo. Dessa forma dificulta a qualidade do trabalho. Pois fica sobre as costas dos professores que conhece fazer o trabalho político. No entanto esses só podem fazer sozinhos as atribuições que seria do coletivo. Entrevista em 04/08/23.

A4: O fato de muitos educadores e profissionais que são alheios a realidade dos assentamentos, alguns nem disfarçam que são contrários ao MST, mas entendem a escola como um órgão público, autônoma, ignora a realidade se inscrevem e vem trabalhar na escola, com vínculo apenas empregatício. Aí fica na escola, mas não ajuda mesmo. Entrevista 02/08/2.

As contradições que permeiam a prática da pedagogia do MST, traz desafios, mas não inviabiliza tampouco desqualifica a proposta que já foi semeada, multiplicada e que continua dando bons frutos para educação brasileira promovendo uma educação contextualizada e comprometida com a emancipação e a transformação social.

Cabe ressaltar que a discussão sobre as contradições na pedagogia do MST é fundamental para o aprimoramento dessa abordagem e para compreender as complexidades e desafios enfrentados pelo movimento na sua luta por uma educação mais justa e igualitária.

Além disso, o MST e o conjunto de escolas do campo, também enfrenta desafios em relação à infraestrutura e recursos nas escolas que administra. Embora a proposta pedagógica do movimento seja pautada em uma educação crítica e comprometida com as realidades rurais, muitas vezes os alunos não têm acesso a condições adequadas de ensino, como bibliotecas, laboratórios e materiais didáticos.

Muitos espaços na escola foram construídos pela comunidade para possibilitar a realização de distintos tempos de aprendizagem.

A8: A organização e a colaboração da comunidade para com a escola fazem muita diferença. Lembro quando as famílias se reuniram e construíram do lado da escola A Barraca do Saber. Porque a escola só tinha duas salas e não tinha lugar quando se fazia trabalho de grupo. O estado não queria, porque foi coberta com eternit, mas nós fizemos e por muito tempo, até o pessoal da SEDU que ia lá, reunia na barraca. Entrevista em 07/08/23.



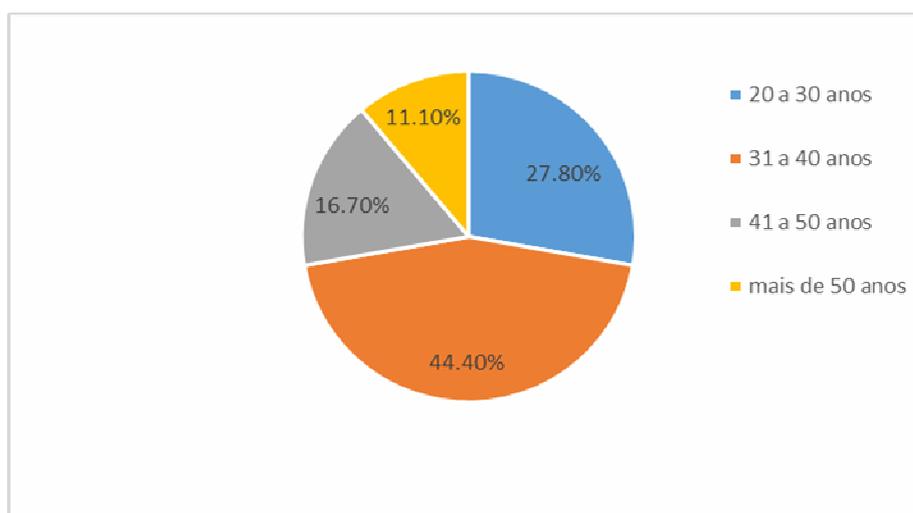
**Figura 14.** Barraca do Saber! Construída pela comunidade ao lado da escola. 2014  
Fonte: Acervo da autora 2014

A Barraca do Saber, foi construída pela comunidade e nomeada pelos estudantes. Segundo os membros da comunidade escolar, cada período ela era decorada com o tema e/ou para a finalidade a que se propusesse o coletivo. Por muito tempo ela foi o ponto de encontro

de preparação de mística e exposição de materiais e simbologia do PE na dinâmica da vida escolar.

### 6.3 Resultados das Discussões – Estudantes

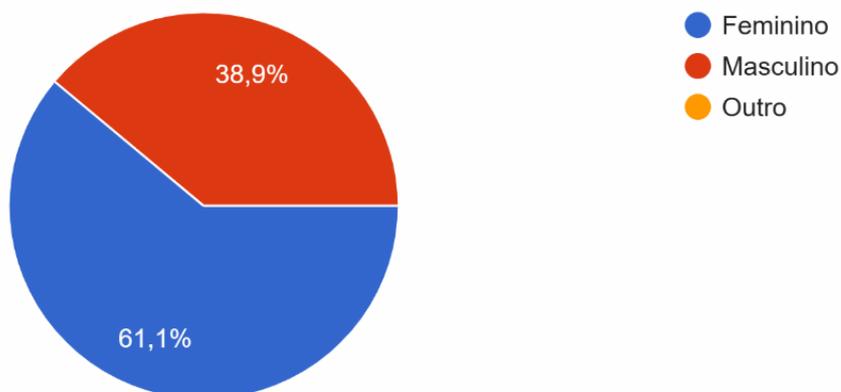
Nesta seção iremos apresentar as percepções dos sujeitos com relação a faixa etária, gênero,



**Gráfico 1.** Representação das faixas etárias dos Estudantes

Fonte: Dados da pesquisa elaborado pela pesquisadora 2023.

De acordo com o gráfico 1 as percepções discutidas tem na origem etária um perfil diversificado, embora maioria esteja no quadro de 31 a 40 anos. Ou seja, de um total de 18 entrevistados, 44,4% (8 estudantes), encontra-se na faixa etária de 31 a 40 anos, 27,8% (5 estudantes) se encontra na faixa etária de 20 a 30 anos, 16,7% (3 estudantes) na faixa etária de 41 a 50 anos e também de 11,1% (2 estudantes) constam na faixa de idade superior a 50 anos.



**Gráfico 2.** Representação gráfica do gênero dos estudantes

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela pesquisadora 2023.

Com relação a questão do questionário de pesquisa, que buscou identificar o gênero dos entrevistados, foi possível perceber que maior parte são do público feminino em relação ao masculino. De acordo com o gráfico 2, foram 11 estudantes do sexo feminino com um

percentual de 61, 1% e 7 estudantes do sexo feminino em percentual 38,9%. Vale trazer para este momento de reflexão desta pesquisa, a discussão sobre o aumento do número de estudantes do sexo feminino nas escolas em áreas de assentamento.

Sabe-se que o MST é um movimento relativamente novo, estando prestes a completar seus 40 anos. Neste percurso, reconhecer as desigualdades de gênero é mexer na âncora do estado burguês. Trazer à tona a problemática é de algum modo reconhecer e tratar das desigualdades de gênero na sociedade, inclusive em contextos de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Aumentar a presença e participação das meninas nas escolas é um passo importante para romper com estereótipos e promover a igualdade de oportunidades. Isso envolve reconhecer e combater preconceitos arraigados, empoderar as mulheres através da educação e garantir o ingresso e a permanência em um ambiente inclusivo e seguro nas instituições de ensino.

No que tange à escolaridade na comunidade assentamento, formada a partir da conquista da terra, se reafirmam avanços nos níveis de escolaridade especialmente dos mais experientes que na época só tinha a 4ª série como nas últimas décadas. Confirmamos nos depoimentos a seguir de egressos:

Parece que quando a gente estuda por algum tempo na escola do MST, ou participa de cursos ainda que informais, quando a gente quer construir nossa existência no assentamento, a gente tem sede, necessidade de conhecimento. A gente encara os desafios para estudar. Lá em casa, nós somos uma família de 9 irmãos, destes, 4 tem ensino médio, 5 tem curso superior e meus pais estão na EJA na escola do Assentamento já cursando o ensino médio. A educação praticada pelo MST, é uma Educação libertadora baseada na solidariedade e valorização da saber, da vida no campo e reconhecimento de toda a biodiversidade. (A2, entrevista concedida em 31/07/23).

Este depoimento indica o quão a inserção na luta do MST, fomenta a busca pelo estudo, propicia as pessoas olhar a educação como fundamental para construir a vida social e familiar no assentamento. Nesta perspectiva da educação praticada pelo MST emana o sentimento de pertença e formação da consciência dos sujeitos que entendem e se comprometem com as transformações da realidade deste o âmbito familiar, também com a comunidade e a sociedade em geral. Não de forma linear, mas de modo concomitante. Reconhece-se assim a consistência de uma educação que não apenas fornece conhecimentos acadêmicos, mas também promove a conscientização social e a valorização dos recursos naturais.

A entrevista à A3 também converge nesta linha:

Eu tive a sorte de nascer em área de assentamento, na terra conquistada. Cresci vendo o quanto a escola dinamizava a vida daquela comunidade. A escola é o núcleo da comunidade, das famílias do lugar. A escola do MST, não é melhor, nem pior, mas é diferente. Todas as famílias tem vínculo com a escola, direto e indireto. Esse é pra mim o maior diferencial. Fortalecido é claro, por meio da metodologia de ensino. O Potencial de formação é de seres humanos críticos e pensantes.

É necessário conscientizar sobre os benefícios da educação para o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, bem como para o desenvolvimento da própria comunidade.

Conforme Kist (2019), para que a educação seja transformadora e libertadora, ela deve capacitar o sujeito para buscar a mudança na realidade, trabalhar com os alunos à luz de suas realidades e questões emergentes e respeitar as particularidades dos sujeitos, dos grupos

sociais e dos lugares. Parte da comunidade, valorizando sua identidade, cultura e saberes tradicionais.

Lembrando que cada comunidade possui suas particularidades e, portanto, é importante desenvolver as estratégias de acordo com o contexto local. Estimular a participação ativa de toda a comunidade e garantir o acesso igualitário à educação para meninas no contexto dos assentamentos do MST é essencial para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

**Quadro 2.** Tempo de estudo em escolas de assentamentos dos egressos entrevistados

Estudantes egressos	4 a 7 anos	8 a 10	Mais de 10 anos
A1 A13 A15 A17		X	
A2 A3 A4 A5 A6 A8 A9 A10 A11 A14 A16	X		
A7 A12 A18			X
Legenda: 4 a 7(Educação infantil e/ou series iniciais Ensino Fundamental) 8 a 10: Educação Infantil a ensino fundamental completo. Mais de 10: Series iniciais a Ensino Médio.			

Fonte: elaborado pela autora.

Observando o quadro acima, é notório que maioria estudaram na escola do Assentamento apenas as series iniciais do ensino fundamental, estes dados revelam a realidade das escolas de assentamentos do Estado do Espírito santo, em que maioria não tem a oferta do ensino fundamental completo e este número reduz mais ainda quando se trata da oferta do Ensino médio.

No entanto maioria fizeram, concluíram ensino superior. Compreendemos aqui a influência da educação ofertada na escola do Assentamento para que crianças e jovens persistam nos estudos. A tabela a seguir mostra a evolução da escolaridade dos estudantes que passaram pela escola de assentamento.

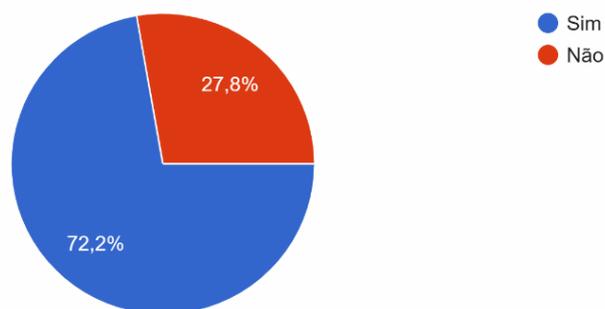
**Quadro 3 -** Evolução da escolaridade dos 18 estudantes entrevistados que passaram pela escola de assentamento

Entrevistados	EFAI	EFC	EM	ES	M
18		A18	A5 A6 A9 A10 A12	A1 A2 A4 A7 A8 A11 A13 A14 A15 A16 A17	A3
Total	-	1	5	11	1
Legenda: EFAI: Ensino Fundamental anos iniciais. EFC: Ensino Fundamental Completo. EM: Ensino Médio. ES: Ensino Superior. M: Mestrado					

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Conforme o gráfico 3 que destacou em dois grupos os estudantes em que fizeram curso superior e os que não fizeram tivemos:

O gráfico ilustra que 72,2% dos entrevistados concluíram curso superior, a influência da educação do MST, para a busca e continuidade dos estudos pode ser entendida por aí.



### **Gráfico 3.** Estudantes que cursaram ensino superior

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborados pela autora 2023.

Analisando o Gráfico 3, podemos pontuar os inúmeros fatores que podem estar implícitos na porcentagem: Poderíamos buscar entender o que pode ter contribuído para essa porcentagem específica de estudantes que cursaram o nível superior. Considerando que todos eles passaram quatro ou cinco e até nove anos estudando na escola do assentamento em diferentes períodos, ou seja, o ensino fundamental foi cursado na pedagogia do MST.

Podemos frisar melhorias nas condições econômicas e culturais das famílias após a conquista da terra. Políticas educacionais que podem possibilitar acesso a oportunidades educacionais, bem como se deve considerar a qualidade da educação oferecida pela escola que também pode influenciar a porcentagem de estudantes que cursam o nível superior. Se a escola não oferecer um ensino de alta qualidade, pode afetar negativamente as chances de os estudantes progredirem em sua educação.

Discutir o tempo de estudo em escolas de assentamentos desde as séries iniciais até concluir o nível ali ofertado, é uma questão muito relevante, pois afeta diretamente a qualidade da educação oferecida nessas escolas e conseqüentemente o desenvolvimento das crianças e jovens que ali estudam. O fato de os estudantes de áreas de assentamentos iniciarem seus estudos na escola local do assentamento apontam vantagens significativas para com objetivos a que se propõe a educação do campo:

1. Aproximação com a realidade local: Ao estudar em uma escola do próprio assentamento, os estudantes têm a oportunidade de se familiarizarem com a realidade da comunidade em que vivem. Isso facilita a compreensão e a busca por soluções para as necessidades e desafios enfrentados pelos residentes.
2. Fortalecimento da identidade comunitária: Ao estudar junto com outros estudantes do assentamento, os jovens têm a oportunidade de construir laços de amizade e solidariedade com seus pares. Isso contribui para o fortalecimento da identidade comunitária e para o desenvolvimento de um senso de pertencimento ao local.
3. Valorização da cultura local: As escolas locais muitas vezes incorporam a cultura e a história da comunidade em seu currículo. Isso ajuda a preservar e valorizar os costumes, tradições e patrimônio cultural do assentamento, além de promover o respeito e a valorização das diferenças.
4. Desenvolvimento de competências relevantes: Ao estudar na escola local do assentamento, os estudantes têm a oportunidade de adquirir conhecimentos e

habilidades que são relevantes e aplicáveis às necessidades e oportunidades locais. Isso contribui para a formação de indivíduos capacitados e preparados para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de desenvolvimento da região.

5. Estímulo ao desenvolvimento da comunidade: Ao investir na educação dos estudantes do assentamento, a escola local contribui para o desenvolvimento da própria comunidade. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos estudantes podem ser utilizados para impulsionar o desenvolvimento econômico, social e cultural do assentamento, e para melhorar a qualidade de vida de todos os residentes.

Portanto, é fundamental destacar a importância de os estudantes de áreas de assentamentos iniciarem seus estudos na escola local do assentamento, pois isso contribui para o fortalecimento da identidade comunitária, o desenvolvimento de competências relevantes, a valorização da cultura local e o estímulo ao desenvolvimento da própria comunidade.

O tempo de estudo em escolas de assentamentos variam dos níveis e modalidades que cada unidade de ensino oferta em cada área. Em sua maioria ofertam até o 5º ano do Ensino fundamental, e outras até o 9º ano, a partir daí as famílias vão buscar escolas que se aproximam da proposta de educação desenvolvida na escola do assentamento, como nos Centros Estaduais Integrados de Educação Rural (CEIERS), a demanda de ensino médio é uma situação abrangente.

Vale ainda ressaltar que no assentamento, embora tenham possibilidades de estudarem em outras escolas de ensino fundamental, as famílias optam pela escola local, só vão para outras escolas, quando não se tem a oferta pleiteada.

É importante observar que do grupo de dezesseis listadas baixo não a registro de oferta de ensino médio para o público que conclui o ensino fundamental no assentamento. Esta continua sendo uma das principais demandas das famílias assentadas.

**Quadro 4.** Escolas de assentamentos Espírito Santo e modalidades ofertadas

<b>Escola</b>	<b>Assentamento</b>	<b>Município</b>	<b>Modalidade/oferta</b>
EMEF “Zumbi dos Palmares”	Zumbi dos Palmares	São Mateus	EFC, EJA e EI
EEEF “Margem do Itauninhas”	Nova Vitória	Pinheiros	EFC e EI
EEEF “Três de Maio”	Castro Alves	Pedro Canário	EFC, EJA e EI

EEEF “Córrego do Cedro”	Paulo Vinhas	Conceição da Barra	EFC, EJA e EI
EEEF “Valdício Barbosa dos Santos”	Valdício Barbosa	Conceição da Barra	EFC, EJA e EI
EEEF “Assentamento União”	Pontal do Jundiá	Conceição da Barra	EFC e EI
EEEF “XIII de Setembro”	Córrego da Areia	Jaguaré	EFC, EJA e EI
EEEFM “José Antônio da Silva Onofre”	Treze de Maio	Nova Venécia	EFSI, EJA e EI
EEEF “27 de Outubro”	Georgina	São Mateus	EFC e EI
EEEF “Saturnino”	Olinda II	Pinheiros	EFC, EJA e EI
EEPEF “Maria Olinda de Menezes”	Maria Olinda	Pinheiros	EFSI, EJA e EI
EEEF “Vale da Vitória”	Vale da Vitória	São Mateus	EFSI e EI

Fonte: Elaborado pela autora 2023.

As famílias e os estudantes na medida e que vão compreendendo o significado da educação, defendem a escola como um importantíssimo espaço de troca de aprendizagem e de enriquecimento cultural. Sendo assim, exerce um papel primordial na formação dos educandos (as) que passam por ela, subsidiando ações voltadas aos interesses e desafios da realidade do homem do campo, uma vez que os mesmos permanecem parte de sua vida nela.

#### 6.4 Resultados das Discussões – Professores

Conforme alocado em um dos objetivos específicos, procuramos trazer a percepção dos professores. Para alcançar esse objetivo, foi necessário realizar entrevistas com os professores que trabalham ou já trabalharam nas instituições em estudo. Entender a percepção dos professores sobre as bandeiras defendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e como essas bandeiras são mantidas no contexto escolar do dia a dia. De acordo com a vivência cada educador entrevistado tivemos:

E1: As potencialidades das escolas de assentamentos é a capacidade de fazer acontecer o aprendizado dos educandos com as pitadas significativas de consciência. Assim a escola além de ensinar os conteúdos prepara para a vida. (entrevista em 01/08/2023).

E2: Desenvolvimento humano integral, sentimentos de pertença com seu espaço de vivência, conhecimento de seus valores e direitos e interpretações profunda da realidade. (entrevista em 01/08/2023).

E3: O envolvimento do sujeito permite a sua formação em várias dimensões necessárias para a constituição de um ser melhor, bem como o sentimento de pertença pelo universo escolar e o gosto pelos estudos. (01/08/2023).

E4: Acho que de tudo que a escola faz, a auto organização é o que faz a escola do assentamento ser uma escola potente. A auto organização envolve todas estas outras práticas. Com a auto-organização se desenvolve a mística, o conhecimento dos símbolos da terra, da luta, do país, trabalha a horta, a música a participação da família, a relação escola e comunidade. (02/08/23)

E5: Haá! A mística faz a gente compreender a escola em outro ângulo. Ela é carregada de encantamento. Quando eu cheguei na escola do Assentamento, eu não entendia muito do diferencial da escola, fui me envolvendo, observando e sentindo a mística, as músicas, o jeito de acontecer e quando me dei conta, foi ali que me tornei educadora. (02/08/23).

E6: A mística é um momento revigorante e reflexivo que tem nas nossas escolas. Pode se dizer que é a porta de entrada para a educação da escola de assentamento. Eu afirmo que se o educador de fora que chega na escola do assentamento se ele se permitir a vivenciar a mística e a auto organização ele entenderá o que é o protagonismo dos educandos e o gerenciamento coletivo do espaço escolar. (03/08/23).

E7: O trabalho educacional na escola do assentamento o que considero mais significativo para mim, é o Plano de estudos. Muitos professores não gostam. Mas talvez é porque não entendeu ainda. Na verdade, ele é trabalhoso, para planejar e desenvolver no início de cada trimestre, é trabalhoso para o professor, porque tem que ter tempo pra organizar cada etapa. Mas se ele for feito direitinho, ele ajuda a organizar o restante do trimestre. Permite muitas vezes conhecer os pontos críticos da comunidade, identificar elementos da realidade do cotidiano da comunidade onde a escola está inserida. (04/08/23).

E8: É na mística, na arte, na música, no exercício de se organizar, no desenvolvimento de plantar e cuidar das plantas que impulsiona e potencializa o desenvolvimento humano e social. É o compromisso com a qualidade de vida possibilitando as pessoas compreender a agroecologia. É o plano de estudo quando desenvolve todas essas habilidades com formação e desenvolvimento para a pesquisa envolvendo o cotidiano dos estudantes, suas famílias, comunidades e região. (06/08/23).

E9: A horta é tão importante para a escola que penso que a horta é a melhor sala de aula. Porque nela é possível estudar tudo, tudo. Possibilita construção coletiva e significativa do conhecimento. Permite uma abordagem dos conteúdos na prática. (08/08/23).

E10: As potencialidades estão na valorização do campo, na produção de alimentos saudáveis, na alimentação e fortalecimento da luta com relação a mística esta tem a função de alimentar e instigar a pertença ao movimento em que a escola está inserida propor mudanças na forma de ver tal realidade. (09/08/23).

E11: Todos são elementos muito importantes para trabalhar uma proposta pedagógica diferente. Esses elementos quando bem trabalhadas fazem a diferença na vida da escola, do educando e resulta em uma formação bem integrada com os objetivos do MST na educação. Formando educandos com um pensionamento crítico da realidade. Não são fáceis de implementa-los como método, é preciso muito engajamento e formação para que realmente sejam implementados. (09/08/23).

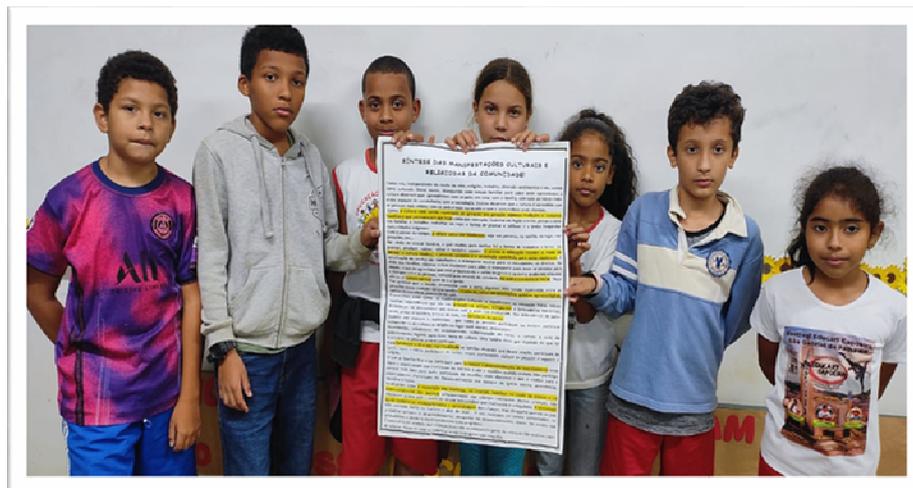
E12: A abertura para e compromisso em estudar a realidade das famílias, a vivência de momentos místicos, os temas geradores. Estes proporcionam momentos de reflexão e aprendizado que ajudam os educandos a se firmar como pessoas com autonomia, capaz de tomar decisões para melhor viver coletivamente. Isto é visível na prática da escola em diferentes tempos e espaços. Inclusive na auto organização. (10/08/23)

E13: Considero toda a dinâmica da pedagogia das escolas de assentamento que potencializa o trabalho pedagógico em ensino e aprendizado mútuo. A escola busca constantemente a participação de todos os integrantes da comunidade escolar no processo educativo dos estudantes. (16/08/23).

E14: Nestes elementos pedagógicos destaco a autonomia das crianças nas atividades práticas e na hora da formação, onde eles mesmo coordenam e se organizam entre eles. Destaco o prazer das crianças de fazer parte do processo educativo dando opiniões e sugestões para a melhoria da escola, fazendo avaliações coletivas de cada período ou ação com pontos positivos e negativos. E a motivação das crianças a estudar temas relevantes a realidade deles e propor sugestões de melhorias. (16/08/23).

E15: O plano de estudo promove o hábito de estudar pesquisando, além de manter a relação entre o seu cotidiano e as habilidades e competência Currículo estadual e federal. (16/08/23).

As falas dos educadores entrevistados destacaram diversas potencialidades das escolas de assentamento. Potencialidades estas que incluem a capacidade de promover o aprendizado dos alunos de forma significativa, preparando-os para a vida e desenvolvendo suas habilidades de forma integral. Além disso, as escolas de assentamento proporcionam o sentimento de pertencimento dos educandos ao espaço em que vivem, promovendo o reconhecimento de valores, direitos e uma interpretação profunda da realidade. Nesta perspectiva destaca-se a pesquisa da realidade que resulta na síntese de cada tema gerador com os pontos que indicam necessidade de aprofundamento. Exemplo ilustrado nas fotos a seguir a esquerda o 4º ano e a direita grupo do 5º ano:



**Figura 15.** Apresentação 4º ano síntese do PE do Trimestre  
 Fonte: Acervo da autora.

Ao organizar conjuntamente a síntese do tema, cada turma ajuda a identificar os pontos que apresentaram conflitos e demandam aprofundamento e estudo no âmbito escolar.



**Figura 16:** Apresentação 5º ano síntese do PE do Trimestre  
 Fonte: acervo da autora 2023.

Quando cada turma assume igualmente de entender as respostas buscadas na família, elas exercitam trazer para a reflexão as ideias e entendimentos das famílias sobre a realidade em que vivem.

O plano de estudo, é o método que articula a busca e o diálogo entre aquilo que a comunidade sabe e a interação com o conhecimento científico. Isso acontece no exercício de trazer para a escola através dos estudantes as vivências e experiências das famílias, suas ideias sobre os temas geradores em estudo.

Em cada etapa do plano de estudo, os temas são explicitados de diferentes formas. Por exemplo a **Figura 17**, além dos temas de cada turma, traz alguns símbolos, que podem subsidiar a exposição do conhecimento prévio que cada turma tem de seu tema e com isso tornar a pesquisa mais significativa.



**Figura 17:** Painel para abertura do 3º trimestre

Fonte: Acervo da autora 2023.

Por meio das expressões verbais e não verbais, apreendemos que o êxito da metodologia com o plano de estudo, é mais consistente e coerente quando articula a participação entre escola, família e comunidade.

A auto organização é apontada como um elemento importante para a potência da escola, porque nesta dinâmica metodológica educandos e educadores exercem funções que conjuntamente conduzem a rotina da escola. Podemos destacar ainda que ela contribui substancialmente para o processo da alfabetização. Porque forja a prática e a conscientizam os estudantes a importância e necessidade de “Falar bem, ler bem, escrever bem e pensar bem”.

Uma das práticas características da escola na pedagogia do MST, é a auto-organização que se articula em diferentes tempos de estudos. Os coordenadores da semana, se organizam e, de modo criativo e alegre, desenvolvem a formação em distintos espaços do ambiente escolar.

Formação no dia de luta camponesa, celebrado dia 17 de abril nas escolas camponesas, já se tornou agenda ordinária e as bandeiras são hasteadas em um tom de memória pelos mártires da terra e compromisso com defesa da terra, da vida e dos direitos. Os estudantes na figura 18, erguendo a bandeira no local onde se fará a mística representa a simbologia da data.



**Figura 18:** Dia de luta camponesa na escola

Fonte: Acervo da autora 2019.

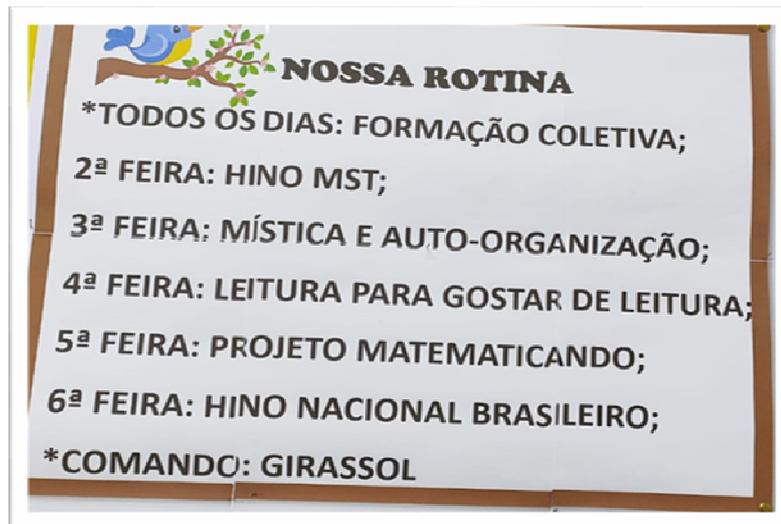
A presença dos núcleos envolvendo todas as turmas acontece em diferentes espaços, também para apreciar alguns trabalhos de grupos oriundos das atividades específicas na sala de aula. Exemplificando na figura 19, a semana da independência com o 5º ano apresentando o trabalho sobre “A independência” e a música procissão dos retirantes.



**Figura 19:** Apresentação de trabalho no espaço do refeitório escolar

Fonte: Acervo da autora 2023.

A formação é uma ação rotineira na escola do assentamento. Um momento coletivo diário para acolhimento, mística, cantar o hino, expressões diversas em forma de oração, de música, textos, felicitações, informes etc. Todas as turmas se reúnem em seus respectivos núcleos (grupos) em fileiras, em círculos de formas variadas, onde o núcleo responsável pela semana coordena e dá os encaminhamentos precisos. Vejamos na figura 20, o cartaz expondo a rotina da turma na escola:



**Figura 20:** A rotina no ambiente escolar

Fonte: Acervo da autora 2023.

O envolvimento das famílias com participação constante nas ações da escola e vice versa, fortalece a relação escola-comunidade e o impacto na educação é qualitativo. Na atividade denominada “Café com prosa” as famílias da comunidade compareceram para reafirmar a importância da ampliação da oferta do ensino fundamental com abertura de turmas de 6º ao 9º ano (Figura 21).



**Figura 21:** Participação da comunidade nos eventos da escola

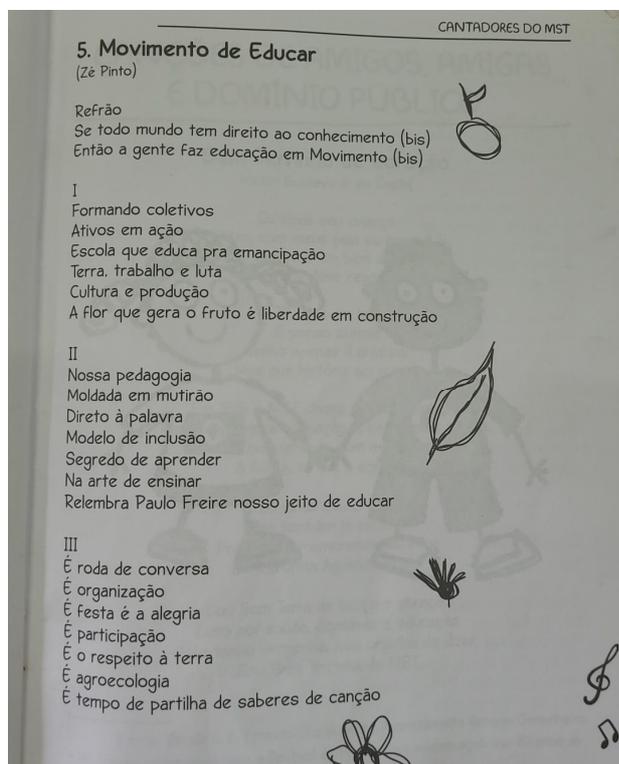
Fonte: Acervo da autora 2023.

A participação das famílias torna a escola mais alegre, dinâmica e democrática.

Somado as diferentes práticas, as músicas desempenham um papel central na educação na escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois são utilizadas como ferramentas de expressão e resistência. Essas canções têm como objetivo valorizar a identidade e cultura camponesa, além de transmitir os valores e ideais do movimento. É uma forma destacar a voz aos camponeses e de fortalecer sua identidade e autoestima.

Além disso, as músicas do MST também têm um caráter político, sendo usadas como instrumento de conscientização e mobilização. Elas trazem temáticas relacionadas à reforma agrária, à luta pela terra e à defesa dos direitos dos trabalhadores. Por meio dessas canções, os estudantes aprendem sobre a história e realidade do campo, se engajam na luta por justiça social e se tornam agentes de transformação.

O trabalho do MST na valorização e incentivo a arte e a cultura como elementos constitutivos de distintos setores, tem produção de poemas e canções, que retratam com precisão a educação, a escola e a luta em geral. A canção movimento de educar compõe o repertório de músicas que traduzem o e confirmam o direito ao conhecimento.



**Figura 22:** Letra da canção Movimento de educar

Fonte: Acervo escola.

Em resumo, as músicas são elementos constitutivos da educação na prática da escola do MST, pois promovem a expressão, resistência, valorização da identidade e cultura camponesa, além de serem instrumentos de conscientização política e mobilização social. Assim expressa a música da autoria de Zé Pinto, com o tema: Pra soletrar a liberdade. *“Tem que estar fora de moda criança fora da escola, pois há tempo não vigora o direito de aprender. Criança e adolescente numa educação decente pra um novo jeito de ser. Pra soletrar a liberdade na cartilha do ABC”*.

Assim músicas e canções dão vida aos diferentes tempos e espaços educativos e são formas de desenvolver a alfabetização de forma lúdica.

A mística de modo imensurável, a importância e ou resultado da mística pode ser comparada a fotossíntese para a planta, assim como a planta realiza a fotossíntese de forma invisível, a mística também ocorre em um nível além da percepção sensorial comum. Não é algo que possa ser facilmente explicado ou compreendido pela razão lógica. No entanto, os efeitos da mística podem ser observados e percebidos nas pessoas que a experimentam.

Assim como uma planta que realiza a fotossíntese tem vitalidade singulares, a pessoa que vive a experiência mística também pode demonstrar uma conexão profunda com algo maior do que ela mesma. Esses resultados da mística podem se manifestar de diversas maneiras, como um aumento da compaixão, amor e empatia pelos outros, compromissos com a luta para além das conquistas pessoais, uma sensação de unidade com tudo o que move a organização, maior sentido de propósito e significado na vida.

Portanto, a comparação entre a importância e resultados da mística com a fotossíntese para a planta ajuda a ilustrar a natureza invisível e profunda dessa experiência espiritual, bem como seus efeitos tangíveis e benéficos na vida das pessoas. Assim é a mística.



**Figura 23:** Apresentação de mística Tema Gerador Terra

Fonte: Acervo da autora 2022.

Conforme expressou uma educadora entrevistada:

E6: Tem tanta coisa, mas a participação e parceria da comunidade, Plano de Estudo, as intervenções culturais, a valorização dos saberes populares, a mística.

A mística, é a energia que nos move. Que não nos deixa desanimar. Porque defendendo e praticando escola que queremos, a gente precisa da mística para resistir. Porque não é fácil. Tem dia que você depara com tantas dificuldades e pensa em desistir. Entrevistada em 03/08/23

Neste sentido, um educando egresso também afirmou que “A mística é aquilo que faz a gente encarar a dor e os limites sorrindo, faz a gente estender a mão em vez de dar um tapa. (A11: entrevista em 09/08/2023).

A horta é por sua vez, o mapa referencial da escola do campo. A horta pode ser considerada uma incomparável sala de aula a céu aberto. Ela proporciona uma abordagem prática dos conteúdos e promove a construção coletiva e significativa do conhecimento (Figura 24).



**Figura 24:** Mutirão de preparo inicial da área da horta

Fonte: Acervo da autora 2022.

A **Figura 24**, demonstra a participação da família acompanhando seus filhos na atividade prática de capina da área para instalação da horta. Enquanto a figura 25 ilustra a autonomia de um núcleo organizando os canteiros para o cultivo de cebolinha conforme pesquisaram na família.



**Figura 25:** Atividade prática dos estudantes na horta

Fonte: Acervo da autora 2023.

Destaca-se também a autonomia das crianças nas atividades práticas e na hora da formação, assim como o prazer e a motivação que elas têm em fazer parte do processo educativo, dando suas opiniões e sugestões para a melhoria da escola. Como também no planejamento dos núcleos para o trimestre



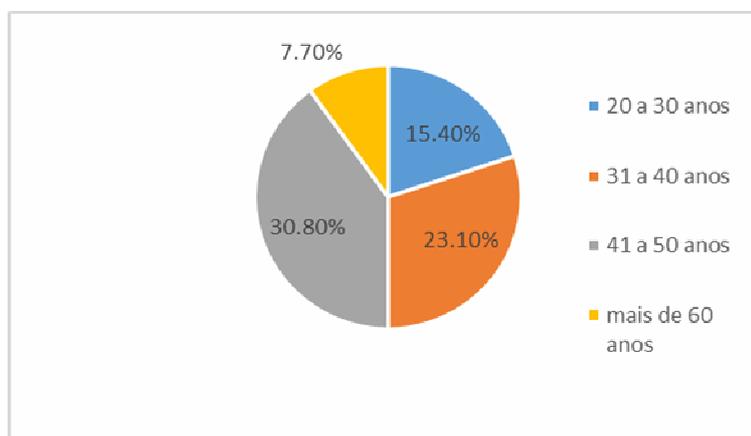
**Figura 26:** Reunião de núcleos início do 2º trimestre

Fonte: Acervo da autora 2023.

Em síntese, as falas dos educadores evidenciam a importância das escolas de assentamento em proporcionar uma educação de qualidade, que valoriza as potencialidades dos educandos e promove uma formação integral, crítica e engajada com a realidade. Neste sentido, tecnologias são utilizadas para potencializar a formação e qualidade de vida dos educandos, bem como avançar nos níveis de escolaridade em diversas profissões e áreas de conhecimento, tanto para os educandos como para os educadores.

Embora a pesquisa seja qualitativa, no processo de indagar para buscar subsídio que contribua para compreensão dos elementos arrolados no trabalho, nem tudo pudemos captar e traduzir. Por exemplo, as diferentes expressões sejam faciais, verbais, gestuais de cada educador ou educadora que passou ou vive a sua rotina pedagógica envoltos na pedagogia do MST, no ato da entrevista expressaram suas concepções por meio de sentimentos e emoções.

Iremos apresentar as percepções dos sujeitos com relação a faixa etária, gênero. O percentual em cada bloco destacado no gráfico 4, dão conta da diversidade etária dos educadores entrevistados.



**Gráfico 4:** Representação das faixas etárias dos Educadores

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela pesquisadora.

Considerando o grupo de educadores entrevistados temos o seguinte perfil etário: 30,8% (4 educadores) estão entre 41 a 50 anos, 23,1% (3 educadores) estão na faixa etária de 31 a 40 anos, 23,1% (3 educadores) se encontram na faixa de 51 a 60 anos 15,4 % (2 educadores) com 20 a 30 anos 7,7% (1 educador) com idade maior que 60 anos.

É comum encontrarmos educadores de diferentes gerações trabalhando juntos nas escolas dos assentamentos, desde jovens professores recém-formados até profissionais com décadas de experiência. Cada faixa etária traz consigo experiências, conhecimentos e perspectivas únicas, o que pode enriquecer o ambiente de trabalho e contribuir para a formação multidimensional dos estudantes.

No chão da escola, a representatividade de todas as faixas etárias dentro das equipes educacionais, pode fornecer novas ideias, trazer insights experiências educacionais e tecnológicas e trazer uma energia renovada para a sala de aula. Ao mesmo tempo, educadores mais experientes podem trazer sabedoria, conhecimentos práticos e um entendimento holístico dos desafios enfrentados na educação.

Além disso, é importante considerar que cada faixa etária pode ter necessidades e expectativas diferentes em termos de desenvolvimento profissional e oportunidades de crescimento. Os educadores mais jovens podem se beneficiar de mentores mais experientes e programas de formação contínua para desenvolver suas habilidades e conhecimentos. Por outro lado, os educadores mais velhos podem buscar oportunidades de atualização e reciclagem em novas metodologias e tecnologias.

A diversidade de faixas etárias também pode refletir a diversidade dos alunos atendidos. Os educadores jovens podem se relacionar mais facilmente com os alunos, enquanto os educadores mais velhos podem oferecer uma perspectiva mais ampla e experiências de vida que ajudam a construir empatia e compreensão.

Em suma, a representação das faixas etárias dos educadores é essencial para promover uma educação de qualidade e inclusiva. É importante valorizar as contribuições e perspectivas de todas as gerações, além de criar um ambiente de trabalho que incentive o aprendizado e desenvolvimento contínuo de todos os educadores, independentemente de sua idade.

A realização de encontros regionais e estaduais e nacionais de formação para educadores e educadoras de escolas de assentamentos, são componentes principais no preparo dos educadores para o exercício da docência em consonância com o território direto e indiretamente vinculado a escola. O setor de educação do MST no ES, atua na promoção da formação político pedagógica dos educadores, com destaque para o encontro que tem ganhado destaque no calendário letivo da secretaria de estado da educação. Os temas são apropriados e instigantes conforme cartaz ilustrativo do encontro do ano passado (**Figura 27**).



**Figura 27:** Cartaz do Encontro de Formação para escolas de assentamentos do ES  
Fonte: Arquivos setor estadual de educação. MST/ES.

Os encontros permitem que os educadores tenham acesso a informações específicas sobre o território no qual a escola está localizada, como sua história, cultura, características socioeconômicas e ambientais, entre outros aspectos relevantes. Isso possibilita que os educadores compreendam e valorizem a realidade local, sendo capazes de estabelecer uma relação mais estreita com a comunidade em que a escola está inserida.

Além disso, os encontros de formação também proporcionam o compartilhamento de práticas pedagógicas bem-sucedidas e a troca de experiências entre os educadores. Isso contribui para o aprimoramento das práticas de ensino, permitindo que os educadores desenvolvam metodologias mais adequadas e contextualizadas ao território em que atuam.

Outro aspecto importante desses encontros é a reflexão sobre questões específicas que envolvem a educação em assentamentos, como a realidade dos estudantes, suas necessidades e desafios, bem como a construção de estratégias de ensino que sejam mais efetivas nesse contexto. Os educadores têm a oportunidade de discutir e buscar soluções coletivas para os problemas enfrentados, fortalecendo a sua atuação e a qualidade do ensino nas escolas de assentamentos.

Portanto, os encontros regionais, estaduais e nacionais de formação para educadores de escolas de assentamentos são componentes essenciais para preparar os profissionais da educação para a docência em consonância com o território direta e indiretamente vinculado à escola. Eles promovem a valorização da realidade local, o compartilhamento de experiências e a reflexão sobre questões pertinentes à educação nesse contexto específico, contribuindo para a formação de educadores mais preparados e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Para os militantes do MST, tanto quanto para as famílias, um assentamento ou acampamento sem escola é um lugar incompleto, pois a educação é considerada essencial para o desenvolvimento das pessoas e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A presença de uma escola em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é vista como um direito básico, que contribui para o fortalecimento e a autonomia da comunidade.

Para os militantes do MST, a escola desempenha um papel fundamental na formação política e cultural das famílias assentadas. É por meio da educação que se busca conscientizar e empoderar os indivíduos, estimulando o pensamento crítico e a reflexão sobre questões sociais, ambientais e econômicas.

Além disso, a escola em um assentamento do MST possibilita o acesso à educação de qualidade para as crianças e jovens da comunidade. Ela amplia suas oportunidades de aprendizado, desenvolvimento de habilidades e formação integral, contribuindo para a promoção da igualdade de oportunidades.

A educação nas escolas do MST também é pautada em valores de solidariedade, cooperação e sustentabilidade, buscando integrar o conhecimento sistematizado com a realidade local e a cultura camponesa. A escola é ainda um espaço de socialização e convivência, fortalecendo os vínculos comunitários e contribuindo para o desenvolvimento social e emocional dos estudantes.

Portanto, uma comunidade de famílias assentadas sem escola é considerada pelos militantes do MST como um lugar que limita as possibilidades de desenvolvimento individual e coletivo, sendo uma lacuna a ser superada na luta pela reforma agrária e pela construção de um modelo educacional mais inclusivo e democrático.

A escola José Antônio da Silva Onofre, do assentamento é uma das escolas de assentamentos do Estado do Espírito Santo em que seu diferencial a coloca em um lugar de destaque pela fala dos educadores que a veem como escola canteiro de formação.

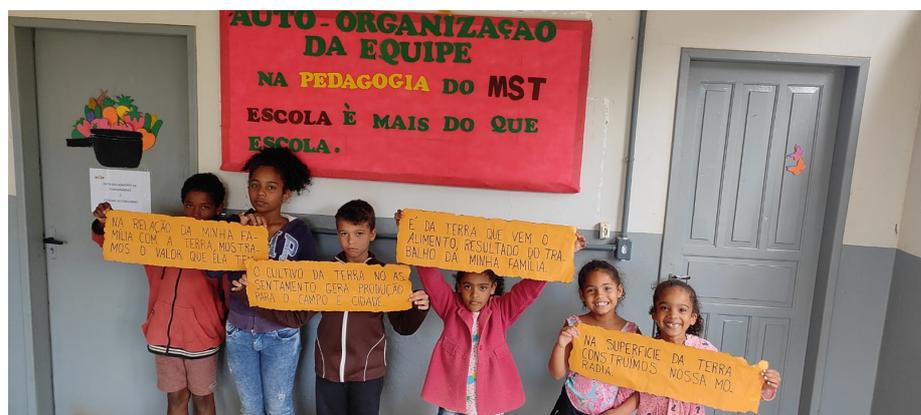


**Figura 28:** Cenário de apresentação e acolhimento de visitas

Fonte: acervo da autora.

A prática desta escola, a qualifica como uma escola da pedagogia do MST, pelos seus 34 anos de existência, pelo apoio e reconhecimento de cinco comunidades da região que tem vínculos na prática e nas matrículas de estudantes oriundos de famílias de pequenas vilas, pequenas propriedades que não são de áreas de reforma agrária.

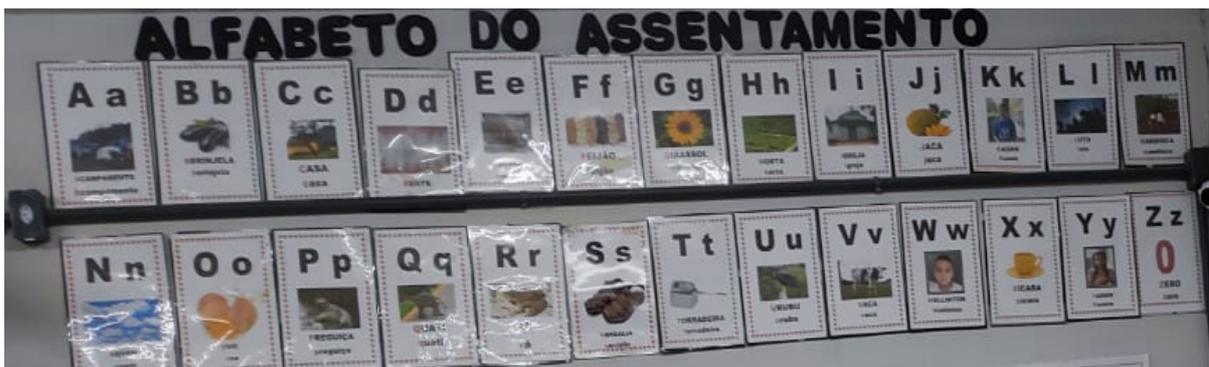
As aulas teóricas e práticas, dentro e fora da escola, as apresentações dos estudantes, por meios de cartazes, símbolos mantem a estima dos estudantes na frequência do que se almeja (Figura 29).



**Figura 29:** Culminância Tema Gerador Terra

Fonte: Acervo da autora 2021.

A escola que por meio de sua práxis amplia a visão da dimensão escolar e consolida como o principal elo de ligação das famílias componentes do território essa escola traduz em miúdos o que uma companheira educadora do MST, quis dizer, quando afirmou que “*Na pedagogia do MST, escola é mais do que escola.*”



**Figura 30:** Alfabeto do Assentamento

Fonte: Acervo da autora 2023.

Trazer para a sala de aula o alfabeto do Assentamento (figura 30) tem contribuído para fazer acontecer o que diz um trecho de uma canção do CD, arte em movimento, “*Pra soletrar a liberdade, na cartilha do ABC*”. Neste contexto, o alfabeto do Assentamento é construído coletivamente e vai se desdobrando em grupos e classes de palavras que vão consolidando a alfabetização a partir dos componentes reais aos olhos da criança. No assentamento Treze de Maio e na maioria das áreas de reforma agrária a escola fica na área social do Assentamento<sup>10</sup>. Desde a localização a escola ocupa lugar de destaque, no centro da convivência social. Esse apreço e afetuoso pela escola depende de como ela foi semeada e germinada ali naquele terreno. Por exemplo, o prédio escolar da escola José Antônio da Silva Onofre, não tem cercas e não tem muros, mas nunca foi roubada ou danificada. Porém, a ligação entre escola e comunidade é cultivada tanto quanto se cultiva a terra.

Traçando aqui um paralelo para com a conhecida indagação “de quem veio primeiro se a galinha ou o ovo<sup>11</sup>”, em si tratando dos territórios de assentamentos, não se tem dúvida de cada processo construído na dinâmica luta pela terra. Primeiro veio o estado com sua máquina política de fabricar miséria e plantou a condição de fome e exclusão entre os povos. Vieram as multinacionais e aliadas a máquina estatal, expulsou os povos da terra legitimou a concentração nas mãos de poucos; expropriou indígenas e quilombolas; estimulou a exploração predatória dos recursos naturais; agravou a desigualdade social no campo; limitou a diversificação da produção agrícola, incentivou a monocultura voltada para a exportação.

Mas nasceu o MST que plantou a ideia de libertação e com organização fez a luta e possibilitou a conquista da terra. A ideia de uma escola com a pedagogia do MST veio da luta sem-terra, veio guardada como uma “semente crioula” junto com aqueles que sonhavam com a primeira lavoura, a primeira terra. Ali foi lançada a semente e a escola germinou, cresceu e seus frutos é também resultados da arte de adubação diária com formação e direito público inalienável.

<sup>10</sup> Área destinado ao uso coletivo de todas as famílias do assentamento.

<sup>11</sup> Essa pergunta é de um famoso dilema filosófico e científico, sem consenso de uma resposta definitiva.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST reconhece que a educação é uma ferramenta fundamental na luta pela transformação social e pela conquista da terra. Desde a sua fundação, em 1984, o movimento tem investido na educação como uma forma de conscientizar e organizar os trabalhadores rurais, fortalecendo-os na luta por seus direitos.

No início, a educação era realizada de forma improvisada, em acampamentos e assentamentos, muitas vezes sem acesso a estruturas adequadas. Mas, conjugando coletivamente o verbo educar, com o passar do tempo, o movimento foi conquistando espaços educacionais próprios, como escolas e centros de formação.

A pedagogia do MST é baseada nos princípios da educação popular e da pedagogia da terra, que valoriza os saberes e práticas dos trabalhadores rurais como fundamentais para a construção do conhecimento. Busca resgatar a história e a cultura do campesinato, promovendo a conscientização sobre a luta pela terra e os direitos dos trabalhadores.

Além disso, a proposta educativa no MST também busca formar lideranças capazes de mobilizar e organizar os trabalhadores rurais em suas lutas. Para isso, o movimento oferece cursos de formação política e técnica, capacitando os militantes para atuarem como educadores e multiplicadores de conhecimento.

Procurando expressar importância dada a escola e as dimensões que ela vai ocupando na dinâmica do Assentamento, Caldart (2005) corrobora enfatizando que o MST vem aprimorando nas reflexões e entendendo que a escola não é o centro do processo de formação humana ao mesmo tempo em que tem um lugar cada vez mais importante. Percebeu-se que a escola pode desempenhar um papel de destaque nessa pedagogia, desde que esteja alinhada com a intencionalidade pedagógica do Movimento e seu projeto histórico. Isso significa que a escola precisa abraçar as diretrizes pedagógicas do MST e trabalhar em conjunto com as demais dimensões do Assentamento, como a produção agrícola, a vivência coletiva e a luta pela reforma agrária.

Dessa forma, a escola ocupa uma posição cada vez mais relevante no Assentamento, não como o centro absoluto do processo de formação, mas como parte integrante de uma pedagogia mais ampla. E apenas quando essa escola está realmente sintonizada com a intencionalidade pedagógica do Movimento é que ela pode se tornar um agente transformador na vida das pessoas que dele fazem parte.

Neste sentido Caldart ainda pontua que quando dizemos “*Pedagogia do Movimento*”, estamos identificando o jeito e a intencionalidade pedagógica por meio da qual o MST educa as pessoas que dele fazem parte. E isto é bem maior do que uma escola.

Dessa forma, a escola tem um papel de destaque na pedagogia do Movimento, potencializando o desenvolvimento integral dos indivíduos e contribuindo para a transformação social, quando ela se torna um espaço privilegiado de vivência e prática dos princípios e valores do Movimento.

Apesar dos avanços conquistados, a educação no MST ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos e de estrutura adequada. No entanto, o movimento continua lutando para superar essas dificuldades e garantir o acesso à educação de qualidade para os trabalhadores rurais.

Assim, a educação no MST é resultado da resistência e da ousadia dos trabalhadores Sem Terra, que não se resignaram diante das injustiças e da exclusão social, e que encontraram na educação uma forma de fortalecer sua luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

As peculiaridades da escola em áreas de assentamentos, precisam ser vistas e debatidas diariamente, no sentido de sensibilizar e/ou conscientizar, cada vez mais, estudantes

e famílias para que fortaleçam as lutas em prol da defesa e legitimidade destas escolas. Para que percebam que estas escolas sempre estão na mira de quem são contrários a ela. Afinal, a existência destas escolas não viera ou virá por meio de livros didáticos, programas e projetos governamentais, muito menos por iniciativa de políticos, a nível federal, estadual ou mesmo municipal, mas da organização forjada na luta coletiva.

Este estudo ajudará explicitar mais o trabalho desenvolvido nas escolas com a pedagogia do MST. Sua relevância está no fato de que embora a proposta de educação defendida pelo MST, estar há pelo menos 30 anos, desenvolvendo e consolidando experiências, esta pedagogia ainda sofre os ataques da política que tenta invisibilizá-la.

O ato de pensar sobre nas fragilidades e potencialidades da educação defendida pelo MST e praticada nas escolas de assentamentos, nos ajudaram situar do qual esta proposta é legítima, é necessária. E por isso reconhecer os entraves e as possibilidades é sobre tudo adentrar nas perspectivas de buscas de superação e reafirmação da proposta.

Se torna necessário explicitar, com veemência, as bandeiras de luta e metodologia que dão sustentação a estas escolas que insistem na prática de fazer uma educação própria e apropriada na dinâmica de um movimento político e social que tem construído em sua trajetória uma proposta de educação. A escola muitas das vezes é a única estrutura do poder público que há no assentamento, um vínculo importante e necessário com estado no campo institucional escolar, embora muitas vezes precisem ser oposição, no campo da denúncia, da reivindicação para que as mudanças estruturais não venham afetar a qualidade e o direito a uma educação do campo e no campo. Esta característica ilustra o perfil da escola de assentamento, que não foge aos vínculos orgânicos que a fizeram ela existir.

A pedagogia do MST, tem enfrentado as intempéries das readequações inadequadas da política educacional brasileira, que historicamente e intencionalmente ignora a realidade agrária brasileira e a desigual sociedade e tenta nivelar o modelo e a prática da educação.

Frente a estes desafios, o MST, paralelo a luta pelo reconhecimento das diretrizes operacionais das escolas de assentamentos, contra o fechamento de escolas, tem promovido formação, capacitação, intercâmbios que colocam as escolas de assentamentos em um patamar de qualidade, com experiências exitosas. Sejam com usos de tecnologias que potencializam a formação, a qualidade de vida, os avanços gradativos e significativos dos níveis de escolaridade de educandos nas mais variadas profissões e educadores nas variadas áreas de conhecimento.

No campo institucional escolar, o MST procura estabelecer parcerias e diálogos com o Estado para garantir o acesso a recursos e políticas públicas que fortaleçam a educação no campo. No entanto, quando esses espaços não são suficientes para atender às demandas do movimento, o MST também se posiciona como oposição, denunciando as desigualdades e reivindicando mudanças estruturais para garantir o direito à uma educação de qualidade para as famílias assentadas.

Parece impossível mencionar a escola do campo, aqui em especial a do assentamento, sem falar ou ao menos pensar na auto-organização. Isso quer dizer que todos os educadores e/ou educandos que por ela passaram, contactaram com esta prática em maior ou menor proporção.

A auto organização como uma das bandeiras do MST nas escolas, prima pela autonomia dos estudantes, a participação na gestão da escola, a organização de assembleias são práticas incentivadas nas instituições pesquisadas. Essa postura busca formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. No entanto, também foi apontada a dificuldade em manter a auto-organização de forma constante e a falta de apoio de alguns setores do ambiente escolar.

Em resumo, a percepção dos professores sobre as bandeiras do MST nas instituições em estudo é que elas são ferramentas importantes para a formação crítica e conscientização

dos estudantes. No entanto, também foram apontadas fragilidades na manutenção dessas bandeiras, como a política de gestão a terceirização da alimentação de serviços fundamentais prestados à escola, levantaram barreiras que afetam direta e indiretamente a participação da comunidade e em grande parte limitam a realização de oficinas e/ou atividades e projetos pedagógicos que ocorram na comunidade, mas fora da área escolar. Essas reflexões são relevantes para aprimorar as práticas escolares e propiciar um constante monitoramento do plano de ação e adequações possíveis a curto, médio e longo prazo, sem afetar a educação comprometida com a transformação social.

## 8 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. **Práxis política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Tocantins (TO):** trajetória de organização e formação política. 2017. 231 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- ANDRÉ, M. **Etnografia na prática escolar.** São Paulo: Papirus, 1995.
- ARAÚJO, M. A experiência de organização dos reassentados de Itaparica. *In:* MEDEIROS, Leonilde *et al.* (org.). **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994. p. 237-247.
- ARROYO, M. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BRANDÃO, C. **O trabalho de saber:** Cultura Camponesa e Escola Rural. São Paulo: JTD, 1990.
- BELTRAME, S. Formação de professores na prática política do MST: a construção da consciência orgulhosa. (2018). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, 2002.
- BERBAT, M.; FEIJÓ, G. Diálogos com a Educação do Campo: o livro didático em questão. Tocantinópolis v. 1, **Rev. Bras. Educ. Camp**, 2016.
- BICALHO, R. Interfaces entre escolas do campo e movimentos sociais no Brasil. Tocantinópolis v. 1, **Rev. Bras. Educ. Camp**, 2016.
- BICALHO, R. A educação do campo e o MST. **Artigo, Cadernos, 5.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2017. Disponível em: <https://unig.br/wp-content/uploads/ARTIGO-CADERNOS-5-RAMOFLY-BICALHO.pdf>
- CALDART, R. **Educação em Movimento. Formação de Educadoras e Educadores do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART, R. Sobre Educação do Campo. *In.:* SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Campo. Políticas públicas:** educação. Brasília: Inra-MDA, 2008, p. 67-86. (Por uma Educação do Campo, n. 7. Coleção).
- CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais do que escola. Rio de Janeiro: Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- CALDART, R. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo:** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CALDART, R. O lugar da escola na pedagogia do MST ([cecierj.edu.br](http://cecierj.edu.br)). **Revista Educação Pública.** Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/2/1/o-lugar-da-escola-na-pedagogia-do-mst>. Acesso em: 18 set. 2023.

CAMPOS, P. **A matemática do meio rural numa abordagem etnomatemática: uma experiência educacional dos Núcleos-Escolas da comunidade camponesa do Movimento Sem Terra no município de Serra Talhada.** 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

CARROLL, L. **Alice no País das Maravilhas**, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

COSTA, J.; CAETANO, E. Compreendendo os movimentos sociais do campo e o MST: projeto educativo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. v 1. n 2. p 524-549, 2016.

DAL RI, N.; VIEITEZ, C. Gestão democrática na escola pública: uma experiência educacional do MST. **Revista Portuguesa de Educação**, v 23. n 1. p 55-80, 2010.

DALMAGRO, S. A escola no contexto das lutas do MST. *In*: VENDRAMINI, C.; MACHADO, I. (Org.). **Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 43-77

D'AGOSTINI, A. **A educação do MST no contexto educacional brasileiro**. 2009. 205f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2009.

DALMAGRO, S. **A escola no contexto das lutas do MST**. 2010. 312p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, SC, 2010.

DIAS, C. **Educação de jovens e adultos – “Educar para Emancipar”**: estudo sobre a gestão do projeto em áreas rurais do estado do Rio de Janeiro. 2017. 76p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Programa de Pós - Graduação em Educação agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEA/UFRRJ, Seropédica, RJ, 2017.

FLORES, M. **Escola nucleada rural: histórico e perspectivas Catalão-GO (1988-2000)**. 2000. 176p. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **A Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GERHARDT, T. *et al.* **Estrutura do Projeto de Pesquisa. Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1ª edição 2009.

GARCIA, R.; BARBACOVÍ, E. Contribuição da Casa Rural Familiar para a permanência da família no campo: o caso de Realeza/PR. **Rev. Bras. Educ. Camp**. Tocantinópolis v. 1, 2016.

INCAPER. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural / PROATER 2011 – 2013. **Caderno Nova Venécia**. Vitória – ES: 22p. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE Município de Nova Venécia**, 2010.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. **Panorama das Microrregiões Capixabas: Noroeste**. Desenvolvimento Regional Sustentável. 2012. 16p.

KNIJNIK, G. Itinerários da Etnomatemática: questões e desafios sobre o cultural, social e político na educação matemática. **Educação em Revista**, n. 36. Belo Horizonte, 2002.

KIST, A. **Territórios em resistência: Educação Ambiental Crítica em Escolas do Campo – Uma análise a partir do Curso de Extensão Escolas Sustentáveis e Com-Vida/UFSM**. 2019. 262 f. Tese (Doutorado em Geografia e Geociências) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

KOLLING, E.; VARGAS, M.; CALDART, R. MST e educação. *In*: CALDART, R. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÍRIO M. **O MST como locus de pressão e proposição de políticas públicas voltadas para educação do campo no Norte do Espírito Santo (2003 – 2016)**. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Ensino da Educação Básica. Universidade Federal do Espírito Santo. São Mateus. 2016.

LEHER, R. Atualidade da política pública educacional e desafios da educação dos trabalhadores. *In*: PALUDO, Conceição. (Org.). **Campo e Cidade em busca de caminhos comuns**. 1. ed. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2014, v. 1, p. 159-178

LUZ, M. A Investida do Capital na Educação: Uma Análise do Projeto da Educação Desenvolvido pela Empresa Odebrecht no Município de Teodoro Sampaio Região do Pontal do Paranapanema/SP. *In*: PICCIN, M. *et al.* **Educação do campo, práticas pedagógicas e questão agrária**. Rio de Janeiro: Bonecker. 2017.

MAGALHÃES, Á. **Terra, escola e inclusão: a novidade na marcha do MST**. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2010.

MATTOS, S. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

MATTOS, J.; BRITO, M. Agentes rurais e suas práticas profissionais: elo entre matemática e etnomatemática. **Ciência & Educação**, v. 18, 2012.

MATTOS, J.; MATTOS, S.; BRITO, R. (Org.). **Interfaces Educativas e Cotidianas: Campestres**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132012000400014>. Acesso em: 02/07/2022.

MATOS, S. L. B. **Trabalhando o campo e construindo o conhecimento matemático: uma perspectiva etnomatemática dos trabalhadores rurais**. 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2009.

MOSQUEN, M. H. R.; WESCHENFELDER, N. V. **Educação do Campo no Município de São Miguel do Oeste: Cruzamento de Saberes, Experiências e de Culturas.** Salão do Conhecimento, [S. l.], v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/16980>. Acesso em: 27 out. 2023

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST, 2023 Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 25 set. 2023.

NASCIMENTO, C. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás - EFAGO.** 2005. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2005.

NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, M. **Terra, Trabalho e Escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba.** 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PAI - **Programa de Autoavaliação Institucional:** Vigência: 2021 a 2025. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência Regional de Educação de Nova Venécia. EEPEF José Antônio da Silva Onofre. 2020.

PALUDETO, M. **As diretrizes programáticas e a política educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).** 2018. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista - UNESP, Câmpus de Marília. 2018.

PIRES, C. Paulo Freire e o MST: a Pedagogia do Oprimido no contexto da luta pela terra. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 135, ago. 2012.

PIZETTA, A. **Estratégias da formação no MST.** Expressão Popular. São Paulo. 2006.

PNUD, IPEA, FJP. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro 2010.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. 2010.

QUEIROZ, Z. **A escola rural e a questão do saber: do saber universal ao saber construído pelo homem do campo.** 1992. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

Relatório Final CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito. **MST e demais facções sem-terra.** Agência Câmara de Notícias. Relatório CPI, p, 78. 2023. Brasília. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2331604&filenome=REL%202023%20CPIMST](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2331604&filenome=REL%202023%20CPIMST).

SAMPAIO, C. Brasil teve 25 assassinatos no campo em 2022; campanha busca frear violência. **Brasil de Fato.** 02 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/02/brasil-teve-25-assassinatos-no-campo-em-2022-campanha-busca-frear-violencia>. Acesso em: 30/12/2023.

SASSI, J. **Educação do campo e ensino de ciências**: a horta escolar interligando saberes. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. 2014.

SILVA, R. **A Educação do Campo no Processo de Transformação da Escola**: O Caso da Escola Nossa Senhora da Conceição – Assentamento Santa Bárbara no Município de Caucaia/CE. *In*. PICCIN, M. *et al.* (Org.). Educação do campo, práticas pedagógicas e questão agrária. Rio de Janeiro: Bonecker, 2017.

SILVA, C. **Educação e trabalho em movimentos sociais**: princípios educativos transcendentais e comuns ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aos socialistas utópicos owenistas e aos cartistas britânicos. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília. 2014.

SOARES, S. **Trabalho, Educação do Campo e Emancipação, da Ideologia à Materialidade**: Uma análise do processo de institucionalização da Educação do Campo. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia Universidade de Brasília, Brasília. 2015.

VIEIRA, M. A. F. de O.; CÔCO, V. O pensamento de Paulo Freire no contexto da formação de educadores do MST. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 9, n. 1, p. 159–173, 2018. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v9i1.935. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/7012>. Acesso em: 28 out. 2023.

## **9 APÊNDICE**

## Apêndice A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada para os Professores que Atuaram ou Atuam na Escola de Assentamento



### UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

**Atenção:** Os dados serão utilizados para pesquisas e elaboração da Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola (UFRRJ), não sendo necessário sua identificação. Responsável: **Ana Miranda Costa**, mestranda em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob orientação do Professor Dr. José Roberto Linhares de Mattos.

#### QUESTIONÁRIO

#### DADOS ETÁRIOS

Data: \_\_\_/\_\_\_/ 2023

Gênero: Masc. (  ) Fem. (  ) Outro(  )

Idade: \_\_\_\_\_

- 1- O seu maior tempo de inserção, formação em escola de Assentamento foi em qual Escola:
- 2- Por quanto tempo você esteve ou está diretamente envolvido na educação escolar da escola do Assentamento?
- 3- Sua participação foi na condição de (  ) estudante (  ) educador\_(a) (  ) Pedagogo (  ) Pai/mãe de estudante (  ) Diretor(a) (Outro (  )).
- 4- Esta formação lhe auxiliou no exercício de sua atividade profissional? Explique de qual forma?
- 5- O que você destaca em sua formação advinda da educação promovida via esta escola?
- 6- Na sua visão, o que diferencia a escola que trabalha a proposta de educação do MST das outras escolas?
- 8- Quais são as potencialidades advindas da proposta de educação defendida e praticada pelo MST?
- 9- Cite as fragilidades que dificultam ampliar e/ou melhorar a prática?
- 10- Faça uma avaliação sobre a escola do Assentamento, com relação aos principais desafios da atualidade que esteja dificultando a prática e vivência das diferentes bandeiras de luta e organização?

**Apêndice B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada para os Estudantes Egressos da Escola do Assentamento**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**Atenção:** Os dados serão utilizados para pesquisas e elaboração da Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola (UFRRJ), não sendo necessário sua identificação. Responsável: **Ana Miranda Costa**, mestranda em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob orientação do Professor Dr. José Roberto Linhares de Mattos.

**QUESTIONÁRIO ORIENTADOR**

**DADOS ETÁRIOS**

Data: \_\_\_/\_\_\_/ 2023

Gênero: Masc. ( ) Fem. ( ) Outro( )

Idade: \_\_\_\_\_

Escola e Data da conclusão do Ensino Médio?

---

Atualmente está fazendo algum Curso de Curta Duração, Curso Técnico e/ou Tecnólogo? (Se sim, qual tipo de curso, quem fornece e como frequenta)

Já cursou e/ou está cursando alguma formação de nível superior? (Se sim, qual tipo de curso, quem fornece e como frequenta)

Existe alguma formação que gostaria de fazer atualmente?

O que diferencia a Escola que trabalha a proposta de educação do MST das outras escolas? Como você avalia a formação e comprometimento dos profissionais atuantes na educação com as bandeiras defendida pela Educação Campo?

Quais as fragilidades que dificultam ampliar e/ou melhorar a prática?

O que você destaca em sua formação advinda da educação promovida via esta escola?

Quais são as potencialidades advindas da proposta de educação defendida e praticada pelo MST?

Quais são as metodologias que a escolas dispõem? As metodologias disponibilizadas pela escola, funcionam de forma correta? Poderia sugerir alguma melhoria?

Você percebeu ou percebe algum tipo de preconceito, aos estudantes e egressos das escolas administradas pelo MST?

Você percebeu ou ficou sabendo de alguma situação de preconceito na contratação para algum emprego ou no exercício do trabalho em alguma empresa?

## **10 ANEXOS**

## Anexo A - Carta de Anuência da Escola



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA VENÉCIA  
EEPEF JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA ONOFRE

### CARTA DE ANUÊNCIA (Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Acelto os pesquisadores Ana Miranda Costa e José Roberto Linhares de Mattos, (orientador), sob responsabilidade do pesquisador principal Ana Miranda Costa, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEA/UFRRJ a realizarem pesquisa intitulada **A FORMAÇÃO CAMPONESA FRENTE AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM ESCOLAS ADMINISTRADAS SOB A PEDAGOGIA DO MST NO NOROESTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**. Sob orientação do Professor José Roberto Linhares de Mattos.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Assentamento Treze de Maio, Nova Venécia, 16 de agosto de 2022.

Assinatura e carimbo do responsável

Michel Damm Zogaib  
Diretor Escolar  
Nº Funcional 2764776 5/6  
Partaria nº 578-5 de 27/05/21

## **Anexo B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado(a) **A formação camponesa frente as intervenções contemporâneas em escolas administradas sob a pedagogia do MST no noroeste do estado do Espírito Santo**, conduzida por **Ana Miranda Costa**. Este estudo tem por objetivo: Pesquisar a aplicação dos preceitos existentes na Pedagogia do MST nas escolas administradas pelo MST, com relação a incorporação na dinâmica formativa dos estudantes e pedagógica dos professores, no que tange uma formação integral de modo a combater a alienação pela lógica do mercado consumista predatório contemporâneo.

Você foi selecionado(a) para ser participante da pesquisa por meio de entrevistas, por ser brasileiro, ter estudado ou trabalhado em escolas situadas em áreas de assentamentos do MST, podendo ser pai ou mãe que tiveram contato com a escola no acompanhamento a vida escolar de seus filhos e filhas ou que estejam inseridos no contexto destas escolas.

Você está sendo solicitado também para a liberação de uso de imagens, áudios e vídeos pertinentes ao estudo aqui pontuado. Sua decisão livre e voluntária permitirá que os pesquisadores obtenham fotografias de atividades e/ou gravação de voz para fins de pesquisa científica/ educacional.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo algum a vossa pessoa.

Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, constrangimento em responder alguma pergunta, invasão de privacidade, desconforto em responder a questões sensíveis ou outros riscos não previsíveis. Caso você se sinta constrangido em responder alguma pergunta, você não precisará responder.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes. Ou seja, se por ventura tiver gasto com passagem e/ou deslocamento, terá garantia do ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa”. O participante terá direito à indenização, através das vias judiciais, diante de eventuais danos comprovadamente decorrentes da pesquisa.

Serão tomadas providências e cautelas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar algum dano tipo: garantir local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras, estar atento a sinais de desconforto do participante, garantir que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões contidas no questionário de pesquisa que versará sobre a prática da escola vinculada a pedagogia do MST, a prática pedagógica dos professores, a formação dos estudantes com questões deste contexto.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

Na divulgação dos resultados se necessário for utilizar sua imagem em foto e/ou vídeo e/ou a gravação feita em áudio. Você precisa concordar com esse procedimento.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Contatos do pesquisador responsável: Ana Miranda Costa – residente em Assentamento Treze de Maio. Telefone 27 995095300. Email: [costamiranda2@gmail.com](mailto:costamiranda2@gmail.com) Professora do Ensino Fundamental, na EEEFM José Antonio da Silva Onofre. Situada em Assentamento Treze de Maio, e-mail: [ejasoeducampo@gmail.com](mailto:ejasoeducampo@gmail.com). Telefone: 27 999783730.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, E-mail: [coep@sr2.uerj.br](mailto:coep@sr2.uerj.br) — Telefone: (021) 2334-2180.

O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

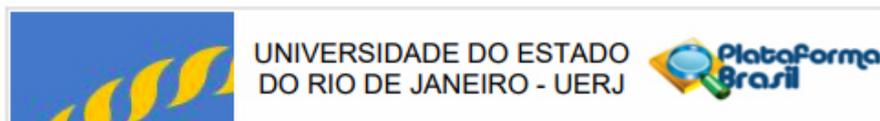
Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Nova Venécia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome do(a) participante: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do(a) pesquisador: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## Anexo C - Parecer do Comitê de Ética



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A FORMAÇÃO CAMPONESA FRENTE AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM ESCOLAS ADMINISTRADAS SOB A PEDAGOGIA DO MST NO NOROESTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Pesquisador:** ANA MIRANDA COSTA

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 69345122.0.0000.5282

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.133.075

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Área de Concentração: Educação e Gestão no Ensino Agrícola de Ana Miranda Costa.

O presente projeto se trata de uma pesquisa que se dedicará ao estudo da 'FORMAÇÃO CAMPONESA FRENTE AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM ESCOLAS ADMINISTRADAS SOB A PEDAGOGIA DO MST NO NOROESTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO', uma abordagem de grande importância para o conjunto de escolas que em áreas de assentamentos tem a sua prática conduzida na perspectiva da educação do campo, orientada pela pedagogia libertadora de Paulo Freire.

O horizonte da pesquisa será composto por uma maioria formada por estudantes, egressos das escolas situadas em áreas de assentamentos administradas pelo MST e professores que atuaram e/ou atuam em escolas de assentamentos identificando o sentimento de pertença desenvolvido durante o período em que tiveram em contato com o programa educacional; Identificar potencialidades e fragilidades relacionadas a manutenção das bandeiras (mística, música, auto organização etc.) defendidas pelo MST no cotidiano escolar das instituições em estudo, na visão dos professores que atuam ou atuaram nas mesmas.

A pesquisa busca ainda trabalhar com pais e mães direto e indiretamente envolvidos e que fazem

**Endereço:** Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ªand. SI 3018  
**Bairro:** Maracanã **CEP:** 20.559-900  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Continuação do Parecer: 6.133.075

parte da comunidade área de abrangência da escola, que estejam interessados em participar do estudo, tendo em vista uma maior amplitude e abertura por parte dos envolvidos, tendo sua representatividade amostral composta por uma parcela significativa de 40 participantes.

Pesquisar a aplicação dos preceitos existentes na Pedagogia do MST nas escolas em áreas de assentamentos administradas por este movimento, com relação a incorporação na dinâmica formativa dos estudantes e pedagógica dos professores, no que tange uma formação integral visando combater a alienação pela lógica do mercado consumista predatório contemporâneo.

O trabalho final será em sessões que discorrerá seguindo os objetivos que compõe a pesquisa. Todo o trabalho se guiará na metodologia da pesquisa do tipo etnográfica.

Os resultados serão apresentados por meio das percepções dos sujeitos da pesquisa, tabelas e gráficos que usaremos para dar maior visibilidade na organização e estruturação dos elementos e propósitos da pesquisa.

Hipótese:

Os princípios que orientam a formação dos estudantes e a prática pedagógica dos professores nas escolas administradas pelo MST no noroeste do estado do Espírito Santo e a trajetória dos estudantes estão muito ligados a história de lutas e de resistência vivenciada na atualidade e contadas pelos representantes da comunidade em diversos momentos promovido pelas lideranças locais, tais como, mutirão, colocação em comum, mística, músicas, livros, poesia, prosas, aulas e falas de pessoas mais de idade. Que a formação oferecida a cada sujeito na escola pode promover ou não o sentimento de pertença com a luta, e identidade social do seu povo. (1ª hipótese).

Uma segunda possibilidade é que a pesquisa pode indicar uma fragilidade e/ou ausência dos laços destacados na hipótese primeira, que mantém vivo o sentimento de pertencimento nos estudantes e a necessidade de lutar por uma educação camponesa forte e atuante (2ª hipótese).

Tamanho da Amostra no Brasil: 40

Desfecho Primário:

Este estudo ajudará explicitar a relevância do trabalho desenvolvido nas escolas com a pedagogia do MST, sua relevância está no fato de que – embora a proposta de educação defendida pelo MST, estar vem há pelo menos 30 anos, desenvolvendo experiências esta pedagogia parece ser invisibilizada, apesar de indícios que demonstra sua qualidade e viabilidade para as comunidades camponesas e para o estado em geral.

Se torna necessário explicitar as bandeiras de luta e metodologia que dão sustentação a estas escolas que insistem na prática de fazer uma educação própria e apropriada na dinâmica de um movimento social, político e social que tem construído em sua trajetória uma proposta de educação.

**Endereço:** Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018  
**Bairro:** Maracanã **CEP:** 20.559-900  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



As peculiaridades da escola em áreas de assentamentos, precisam ser vistas e legitimadas no sentido de sensibilizar e/ou conscientizar os estudantes, as comunidades que poderão atuar na defesa e legitimidade destas escolas. Afinal, a existência destas escolas não vieram ou virá por meio de livros didáticos, programas e projetos governamentais, muito menos por iniciativa política, a nível federal, estadual ou mesmo municipal, mas da forjada na luta coletiva.

**Desfecho Secundário:**

Um segundo momento da pesquisa será a identificação dos fatores geradores do sentimento de pertença nos estudantes egressos da instituição de ensino em pesquisa, outros desfechos seria, as evidências de potencialidades e fragilidades que envolve a manutenção das bandeiras da educação do campo e por fim, possíveis melhorias na atuação profissional dos estudantes, em detrimento da formação recebida na escola do MST.

O horizonte almejado para o estudo será composto por estudantes que cursam o Ensino Fundamental segundo seguimento, Egressos da Escola em estudo e Familiares dos estudantes, bem como educadores, que tiveram ou tem participação na prática desta escola.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo geral:**

Pesquisar a aplicação dos preceitos existentes na Pedagogia do MST nas escolas administradas pelo MST, com relação a incorporação na dinâmica formativa dos estudantes e pedagógica dos professores, no que tange uma formação integral de modo a combater a alienação pela lógica do mercado consumista predatório contemporâneo.

**Objetivos Secundários:**

Verificar nas percepções de estudantes egressos das escolas administradas pelo MST, informações que demonstrem ganhos no sentimento de pertença desenvolvido durante o período em que tiveram em contato com o programa educacional desenvolvido pelo MST;

Observar potencialidades e fragilidades relacionadas a manutenção das bandeiras (mística, música, bandeiras, entre outras) defendidas pelo MST no cotidiano escolar das instituições em estudo, na visão dos professores que atuam nas mesmas;

Verificar a aplicação da Pedagogia do MST adotado nas escolas orientadas sob os princípios pedagógicos do MST, na formação dos educandos e sua influência na transformação da realidade profissional, política e pessoal dos egressos do Ensino Fundamental (series iniciais) das escolas em estudo neste documento;

**Endereço:** Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018  
**Bairro:** Maracanã **CEP:** 20.559-900  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Identificar na visão dos estudantes, melhorias ou entraves em suas escolhas profissionais, advindos da formação camponesa recebidas nas escolas administradas pelo MST.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

A presente pesquisa apresenta risco leve direcionado aos sujeitos da pesquisa, e tais riscos estão relacionados com sua participação nesta pesquisa, onde por uma série de questões intrínsecas o entrevistado, acaba por gerar desconforto, timidez, porém a pesquisadora buscará realizar as entrevistas de forma que o ambos não passe por nenhum constrangimento. Então será feita uma explanação dos principais pontos da pesquisa,

deixando claro que a entrevista será individual, com as informações confidenciais, possibilidades de acesso aos resultados da pesquisa e ainda, sigilo dos dados que identificam os sujeitos da pesquisa na dissertação final.

**Benefícios:**

Esta pesquisa contribuirá para explicitar a relevância do trabalho desenvolvido nas escolas de áreas de assentamentos com a pedagogia do MST.

A manutenção das metodologias constitui referências imprescindíveis para promoção de uma educação emancipatória, vinculada as demandas do povo camponês, que na sua dinâmica com a terra, constroem e se reconstróem seu mapa referencial e sua própria existência. Fomentar, o engajamento de novas companheiras e companheiros na luta por melhores condições de trabalho, maior respeito pela metodologia desenvolvida nas escolas camponesas Se torna necessário explicitar as bandeiras de luta e metodologia que dão sustentação a estas escolas que insistem na prática de fazer uma educação própria e apropriada na dinâmica de um movimento social, político e social que tem construiu em sua trajetória uma proposta de educação.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa está bem descrita e tem valor científico. Os documentos apresentados permitiram a análise de aspectos éticos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foi apresentada a folha de rosto devidamente preenchida e assinada.

Foi apresentado o Termo de Autorização Institucional devidamente assinado.

Foi apresentado o orçamento.

Foi apresentado o cronograma.

**Endereço:** Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ªand. SI 3018  
**Bairro:** Maracanã **CEP:** 20.559-900  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Continuação do Parecer: 6.133.075

A partir da pendência foi esclarecido que os participantes serão todos maiores de 18 anos, não havendo necessidade de TCLE específico para os responsáveis. O TCLE apresentado está de acordo com as normas 466/12 e 510/16.

Foi apresentado o roteiro das entrevistas e está de acordo com as Normas éticas.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Ante o exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ deliberou pela APROVAÇÃO deste projeto, visto que não há implicações éticas. Dessa forma, a pesquisa já pode ser iniciada.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Faz-se necessário apresentar o Relatório Anual - previsto para junho de 2024. O Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ deverá ser informado de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Tendo em vista a legislação vigente, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ recomenda ao(à) Pesquisador(a): Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e/ou no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para análise das mudanças; informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa; o comitê de ética solicita a V.S.\* que encaminhe a este comitê relatórios parciais de andamento a cada 06 (seis) meses da pesquisa e, ao término, encaminhe a esta comissão um sumário dos resultados do projeto; os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2069184.pdf	16/06/2023 11:24:16		Aceito
Outros	Proposta_de_Questionario.docx	16/06/2023 11:21:54	ANA MIRANDA COSTA	Aceito
Outros	Carta2.docx	16/06/2023 11:18:53	ANA MIRANDA COSTA	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	03/06/2023 09:00:37	ANA MIRANDA COSTA	Aceito

**Endereço:** Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018  
**Bairro:** Maracanã **CEP:** 20.559-900  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Continuação do Parecer: 6.133.075

Outros	Carta.docx	03/06/2023 08:54:27	ANA MIRANDA COSTA	Aceito
Declaração de concordância	TAI.pdf	03/06/2023 08:52:38	ANA MIRANDA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Aos_participantes.pdf	03/06/2023 08:04:25	ANA MIRANDA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaderostoAna.pdf	29/04/2023 16:46:32	ANA MIRANDA COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	27/12/2022 19:39:02	ANA MIRANDA COSTA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO DE JANEIRO, 21 de Junho de 2023

Assinado por:  
Rosa Maria Esteves Moreira da Costa  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ªand. SI 3018  
Bairro: Maracanã CEP: 20.559-900  
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO  
Telefone: (21)2334-2180 Fax: (21)2334-2180 E-mail: coep@sr2.uerj.br